



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL
DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM

TESE DE DOUTORADO

**Mulher e patriarcado. Violência de gênero contra a mulher em
Carangola – MG (2006-2018).**

VITÓRIA – ES
2019

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM

TESE DE DOUTORADO

**Mulher e patriarcado. Violência de gênero contra a mulher em
Carangola – MG (2006-2018).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutora em História, na área de concentração Sociedade e Movimentos Políticos.

Orientadora: Profa. Dr.^a Maria Beatriz Nader

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C514
m Cheim, Érika Oliveira Amorim Tannus, 1978-
Mulher e patriarcado. Violência de gênero contra a mulher em Carangola – MG (2006-2018). / Érika Oliveira Amorim Tannus Cheim. - 2019.
203 f. : il.

Orientadora: Maria Beatriz Nader.
Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Gênero. 2. Violência. 3. Patriarcado. 4. História Oral. I. Nader, Maria Beatriz. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM TANNUS CHEIM

**Mulher e patriarcado. Violência de gênero contra a mulher em
Carangola – MG (2006-2018).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de doutora em História.

Aprovada em 23 de outubro de 2019.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nader (Orientadora) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof.^a Dr.^a Lídia Maria Vianna Possas (Membro Externo) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)

Prof. Dr. Alexsandro Rodrigues (Membro Externo) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof. Dr. Júlio César Bentivoglio (Membro Interno) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Prof.^a Dr.^a Juçara Luzia Leite (Membro Interno) – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

Neste momento de agradecimento permito-me fugir da linguagem academicista para reconhecer que a participação ativa ou tão somente o incentivo de algumas pessoas foram fundamentais para o processo de construção deste trabalho. Espero não cometer o deslize de esquecer alguém que tenha me auxiliado, mas caso isso ocorra, escuso-me desta falha, com a esperança de ser perdoada. Mesmo fugindo do tecnicismo da redação acadêmica procurei organizar meus agradecimentos por segmentos – profissional e pessoal – ainda que se entrelçassem.

Primeiramente, agradeço as energias que emergem de minha fé. Deus é bom o tempo todo e nos conduz, ampara e fortalece. Movida por essa crença não desisti perante os desafios que me foram impostos e hoje estou aqui, finalizando esta pesquisa, reconhecendo as dificuldades vencidas e, ainda, aquelas que terei que superar.

Meu agradecimento especial é dedicado à minha orientadora, Professora Dra. Maria Beatriz Nader, que me abriu as portas do Laboratório de Pesquisa que coordena e também as de sua casa. Acolheu a pesquisa e a pesquisadora. É um privilégio ter uma orientadora-amiga-madrinha, que entre trabalhos e orientações, se enovelou em minha vida. Agradeço por sua presença constante, sua dedicação e leituras atentas a meu trabalho, vírgula por vírgula. Agradeço pelo privilégio de receber suas orientações durante as caminhadas pelo calçadão da Praia de Camburi, fazendo compras no comércio de Jardim da Penha, “batendo pernas” pelo centro da cidade de Vitória ou na cozinha de sua casa – espaço tão temido por alguns. Tenho profunda admiração por você e sinto-me honrada por ter sido sua orientanda. Muito obrigada!

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da UFES, especialmente às Professoras Dra. Maria Cristina Dadalto e Dra. Syrléa Marques Pereira, que brilhantemente ofertaram a disciplina *Memória e História Oral*, de bastante relevância para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo imprescindível suporte para esta pesquisa.

Ao Filipe Luppi e a Michely Almeida, funcionários da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História, agradeço pela atenção e pela disponibilidade com as quais me atenderam.

Aos professores Dr. Alex Rodrigues e Dr. Júlio César Bentivoglio que compuseram a banca de qualificação, presentes também na banca de defesa do doutorado. A contribuição de vocês foi fundamental para que a tese tivesse o formato atual. Às professoras Dr.^a Lídia Maria Vianna Possas e Dr.^a Maria Cristina Dadalto, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de defesa.

Aos meus colegas do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEGPV), Mirela Marin, Luciana Andrade, Alex Ferrari, Leandro Lunz, Renata Alves, Louise Maestri, Ayala Pelegrini, Stella de Mergár, Wendy Xavier, Luiza Nichetti, e, em especial o companheirismo de João José Sana. Meus agradecimentos também aos queridos Miriam Albani e o casal Alexandre Faustini e Flávia que mesmo não integrando oficialmente o LEGPV fazem parte dele.

Agradeço aos meus queridos amigos Nathália Thais Cosmo da Silva, Maria Simone Euclides, Aline Guizardi Delesposte e Lucas Magno, os quais conheci durante o Mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e com quem sempre dividi as agruras e glórias do mundo sistêmico e do mundo da vida. Faço menção especial a Jairo Barduni Filho, pelas maravilhosas indicações de leituras durante a escrita da tese, pelas inúmeras conversas e pela parceria nas produções acadêmicas.

Aos estudantes do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Nathalia Pereira e Lucas Ferraz, que colaboraram na aplicação dos questionários da pesquisa.

Ao Thaynan Phellype, graduando do curso de História da UFES, pela imensa colaboração nas transcrições de parte das entrevistas.

Minha gratidão e admiração à Dra. Cristiane Campos Amorim Barony, promotora de Justiça e Membro do Ministério Público da Comarca de Carangola, sensível à temática da violência contra a mulher e que se interessou e apoiou a realização deste estudo.

À querida equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Carangola, formado por Ana Lúcia Azevedo, Adriana Camargo, Maria Regina Beviláqua e Maria Thereza Ribeiro, que abraçaram e apoiaram incondicionalmente a minha pesquisa. Com vocês vivi a experiência do atendimento e dos momentos de escuta às usuárias do serviço de assistência social. Conheci as dificuldades cotidianas da falta de apoio no trabalho que exercem com tanto zelo e dedicação. Considero-as como exemplos de profissionais dedicadas e envolvidas com a causa das mulheres que sofrem violências.

Às mulheres que compartilharam seus relatos e experiências de violência doméstica e conjugal, meus mais efusivos agradecimentos. Sem a participação de vocês este estudo não seria possível.

Por fim, e de maneira especial, agradeço à minha família. Meu esposo, Felipe Tannus Cheim, por todo seu amor e apoio incondicional os quais foram acentuados durante a aventura de viver a maternidade em meio à escrita da tese. Ao meu pequeno Pedro, que desde a gravidez vive as emoções da pesquisa e que me conquista a cada dia com sua doçura inocente e seu carisma cativante. Aos meus pais, Maria Elisabeth Oliveira Amorim e Maurício Amorim Primo, grandes incentivadores de todas as minhas empreitadas, que me ensinaram o valor do trabalho e do comprometimento e que vibram com cada conquista. Ao meu irmão Rafael, pela presença constante em minha vida e com quem sei que posso sempre contar. Ao meu irmão Rodrigo, por ser minha referência em retidão. Meus agradecimentos às minhas cunhadas Dalila e Arlinda, pela união e alegrias que trazem à família. Aos queridos sobrinhos Artur e Murilo, que me encantam e me emocionam com a deliciosa experiência de ser tia.

“Uma história ‘sem as mulheres’ parece impossível”.

Michelle Perrot

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma o patriarcado influencia no comportamento de homens e mulheres e de que maneira o tipo de sociabilidade local determina o silenciamento dos casos de violência conjugal e doméstica, na cidade de Carangola, localizada na Zona da Mata, do estado de Minas Gerais, e que possui aspectos próprios de lugares do interior. No que se refere aos aspectos metodológicos, este estudo aliou metodologias qualitativas e quantitativas, já que essa abordagem metodológica tem sido adotada por uma crescente comunidade de pesquisadores em Ciências Sociais e opõe-se à ideia antitética entre os dois métodos. Foram entrevistadas dez mulheres que vivenciaram contextos de violência conjugal e doméstica e, ainda, aplicaram-se 376 questionários fechados em diferentes pontos da cidade de Carangola em um mesmo período, no intuito de conhecer a realidade da violência contra a mulher e encontrar casos não notificados/denunciados formalmente. A indicação da maioria das entrevistadas do estudo foi intermediada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), já que o município não possui Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM). Optou-se por acessar a rede de atendimento do CREAS, não pela crença na judicialização dos casos, mas por acreditar que essa instituição engendra uma rede de apoio ao enfrentamento à violência, fundamentais contra o isolamento que dificulta ainda mais a situação das mulheres da cidade de Carangola. Por se tratar de uma cidade do interior de Minas Gerais, o acesso aos serviços de atendimento especializado torna-se mais penoso, especificamente quando se trata de assistência social pública. Para a aplicação dos questionários realizou-se cálculo amostral considerando a população feminina local, estimada pelo IBGE, em 16.604 mulheres. As dez mulheres que compõem o grupo estudado narraram suas experiências em relacionamentos conjugais violentos, sendo que a maioria vivenciou a violência psicológica e sutil. Dentre os dez casos estudados constam ainda relatos de violência física, moral, patrimonial e sexual, cometidas pelos companheiros e, também, duas tentativas de feminicídio. As narrativas apontam aspectos que confirmam a presença da dominação masculina nos relacionamentos conjugais das entrevistadas. No que tange aos dados

produzidos pelo *survey*, constatou-se que 69% das mulheres que participaram da pesquisa já sofreram algum tipo de violência doméstica ou conjugal. O tipo de sociabilidade da cidade corrobora com os rígidos códigos patriarcais locais ainda incorporados às famílias carangolenses, tornando as mulheres reféns de relações conjugais violentas em nome da preservação do ideal de matrimônio feliz.

Palavras-chave: Patriarcado; Gênero; Violência; História Oral.

ABSTRACT

This work aims to analyze how patriarchy influences the behavior of men and women and how the type of local sociability determines the silencing of conjugal and domestic violence in the city of Carangola, located in Zona da Mata, state of Minas Gerais, and which has aspects of countryside places. Regarding methodological aspects, this study has combined qualitative and quantitative methodologies, as this methodological approach has been adopted by a growing community of social science researchers and opposes the antithetical idea between the two methods. Ten women who experienced contexts of conjugal and domestic violence were interviewed, and 376 closed questionnaires were applied in different parts of Carangola city in the same period in order to know the reality of violence against women and find unreported/not denounced cases. The indication of the majority of respondents in the study was intermediated by the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), as the municipality does not have a Specialized Police Station for Women (DEAM). It was decided to access the CREAS service network, not because we believed in the judicialization of the cases, but because we believed that this institution engenders a support network to face violence, fundamental against the isolation that makes even more difficult the situation of women in Carangola. Because it is a city in the interior of Minas Gerais, access to specialized care services becomes more difficult, especially when it comes to public social assistance. For the application of the questionnaires, a sample calculation was performed, considering the local female population, estimated by the IBGE, in 16,604 women. The ten women in the study group narrated their experiences in violent marital relationships, most of whom experienced psychological and subtle violence. Among the ten cases studied there are also reports of physical, moral, patrimonial and sexual violence committed by the partners and also two attempts of femicide. The narratives point to aspects that confirm the presence of male domination in the marital relationships of the interviewees. Regarding the data produced by the survey, it was found that 69% of the women who participated in the survey had suffered some kind of domestic or marital violence. The city's kind of sociability corroborates the strict local patriarchal codes still embedded in Carangolean families, making

women hostage to violent marital relations in the name of preserving the ideal of happy marriage.

Keywords: Patriarchy; Gender; Violence; Oral History.

RESUMEN

El presente trabajo tuvo como objetivo analizar cómo el patriarcado influye en el comportamiento de hombres y mujeres y cómo el tipo de sociabilidad local determina el silenciamiento de los casos de violencia marital y doméstica en la ciudad de Carangola, ubicada en la Zona da Mata del estado de Minas Gerais, y que tiene sus propios aspectos de lugares de lo interior. Con respecto a los aspectos metodológicos, este estudio ha combinado metodologías cualitativas y cuantitativas, ya que este enfoque metodológico ha sido adoptado por una creciente comunidad de investigadores de ciencias sociales y se opone a la idea antitética entre los dos métodos. Se entrevistó a diez mujeres que experimentaron contextos de violencia marital y doméstica, y se aplicaron 376 cuestionarios cerrados en diferentes puntos de la ciudad de Carangola en el mismo período, para conocer la realidad de la violencia contra las mujeres y encontrar casos no denunciados/informado formalmente. La indicación de la mayoría de los encuestados en el estudio fue intermediada por el Centro de Referencia Especializado para Asistencia Social (CREAS), ya que el municipio no tiene una Estación de Policía Especializada para Mujeres (DEAM). Se decidió acceder a la red de servicios de CREAS, no por la creencia en la judicialización de los casos, sino porque cree que esta institución genera una red de apoyo para enfrentar la violencia, fundamental contra el aislamiento que dificulta aún más la situación de las mujeres en la ciudad de Carangola. Debido al hecho de que es una ciudad en el interior de Minas Gerais, el acceso a servicios de atención especializada se vuelve más difícil, especialmente cuando se trata de asistencia social pública. Para la aplicación de los cuestionarios, se realizó un cálculo de muestra considerando la población femenina local, estimada por el IBGE, en 16.604 mujeres. Las diez mujeres del grupo de estudio narraron sus experiencias en relaciones matrimoniales violentas, la mayoría de las cuales experimentaron violencia psicológica y sutil. Entre los diez casos estudiados también hay informes de violencia física, moral, patrimonial y sexual cometidos por sus parejas y también dos intentos de femicidio. Las narraciones apuntan a aspectos que confirman la presencia de la dominación masculina en las relaciones matrimoniales de las entrevistadas. Con respecto a los datos producidos por el

survey, se encontró que el 69% de las mujeres que participaron en la encuesta habían sufrido algún tipo de violencia doméstica o marital. El tipo de sociabilidad de la ciudad corrobora con los estrictos códigos patriarcales locales aún incrustados en las familias de Carangola, convirtiendo a las mujeres en rehenes de las violentas relaciones matrimoniales en nombre de preservar el ideal del matrimonio feliz.

Palabras-clave: Patriarcado; Género; Violencia; Historia Oral.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	17
LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS	18
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO I: “Água da palavra, água calada dura”	54
1.1 Os números do SINAN: dados preliminares para o estudo da violência de gênero em Carangola.....	57
1.2 Sociabilidade, patriarcado e violência contra as mulheres em Carangola.....	64
1.3 Por uma História das mulheres	75
1.4 Remando contra a violência silenciada	77
1.5 De quem se fala: as narradoras e seus perfis.....	80
1.5.1 Ana: Não é só pobre que sofre violência	87
1.5.2 Bruna: viagens internacionais como pedido de desculpas	89
1.5.3 Carmela: facadas e risco de feminicídio	89
1.5.4 Daniela: tentativa de estupro pelo tio materno, fuga do ex-marido, sequestro do filho.	91
1.5.5 Eulália: o último abraço era, na verdade, uma apunhalada pelas costas ..	92
1.5.6 Luciana: socorrida pela filha de três anos.....	93
1.5.7 Margarida: violência desde a infância.....	93
1.5.8 Dona Maria: idosa agredida pelo filho e pela nora.....	95
1.5.9 Rosa: contexto de violência que se estende à filha	96
1.5.10 Vera: violência sexual do marido	97

CAPÍTULO II: “O rio viu, vi / O que ninguém jamais olvida”	99
2.1 Tipos de violência relatados pelas entrevistadas	102
2.2 Violência psicológica, destruição da auto-estima e silenciamento	105
2.3 Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo	118
2.4 Um caso especial: a violência contra a mulher idosa	126
2.5 Medo: fator inibidor ou impulsionador da Rota Crítica	133
2.6 Recomeço: alcançando a Terceira Margem	140
CAPÍTULO III: Cruzando a terceira margem do rio	151
3.1 Quando os dados rompem o silêncio	157
3.2 Perfil das respondentes.....	159
3.3 As mulheres carangolenses e a violência conjugal	161
3.4 A mulher carangolense e a violência conjugal: pode-se falar em precariedade de suas vidas?	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	176
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	181
APÊNDICES	198
Apêndice A – Modelo de questionário fechado aplicado durante a pesquisa de campo.....	198
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	199
Apêndice C - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP).....	201
Apêndice D - Entrevistas.....	204

LISTA DE SIGLAS

BO – Boletim de Ocorrência

CCS – Centro de Ciências da Saúde

CEP – Comitê de Ética de Pesquisa

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEAMS – Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

HPV – Papiloma Vírus Humano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IML – Instituto Médico Legal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MS – Mato Grosso do Sul

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública

SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE GRÁFICOS, FIGURAS E TABELAS

Gráficos

Gráfico 1 – Quem são os agressores.....	59
---	----

Figuras

Figura 1 – Mapa da cidade de Carangola – MG.....	160
Figura 2 – Ocupação das entrevistadas.....	160
Figura 3 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 1.....	161
Figura 4 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 2.....	164
Figura 5 – Gráfico de frequência das respostas quanto às questões 3 e 4.....	165
Figura 6 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 6.....	166
Figura 7 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 7.....	167
Figura 8 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 8.....	170

Tabelas

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas da pesquisa.....	81
Tabela 2 – Violência contra as mulheres negras e brancas.....	86
Tabela 3 – Formas de violência sofrida pelas entrevistadas.....	103

INTRODUÇÃO

“É incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre”.

Jorge Larrosa (2015).

A epígrafe que abre este trabalho expressa a ideia do sujeito da experiência de Larrosa e a concepção deste autor no que se refere a vivência do encontro, da travessia, do que foi percorrido. Isso porque se entende que esta tese é fruto da experiência dialógica entre a historiadora e as narradoras. Resulta da constatação de que é impossível haver neutralidade diante do objeto de pesquisa e de que não há como ouvir e não se envolver com os relatos sobre casos de violência de gênero. Estudar situações de violência requer envolvimento e consiste em abrir caminhos, picadas num ambiente em que ninguém ainda havia penetrado. É sorver a vida privada das depoentes para dentro da história e ser tocada pela experiência de ouvir relatos de dores, angústias, medos e superações.

Com base nas singularidades deste trabalho, apresenta-se como se deu o início do envolvimento da pesquisadora com os estudos sobre as relações de gênero e, também, como surgiu esta pesquisa. Diferentemente do que se pode pensar, a historiadora não escreve partindo de experiências particulares de violência, mas sim sob a perspectiva de “olhar a existência a partir dos possíveis, ensaiar novas possibilidades de vida”¹ para as mulheres. Ainda com base nos norteamentos de Larrosa, de que o ofício do ensaio envolve a “experiência do que acontece e do que toca”² e que “a verdade do ensaísta não é algo exterior, mas algo que a própria vida faz”³, a pesquisadora expõe que iniciou os estudos analisando temas relacionados às mulheres desde o curso de Mestrado, quando investigou trabalhadoras do meio

¹ LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Revista Educação & Realidade** [dossiê Michel Foucault], Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43, 2004, p. 37.

² LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

³ LARROSA, 2004, p. 37.

rural das cidades de Carangola, Caiana, Caparaó, Alto Caparaó e Espera Feliz, municípios da Região da Zona da Mata de Minas Gerais. O estudo foi realizado entre 2010 e 2012, cuja defesa ocorreu no mês de julho. A dissertação intitulada “A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?”⁴ analisou a filiação de mulheres a sindicatos de trabalhadores rurais buscando compreender se a sindicalização rural representava empoderamento para elas. Utilizou cálculo amostral para aplicar 193 questionários às moradoras dos meios urbano e rural, em Carangola e em outros quatro municípios pesquisados. Em meio às entrevistas, a violência doméstica foi pungente, pois se percebeu a existência de lideranças empoderadas nos espaços públicos, mas desempoderadas nos espaços privados, devido à violência e submissão às quais estavam submetidas. Eram comuns os relatos de que os maridos sentiam-se diminuídos ao verem a participação atuante de suas esposas em esferas públicas, como o sindicato de trabalhadores rurais. A violência dos maridos consistia em ferramenta nas quais demonstravam a insatisfação com a visibilidade de suas mulheres nos espaços públicos. Ademais, o controle social⁵ exercido pela comunidade, dado a proximidade entre as pessoas, fazia com que as mulheres se calassem perante as agressões e às privações de liberdade sofridas.

A partir daqueles resultados, optou-se por investigar, nesta tese, de que forma o patriarcado influencia no comportamento de homens e mulheres e no silenciamento dos casos de violência conjugal e doméstica, na cidade de Carangola, localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, e que possui aspectos próprios de lugares do interior. Ou seja, agora, o objeto de interesse é a análise da violência contra a mulher com uma abordagem associada às formas de sociabilidade local e na maneira como as relações interpessoais reforçam a posição de dominação

⁴ AMORIM, Érika Oliveira. **A sindicalização rural da mulher: fator de empoderamento?** 2012. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. 158 f.

⁵ A respeito do controle social do papel da mulher na sociedade ocidental, Maria Beatriz Nader na obra “Paradoxos do Progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho”, dedica um capítulo para avaliar como o casamento tornou-se um instrumento de controle básico da transmissão do patrimônio e de acordos familiares, desde os primeiros tempos históricos. A autora reforça que no século XII a Igreja Católica transformou o casamento em sacramento cristão e a partir daí, passou a controlar os princípios sociais basilares de forma a coordenar o comportamento dos homens e das mulheres. Sobre o assunto, ver NADER, Maria Beatriz. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: EDUFES, 2008.

simbólica masculina, fazendo com que haja o silenciamento das agressões por parte das mulheres.

A hipótese do silenciamento está diretamente relacionada aos modos de vida em cidades menores, os quais conferem estreita relação entre espaços públicos e privados, reforçando discursos normativos e acirrando assimetrias de poder entre homens e mulheres. Acredita-se que essas características constituam fatores de influência no silenciamento das vítimas, uma vez que os traços agrários ainda presentes na região fortalecem a naturalização de papéis sociais que restringem as mulheres aos espaços domésticos e vislumbra aos homens a atuação ativa nos espaços públicos e, conseqüentemente, agentes de ação da violência em seus diversos tipos. Nesse sentido, esta tese se firma na especificidade que permite compreender como as relações de poder moldam ações e comportamentos de agressores e mulheres em uma cidade de pequeno porte. Para além dos adjetivos que qualificam uma cidade em “pequena”, “média” ou “grande” dos quais os estudos geográficos de redes e hierarquias urbanas⁶ fazem menção, o que se considera nesse estudo é a sociabilidade ditada por laços sociais evidentes ao domínio público em que os sujeitos são reconhecidos uns pelos outros em virtude de suas marcas pessoais, característica do estilo de vida de uma cidade pequena.⁷

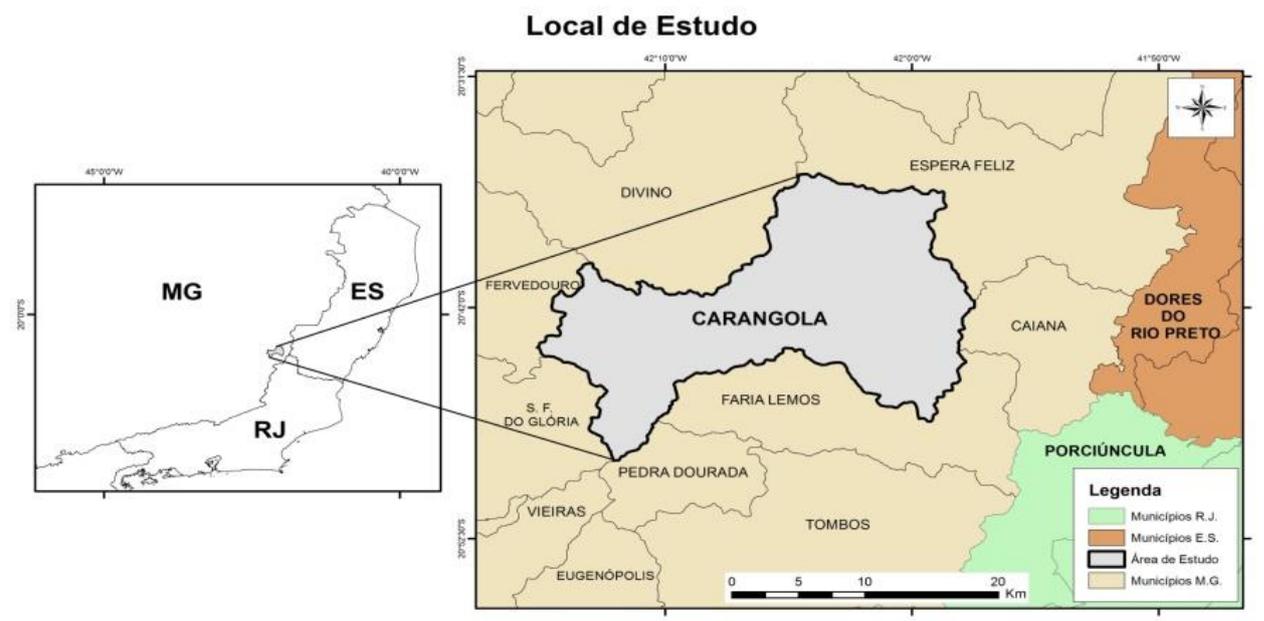
O município no qual a pesquisa se desenvolveu dista aproximadamente 360 km de Belo Horizonte, capital do estado, e se localiza, geograficamente, na porção sudeste do Estado de Minas Gerais, na região da “Zona da Mata”, formada por sete microrregiões e 142 municípios. Situa-se no chamado Vale do Carangola, na confluência com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, a cerca de 40 km das divisas destes estados, respectivamente, as cidades de Porciúncula e Dores do Rio Preto, conforme demonstra a Figura 1.

⁶ O IBGE desenvolve pesquisas relacionadas às hierarquias urbanas. Para mais informações ver IBGE. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>> Acesso em: 20 ago. 2018.

⁷ CANIELLO, Márcio. O *ethos* sanjoanense: tradição e mudança em uma "cidade pequena". *Mana*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 31-56, Abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Abr., 2018.

A região da Zona da Mata foi percorrida há mais de meio século por Orlando Valverde⁸ o qual observou que, de forma paradoxal, uma de suas características já naquele período era a falta de matas, substituídas pelo aveludado de capim-gordura.

Figura 1: Mapa da cidade de Carangola – MG



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2016).

A história da ocupação da região de Carangola é registrada nas obras “Os Sertões do Leste”⁹ e “Crônica de uma comunidade cafeeira: o vale e o rio”¹⁰, ambas de Paulo Mercadante. Nelas, o autor carangolense menciona como se deu o processo de formação do núcleo municipal e aborda características histórico-sociais regionais até meados da década de 1940.

Outra obra que mostra fragmentos da história daquela região é o livro “Um francês no Vale do Carangola: Alexandre Bréthel, farmacêutico e fazendeiro”, de autoria de

⁸ VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, p. 3-82, janeiro/março, 1958.

⁹ MERCADANTE, Paulo. **Os sertões do leste – estudo de uma região: a Mata mineira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

¹⁰ MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira: Carangola, o vale e o rio**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1990.

Françoise Massa¹¹ que cita as correspondências do médico e farmacêutico francês Alexandre Bréthel que chegou ao Vale do Carangola em 1862. Segundo a autora, o francês encontrou aqui núcleos de população com centros de atividades e de comércio, embora as zonas administrativas ainda não estivessem completamente definidas. As cartas do francês dão conta de que entre 1830 e 1860 a região começou a se tornar povoada, sendo a ocupação realizada por particulares, em especial os irmãos Lannes, subindo e descendo as montanhas do vale e, ainda, utilizando o rio. O francês registra também, em suas correspondências, o início da lavoura cafeeira e chama atenção para a quantidade de escravos na região, com destaque para seu vizinho, o fazendeiro Vidigal, que contava com uma população de duzentos a trezentos cativos.

Quanto aos aspectos associados a hostilidades nas relações sociais em Carangola, a fim de compreender o fenômeno da violência contra a mulher, encontrou-se nas correspondências de Bréthel, datadas de meados do século XIX, as primeiras menções à violência na região do Vale do Carangola, que provocavam mal-estar no imigrante quando se estabeleceu na localidade. Há também, nas cartas que o francês enviava aos seus familiares, referências a maledicências e disputas nas quais a violência era utilizada como prova de força.

Há ainda o sentimento exacerbado de honra e a existência de um rígido código moral, os quais são registrados por Mercadante¹², atribuídos àquela comunidade. Tais atributos são componentes da estrutura de poder do patriarcado, enquanto sistema de dominação que rege o mundo social e está impregnado nas relações públicas e privadas da sociedade. As bases patriarcais do local são mencionadas por Mercadante¹³ quando alude o momento de mudanças socioeconômicas por volta de 1920 “o tempo de transição da velha comunidade patriarcal e rústica para o centro cafeeiro e burguês”.¹⁴ Também registra que “a comunidade, rigidamente presa a um código de moral agrário, tinha um sentido exacerbado de honra”¹⁵.

¹¹ MASSA, Françoise. **Um francês no Vale do Carangola**: Alexandre Bréthel, farmacêutico e fazendeiro. Tradução de Heloíza Azevedo da Costa. Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

¹² MERCADANTE, 1990.

¹³ MERCADANTE, 1990.

¹⁴ MERCADANTE, 1990, p. 82.

¹⁵ MERCADANTE, 1990, p. 117.

Mesmo com a presença dos bacharéis na formação da sociedade de Carangola, as bases agrárias e o sistema de poder vinculado à influência dos coronéis vigoraram entre as relações sociais até início dos anos 1940, conforme relatado pelo carangolense Victor Nunes Leal¹⁶. Motivado pelas lembranças de infância na Zona da Mata Mineira, Leal escreveu “Coronelismo, Enxada e Voto”, publicado em 1949, onde descreve o sistema de poder e os processos políticos do coronelismo na região. Para Leal, o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos. Baseado na reciprocidade entre coronel e governo estadual, “os chefes locais recebiam carta branca, em troca do seu incondicional apoio aos candidatos do governo nas eleições estaduais e federais”.¹⁷ Assim, a administração municipal ficaria livre de fiscalizações e controles por parte da administração estadual, que fechava os olhos aos atos dos coronéis, inclusive à violência e outras arbitrariedades. São características do coronelismo a divisão do poder entre famílias, o mandonismo local e as relações de compadrio, na mais perfeita definição da expressão popular “manda quem pode, obedece quem tem juízo”. O poder político dos coronéis tornava-se sacralizado e se estendia a outros espaços, sobretudo ao âmbito doméstico da família. Desta maneira, o poder patriarcal se instituía compondo uma espécie de cadeia hierárquica de dominação, iniciada pelo poder político estadual, que, por sua vez, refletia na organização municipal e nos chefes locais e desembocaria nos espaços privados, no qual o homem, como patriarca, subjugava as mulheres ao seu domínio, controle e violência. Leal destaca que o poder dos coronéis se expressa “na força de um sistema escravagista e patriarcal e na fragilidade de um sistema rural decadente, baseado na pobreza ignorante do trabalhador da roça e sujeito aos azares do mercado internacional de matérias-primas”.¹⁸

Essa assertiva do autor corrobora com dados atuais do município, sobretudo no que se refere à sua população, estimada em 33.559¹⁹, sendo 16.604 mulheres. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a cidade expõem o

¹⁶ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

¹⁷ LEAL, 1997, p. 71

¹⁸ LEAL, 1997, p. 74.

¹⁹ BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

salário médio mensal dos trabalhadores formais de 1,7 salários mínimos, os quais representam 18,8% da população, ou seja, 6.304 pessoas em ocupações formais auferindo pouco mais de um salário mínimo e meio para suprir suas necessidades básicas.

Ainda no que se refere aos atributos da população de Carangola, buscou-se referências às características agrárias do estado de Minas Gerais e de que maneira influenciam no comportamento daquela sociedade. A pesquisadora Maria Arminda do Nascimento Arruda²⁰ investigou a identidade do povo mineiro, que resultou na obra “Mitologia da Mineiridade”. A autora assume que dadas as especificidades da estrutura rural, manifesta-se certa tendência à cristalização dos traços agrários. Já se sabe que os valores patriarcais atravessam os tempos e, sob a égide do patriarcado, os papéis sociais de homens e mulheres são ainda fortemente delimitados. Em localidades que mantêm traços de ruralidades, a situação de subalternidade da mulher é ainda maior, sobretudo pela limitação ao acesso das mulheres às políticas públicas, à invisibilidade de seus trabalhos e à naturalização do poder masculino nas relações conjugais, quando a dominação masculina deixa marcas nas famílias, oprimindo as mulheres.

É importante ressaltar que esse estudo se restringe às relações conjugais heterossexuais por acreditar que é necessário desvendar a realidade social dos relacionamentos abusivos. Tal escolha se justifica dado o caráter de ineditismo do estudo, especificamente na região em que foi realizado, e pela crença que o pioneirismo do tema abordado aqui servirá como norteador para se empreender novas pesquisas envolvendo outros grupos sociais e suas subjetividades, como mulheres e homens transexuais, lésbicas e travestis residentes nos meios urbano e rural na região do Vale do Carangola.

A condição das mulheres e os diversos tipos de opressões e violências contras elas são objetos de inúmeros estudos, sobretudo em regiões metropolitanas. Contudo, poucas são as investigações que se debruçam a conhecer a realidade de cidades menores. Dados conhecidos sobre o Estado de Minas Gerais, segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Senado Federal, apresentam a

²⁰ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

19º posição no *ranking* de violência contra a mulher, com taxa de 3,9 homicídios a cada 100 mil mulheres. Nesse relatório são citados sete municípios do estado que estão entre os cem mais violentos do país para as mulheres. Porém, essas cidades apontadas pelo Relatório estão localizadas em regiões metropolitanas, o que denota a invisibilidade dos números da violência no interior de Minas Gerais e em cidades com menor número de habitantes. Ademais, os municípios citados pelo Relatório apresentam, em média, população em torno de 64.000 mulheres, o que é destoante da população feminina da cidade de Carangola, estimada em 16.604 mulheres para o ano de 2018.

Segundo informações do site do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)²¹ o Tribunal de Justiça de Minas Gerais é responsável pela terceira maior quantidade de processos referentes à violência doméstica contra a mulher. Representa 12% do montante nacional, sendo que o estado mineiro tem a segunda maior população feminina do país. O CNJ, baseado nos dados do IBGE de 2016, afirma que 10% das mulheres brasileiras residem em Minas Gerais.

Assim sendo, buscando investigar a realidade da violência contra a mulher no interior de Minas Gerais, esse estudo seguiu fios e rastros²² da pesquisa de Mestrado intitulada “A filiação sindical rural da mulher: fator de empoderamento?”²³, realizada entre 2010 e 2012. Por meio dos indícios que emergiram daquele estudo, de que existe um alto índice de violência na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico, optou-se por analisar de que forma o patriarcado influencia no comportamento de homens e mulheres em Carangola que leva ao silenciamento dos casos de violência conjugal e doméstica.

A subnotificação e até mesmo o silenciamento de casos de violência conjugal é uma realidade e um grande obstáculo ao enfrentamento deste problema social e à implementação de rede de apoio e combate ao fenômeno da violência contra a mulher. O principal fator dificultador para as denúncias ainda é o consentimento

²¹ Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85640-cnj-publica-dados-sobre-violencia-contra-a-mulher-no-judiciario>. Acesso em: 04 abr. 2018.

²² Menção ao texto de Carlo Ginzburg no qual diz que o “fio do relato ajuda-nos a orientarmos no labirinto da realidade”. Sobre o assunto ver GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d’Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 7.

²³ AMORIM, 2012.

social para que os homens exerçam sua dominação sobre as mulheres. Saffioti²⁴ afirma que “raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo” e que por viverem envolvidas em situações de violências, muitas recebem tratamento de não-sujeitos, o que não significa que sejam cúmplices de seus agressores, como defendem Chauí e Gregori²⁵. Outro fator que corrobora com a subnotificação dos casos de violência está relacionado ao ordenamento familiar e ao fato de o agressor ser, possivelmente, o único provedor da família. Sua ausência, caso seja recluso em decorrência da denúncia por cometer violência contra a mulher, dificultaria a sobrevivência do núcleo familiar. Agregam-se ainda os valores morais impostos pela sociedade, e, deste modo, a fim de dar respostas ao imaginário social²⁶ do casamento perfeito e feliz, muitas mulheres submetem-se, silenciadas, a situações rotineiras de violência, “mostrando que a família é mais importante do que o sujeito”, como salienta Nader²⁷. A invisibilidade dos casos de violência contra a mulher em locais com características rurais também está atrelada aos valores morais impregnados nessas comunidades e atribuídos aos casamentos, sobretudo àqueles que se consumaram por meio de celebrações religiosas.

Dessa forma, buscando dar respostas às razões do silenciamento da violência contra a mulher em Carangola, a pesquisadora, desde 2016 vem seguindo os indícios de silenciamento da violência doméstica em Carangola. A investigação histórica que se faz é sustentada pelo sentido hierárquico do patriarcado presente na convivência entre as pessoas dessa cidade, a qual reforça a presença da violência de gênero e, talvez pelo fato de inexistir uma Delegacia Especializada de

²⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 84.

²⁵ Chauí defende que a violência torna aquele que é dominado um objeto e não um sujeito, que silenciado se torna dependente e passivo. Maria Filomena Gregori acredita que a violência conjugal trata-se mais de um jogo relacional do que uma luta de poder e, dessa forma, a mulher coopera com a violência que sofre e torna-se cúmplice da dominação. Sobre o assunto, ver CHAUI, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985, p. 25-62; e GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos. CEBRAP**, nº 23, p.163-175, 1989.

²⁶ O historiador polonês Bronislaw Baczko define o imaginário social como um conjunto de representações coletivas constituindo pontos de referência pelas quais a coletividade direciona regras e comportamentos. Sobre o assunto, ver BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

²⁷ NADER, Maria Beatriz. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006, p. 236.

Atendimento à Mulher (DEAM) no município, a hipótese deste estudo é de que há um alto índice de violência na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico, contudo predomina o silêncio que permeia essas relações violentas entre muitos homens e mulheres.

Trilhando os indícios do silenciamento e com referência na afirmação de Ginzburg²⁸ de que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”, para além dos dados da pesquisa de mestrado realizada pela pesquisadora, foram utilizados os registros do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)²⁹, da cidade de Carangola, referentes aos anos de 2014 e 2015. Esses números registram os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) por violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos e são compulsoriamente informados pelas unidades de saúde. Os dados supracitados e que embasam esse estudo compilam 43 ocorrências no ano de 2014 e 33 casos em 2015 relacionados a violências físicas, psicológicas, sexuais e morais, cometidos contra mulheres. Esses números permitem inferir que em uma cidade com 16.604 mulheres existem silenciamentos nos casos de violência contra as mulheres, o que se leva a questionar as razões para tal.

Pelos números do SINAN é possível identificar os casos de agressões cometidos por pais, parceiros, ex-parceiros, filhos e irmãos, pois as mulheres agredidas demandaram atendimento médico pelo SUS. O Mapa da Violência³⁰ estima que 80% dos serviços de saúde no país são realizados pelo SUS. Casos atendidos em clínicas particulares não são contabilizados pelo SINAN, levando a crer que o

²⁸ GINZBURG, 1990.

²⁹ Considerado uma forma de identificar o número de casos de violências ocorridas nos municípios brasileiros, o SINAN fornece os registros de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) por violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos. A notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências foi implantada no SINAN, do Ministério da Saúde, em 2009. O registro deve ser realizado de forma universal, contínua e compulsória, nas situações de suspeita ou confirmação de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos, atendendo às Leis 8.069 (Estatuto da Criança e Adolescente), 10.741 (Estatuto do Idoso) e 10.778 (notificação compulsória de violência contra a mulher), quando do atendimento ambulatorial das mulheres nos hospitais e unidades de Pronto Atendimento. A notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante o preenchimento de uma ficha de registro específica. Sobre o assunto, ver: WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. ONU Mulheres / Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília, 2015. p. 12.

³⁰ WAISELFISZ, 2015.

número real de mulheres em situação de violência de gênero pode ser maior do que os apresentados pelas estatísticas.

Na cidade de Carangola, o processo de denúncia da violência consiste em basicamente duas etapas: realização da queixa na Delegacia de Polícia, uma vez que não há Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) na cidade, e o encaminhamento para o exame de lesões corporais³¹, o chamado corpo de delito. Esse exame é realizado no Instituto Médico Legal (IML), localizado na cidade de Muriaé, a qual dista 86 km do município de Carangola. A mulher que denuncia agressões físicas e registra um Boletim de Ocorrência (BO³²) necessita comprovar seu depoimento por meio de um exame físico.

A Lei 11.430/2006 (Lei Maria da Penha) não afasta a exigência do exame de corpo de delito. Conceitualmente, corpo de delito consiste no conjunto de vestígios que ficam no corpo do indivíduo em consequência de um ato violento, sendo a prova material de um crime. Nas ocorrências que deixam marcas, é obrigatória a realização do exame, conforme prevê o artigo 158 do Código Penal brasileiro. A sua falta, desde que não haja impedimentos para a sua realização, torna nula a materialidade do ato criminoso, podendo resultar na anulação do processo por falta de provas. O ordenamento jurídico brasileiro prevê que quando a infração penal deixar evidências será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo nem mesmo a confissão do acusado.³³ Após a devida instrução dos procedimentos criminais referentes à agressão, a materialização do crime se consolida através da medida protetiva.³⁴ Com a instauração do inquérito policial e verificado o indício de autoria e prova de materialidade, a autoridade policial remete os autos para o Ministério Público, que será responsável por oferecer, ou não, a denúncia contra o agressor. Uma vez oferecida a denúncia, o

³¹ Sobre o assunto, ver WOELFERT, Alberto Jorge Testa. **Introdução à Medicina Legal**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

³² O estado do Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a implantar o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU ou BU), no qual o cidadão poderá registrar, pela internet, ocorrências de furto, roubo, perda e extravio de documentos e objetos.

³³ BRASIL. **Decreto-lei Nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 02 mai. 2018.

³⁴ O Artigo 22 da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) estabelece que o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, algumas medidas, como, por exemplo, o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida e a proibição de determinadas condutas, como aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor e a frequência a determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

inquérito policial se torna uma ação penal. Dessa maneira, os inquéritos se transformam em processos judiciais.

No Fórum da Comarca de Carangola, que além da cidade sede agrega os municípios de Faria Lemos, Fervedouro e São Francisco do Glória³⁵, identificou-se a existência de 809 processos relacionados a Lei Maria da Penha, dos quais 647 foram baixados³⁶, constando 162 processos de medidas protetivas de urgência ativos. Levando-se em consideração que a Comarca é formada por quatro municípios, que somados constituem uma população de 53.054 habitantes, há que se ponderar que o número de medidas protetivas ativas é inexpressivo. Destaca-se que o levantamento destes dados levou em consideração o recorte temporal compreendido entre 2006 e 2016, período em que a Lei Maria da Penha completou dez anos.

Percebeu-se que, para conhecer mais de perto a realidade da violência contra as mulheres em Carangola e constatar que de fato há silenciamento dos casos de violência doméstica e a fim de ampliar os debates sobre o tema da violência de gênero com enfoque em uma cidade do interior, o estudo de caso aliou metodologias qualitativas e quantitativas, já que a escolha de metodologias *quali* pode ser subordinada às necessidades de respostas de relações causais, nem sempre possíveis a partir de abordagens *quanti*. Essa opção opõe-se a ideia antitética entre os dois métodos e tem sido adotada por uma crescente comunidade de pesquisadores em ciências sociais.³⁷ Para tanto, utilizou-se a história oral como método de investigação para entrevistar dez mulheres que vivenciaram situações de violência conjugal e estiveram ou não sob medidas protetivas de urgência. Quanto aos dados quantitativos, esses foram produzidos com base na aplicação de 376

³⁵

Disponível

em:

http://www8.tjmg.jus.br/servicos/gj/guia/primeira_instancia/consulta.do;jsessionid=FE69CA40BB390FED27238183000FE975.portal_node1?codigoMunp=133&codigoComposto=MG_133&opcConsulta=3&paginaFlag=&pagina=0&paginaForum=1&paginaJuizado=1&pesquisa=Pesquisar. Acesso em: 06 jan. 2018.

³⁶ Por processo baixado, compreendem-se os processos remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; aqueles que foram remetidos para instâncias superiores ou inferiores; os que foram arquivados definitivamente; os que tiveram decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Sobre o assunto, ver THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**, vol. I. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

³⁷ KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, p. 179-257, 2013.

questionários fechados em um só período (corte transversal), com intuito de encontrar casos de violência contra a mulher que ainda não haviam sido denunciados, dos quais foram selecionadas duas entrevistadas que agregaram o grupo que já havia sido entrevistado na fase inicial do estudo, completando o número de dez entrevistas.

A história oral consiste numa estratégia metodológica capaz de demonstrar até que ponto a presença dos ideais patriarcais estão presentes no comportamento das mulheres carangolenses. Por isso, fazendo a opção em realizar uma pesquisa com uso da história oral, o estudo ouviu relatos de dez mulheres que estão ou estiveram sob medidas protetivas de urgência, após denunciarem agressões de seus maridos, companheiros ou ex-companheiros, e, ainda, mulheres que não haviam realizado denúncias aos seus agressores.

A opção pela história oral como ferramenta metodológica para conhecer a realidade da violência contra a mulher moradora da cidade de Carangola sustenta-se no fato de a memória consistir na principal fonte dos depoimentos e, assim, os relatos das entrevistas, registrados por meio de suas narrativas pessoais, viabilizam a percepção da dinâmica da vida pessoal em conexão com os processos coletivos, bem como interpretar subjetividades que não seriam captadas através de pesquisa quantitativa.

Por isso, ao optar pelo uso da história oral, teve-se ciência de que iriam se criar os próprios documentos históricos. Isso porque, segundo Alessandro Portelli³⁸, teórico italiano que se dedica aos estudos da memória, da história oral e da história do presente, as fontes orais são cocriadas pelo historiador e não existiriam sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo.³⁹

No que diz respeito ao uso da metodologia de História Oral nas pesquisas de gênero, a historiadora italiana Luisa Passerini afirma que a História Oral contribuiu fortemente com os esforços de “genderizar” a história. Para ela, a história de gênero e a história oral caminharam de mãos dadas na ampliação do território da História e

³⁸ PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

³⁹ PORTELLI, 2016.

na renovação de seus objetos e métodos de estudo.⁴⁰ No mesmo sentido, Losandro Antônio Tedeschi⁴¹ assegura que:

a história oral enquanto método é signatária da Nova História, que apresenta uma nova valorização das experiências femininas mediante uma nova forma de abordar a história, revisando modelos de significação que estavam impregnados em todos os grupos sociais, visibilizando os fatores distintos que afetam as mulheres.

Essa metodologia permite descortinar as relações sociais e o cotidiano de pessoas anônimas captando suas experiências e suas subjetividades. É uma possibilidade de fazer emergir vivências singulares e também compreender que o não dito faz parte do direito ao esquecimento⁴², de estratégias da memória para fugir de assuntos que não se deve ou não se quer lembrar.

A História Oral é uma arte da escuta, como afirma Portelli⁴³, e envolve respeito com o narrador, com suas memórias e suas falas, pois, conforme o autor registra, a história invade as vidas privadas, ou essas são sugadas para dentro da história. As narrativas⁴⁴ utilizadas para contar as histórias de mulheres que sofreram violências, constituem um processo de significações e ressignificações de suas memórias, por vezes reveladas apenas para a pesquisadora no momento da entrevista.

A possibilidade de tornar visível a história de mulheres comuns é uma das potencialidades da História Oral, pois, como avalia Michelle Perrot⁴⁵ o desenvolvimento recente da História Oral é uma revanche das mulheres, tendo em vista que durante muito tempo o relato histórico se esqueceu delas, relegando-as a

⁴⁰ PASSERINI, Luiza. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: PASSERINI, Luiza. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

⁴¹ TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres**. Dourados: UFGD, 2014, p. 27.

⁴² Paul Ricoeur elaborou questionamentos sobre memória e história, sobretudo o lugar da memória nos estudos históricos. Para o autor, a memória pode se estabelecer como um *dever de memória* ou como *dever de esquecer*. Sobre o assunto, ver: RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

⁴³ PORTELLI, 2016.

⁴⁴ Este trabalho alinha-se ao pensamento de Portelli que opta por utilizar os termos “narrativas” e “narradores”, em vez de “testemunho” e “testemunha”. Assim, optou-se por fazer uso, neste texto, dessas primeiras expressões. Sobre o assunto, ver PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

⁴⁵ PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 9, n. 18, ago./set., p. 09-18, 1989.

um “silêncio ensurdecedor”⁴⁶. A autora destaca que escrever a história das mulheres é sair do silêncio em que elas estavam confinadas, pois ficaram muito tempo na obscuridade, “confinadas no silêncio de um mar abissal”.⁴⁷ Para Perrot, o silêncio das mulheres decorre, em primeiro lugar, pelo fato de serem menos vistas no espaço público e, em muitas sociedades, a invisibilidade e o silenciamento das mulheres fazem parte da ordem das coisas. A segunda razão do silêncio, dada por Perrot, é o silêncio das fontes, pois o acesso das mulheres à escrita foi tardio. Assim, deixaram poucos registros escritos ou materiais. Existe ainda, conforme frisa a autora, “um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra”.⁴⁸ É nesse aspecto que esta tese se debruça, pois se acredita que os rígidos códigos patriarcais da cidade de Carangola determinam o silenciamento das mulheres que sofrem violências domésticas.

No sentido de encontrar as fontes deste estudo, ou seja, mulheres envoltas num contexto violento, a pesquisadora identificou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como mediador. Dado que a cidade de Carangola não possui DEAM, os casos são atendidos pela única Delegacia de Polícia da cidade e encaminhados para o Ministério Público, que por sua vez, direciona as mulheres para atendimentos psicossociais no CREAS.

Destaca-se que, para esse estudo, optou-se, de forma criteriosa, por buscar informações amparadas em dados oficiais, como o cadastro de mulheres atendidas pelo CREAS, vítimas de violência de gênero. Essa escolha se ampara não pela crença na judicialização dos casos, mas por acreditar que esses mecanismos formais engendram redes de apoio ao enfrentamento à violência, fundamentais contra o isolamento que dificulta ainda mais a situação das mulheres da cidade de Carangola. Por se tratar de uma cidade do interior de Minas Gerais, o acesso aos serviços de atendimento especializado torna-se mais penoso, ainda mais quando se trata de assistência social pública. Assim, em contato com a equipe gestora do CREAS, obteve-se a autorização para realizar as dez entrevistas com mulheres

⁴⁶ PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 9.

⁴⁷ PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2012, p. 16.

⁴⁸ PERROT, 2012, p. 17.

usuárias dos serviços de atendimento. Contudo, durante o andamento do estudo, algumas se negavam a participar da pesquisa e apenas sete entrevistas ocorreram sob a mediação do CREAS. Seguindo o compromisso ético com a pesquisa, respeitaram-se os posicionamentos daquelas que se negaram a conceder as entrevistas. Mediante a negativa de participação dessas mulheres que haviam sido prospectadas conforme indicação da equipe do CREAS levou-se a pensar em outras estratégias para alcançar os dez casos para a análise, conforme previsto no delineamento do estudo.

Foi durante essa etapa da pesquisa que emergiu a ideia de agregar os dados quantitativos à pesquisa qualitativa, representada pelas entrevistas. Pensou-se numa alternativa que possibilitasse encontrar casos de violência de gênero não notificados na rede pública de saúde e nem mesmo na Delegacia de Polícia Civil. Ou seja, procurou-se conhecer situações para além daquelas direcionados pela equipe do CREAS, e também prospectar mais três entrevistadas, a fim de alcançar o número de dez entrevistas, conforme constava do projeto de pesquisa. Isto é, buscava-se encontrar mulheres que ainda não haviam realizado denúncias contra seus maridos, companheiros ou ex-companheiros agressores, considerando a hipótese de que a influência do patriarcado, sobretudo em cidades de pequeno porte, é determinante para o silenciamento da violência contra a mulher na cidade de Carangola.

Posteriormente foi feito o cálculo amostral para aplicação de questionários, os quais foram distribuídos aleatoriamente em diferentes pontos da cidade, objetivando encontrar casos de violência contra a mulher silenciados pelas vítimas. O cálculo da amostra levou em conta uma população feminina, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴⁹, em 16.604 mulheres carangolenses e chegou-se ao número de 376 questionários, cálculo amostral que considerou 95% de margem de confiança⁵⁰.

Em seguida, elaborou-se um questionário fechado, que consta no Apêndice A, contendo doze questões que abordam o tema da violência contra a mulher. Os

⁴⁹ BRASIL, IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

⁵⁰ Para o cálculo amostral utilizou-se a fórmula da proporção finita dada por Bolfarine e Bussab. Sobre o assunto, ver: BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilson Oliveira. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

questionários objetivavam subsidiar a confirmação da hipótese de que existe um alto índice de violência na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico. Antes de aplica-los foi realizado um pré-teste⁵¹ do formulário, ocasião em que uma entrevistada se dispôs a contar sua experiência. Durante a aplicação dos formulários foram prospectadas outras duas entrevistadas, totalizando as dez entrevistas do estudo e, por isso, o fato de estar ou não sob medida protetiva de urgência não consistiu em critério para que as mulheres fossem entrevistadas.

Desta forma, a presente pesquisa, além de realizar dez entrevistas em profundidade, aplicou 376 questionários fechados, com o objetivo de mapear os dados sobre casos de violências que não foram notificados/denunciados e analisá-los estatisticamente. Foi garantido o anonimato das entrevistadas, mediante Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde (CEP/CCS/UFES), sob o protocolo 2.542.694, conforme consta do Apêndice C.

Salienta-se que, para atingir a totalidade de 376 questionários respondidos, distribuiu-se 550 formulários. Muitos deles não retornaram ou tiveram que ser descartados por insuficiência de questões respondidas. Percebeu-se que esses formulários que não foram respondidos ou que foram devolvidos com preenchimento incompleto representavam estratégias de silenciamento por parte das mulheres abordadas. Era mais um indício de resistência ao tema da violência de gênero, principalmente por estar relacionado às experiências pessoais. A dificuldade de alcançar a totalidade da amostra, com os 376 questionários respondidos, fez estender o prazo do cronograma previamente elaborado pelo estudo. Para aplicação dos questionários, o estudo contou com a atuação de estudantes do curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que orientados pela pesquisadora, se dividiram em diversos pontos da cidade de Carangola.

⁵¹ Segundo Earl Babbie, o pré-teste objetiva melhorar o instrumento da pesquisa e, deste modo, o questionário deve ser pré-testado nas mesmas formas e condições em que será utilizado no estudo. Essa etapa permite realizar ajustes nas questões e constatar possíveis erros na maneira de coletar os dados. Sobre o assunto, ver: BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

No que se refere às questões abordadas pelo formulário, as doze perguntas foram divididas em duas partes. Na primeira, trata-se do perfil das entrevistadas⁵², na qual se argui sobre idade, profissão, estado civil, escolaridade, região de residência (se zona urbana ou rural) e renda. A segunda parte aborda perguntas específicas que objetivavam avaliar a existência de uma relação conjugal violenta. Para isso se arguiu sobre o grau de relevância do casamento, sobre como avalia a situação atual do relacionamento conjugal, o que mais desagradada na relação, se já havia pensado em se separar e, em caso afirmativo, quais seriam as razões que a levaram a pensar dessa forma. Caso tivesse pensado em separação, o que havia feito. Outra questão do formulário versava sobre o fato de ter pensando em denunciar o companheiro por agressão, se sofreu agressão de membros da família e, em caso afirmativo, quem agrediu. Por fim, se indagava se a mulher estava amparada por medida protetiva.

Para atingir o objetivo de conhecer casos de violências contra a mulher, ainda não notificados na Rede Pública de Saúde e nem na Delegacia de Polícia, a última pergunta do questionário arguia que, em caso de a entrevistada ter sofrido algum tipo de violência (física, psicológica, sutil, sexual, moral ou patrimonial), se aceitaria conceder um relato. Caso quisesse participar de uma entrevista em profundidade, deveria registrar seu número de telefone para que fosse contatada para a realização da mesma. Obviamente, não é surpreendente o fato de somente nove mulheres mencionarem que gostariam de participar de uma entrevista para relatar sobre a violência a que estavam submetidas. No entanto, após os contatos por telefone, somente duas concederam entrevistas, que somadas às oito entrevistadas que já haviam sido realizadas, totalizaram as dez entrevistas.

Ao transcrever os relatos nesta tese, as identidades das entrevistadas foram preservadas, seguindo o compromisso ético com a pesquisa. Substituíram-se seus

⁵² Para a aplicação dos questionários fechados, não houve o intuito em delinear características étnicas e nem religiosas das entrevistadas. Isso porque se temeu que houvesse algum tipo de resistência no preenchimento ou na devolução dos formulários preenchidos. Desse modo, os questionários não aludiam à tais abordagens porque o enfoque maior está na análise da violência doméstica/conjugal associada ao contexto social em que se encontram. Ou seja, esta tese se volta para a especificidade da violência contra mulheres que residem em uma cidade cujo tipo de sociabilidade impacta no silenciamento. Aspectos relacionados a etnia e a religião aumentariam o número de variáveis de análise e poderiam trazer vieses que não nos interessam neste momento.

nomes por pseudônimos, escolhidos aleatoriamente. Ainda no intuito de preservar e resguardar a identidade das entrevistadas, os nomes de ex-maridos e parentes, mencionados do decorrer dos relatos foram substituídos por outros, e também se optou por trocar por nomes próprios comuns.

Algumas entrevistas foram realizadas nos domicílios das mulheres, no entanto, a maioria se deu nas dependências do CREAS, em salas reservadas, a fim de que o encontro pudesse ocorrer sem intervenções nem exposições desnecessárias. A opção por esse local de entrevista justifica-se, basicamente, por dois fatores. O primeiro, porque em suas residências elas ficam inibidas, seja pelas condições físicas da casa, seja pelo desconforto de receber uma pessoa estranha em seu lar. Longe do espaço doméstico, percebe-se que a mulher se sente mais à vontade para contar sobre suas vivências e, ademais, o CREAS é um local comumente frequentado por elas. O segundo fator que motivou a escolha do CREAS como local para as entrevistas foi o fato de que houve incômodo, em alguns casos, dada a presença de familiares no domicílio da entrevistada como, por exemplo, filhos, mães, avós e tias, pois alguns se opunham a participação delas no estudo, temerosos pela segurança da narradora. As duas mulheres que responderam aos questionários e que se dispuseram a dar entrevistas também foram recebidas na sede do CREAS. Isso porque era uma maneira de conhecerem as instalações da instituição, o trabalho de apoio psicossocial realizado ali e, também, como possibilidade de inseri-las na rede de atendimento e apoio contra situações de violência doméstica.

Os dados encontrados por meio da aplicação dos 376 questionários fechados foram tratados estatisticamente com apoio do *software* R 3.5. A aplicação de questionários nas pesquisas sociais é indicada como método de pesquisa, conforme salienta Babbie⁵³, pois esse método pode ser resumido em três passos: 1) coleta e quantificação de dados; 2) os dados coletados são sistematizados em banco de dados, e, 3) é feita a análise após a coleta para confirmação de teorias. Os dados produzidos pelos questionários foram explorados através das estatísticas descritiva, exploratória e explanatória e constam do terceiro capítulo desta tese.

Muitos são os desafios de abordar o tema da violência contra a mulher num estudo acadêmico. A começar pelas definições conceituais que abarcam essa temática,

⁵³ BABBIE, 1999.

como, por exemplo, violência de gênero, violência conjugal, violência doméstica, violência familiar e todas as tipificações que envolvem as formas de agressão. Para a compreensão deste fenômeno nas relações sociais entre mulheres e homens, e, especialmente para esta tese, que aborda a violência contra a mulher na cidade mineira de Carangola, convém fazer uma incursão no entendimento dos conceitos “sexo”, “papéis sociais”, “gênero”, “patriarcado” e “violência”, sobretudo pensando como as diferenças sexuais se articulam às relações de poder. Esses termos estão imbricados e são fundamentais para entender como se dá a taxionomia da violência contra a mulher.

Nos anos oitenta, o movimento feminista passou a utilizar a palavra “gênero” em substituição à palavra “sexo” para reforçar que as diferenças entre homens e mulheres estavam relacionadas ao comportamento e não ao caráter biológico. O termo “sexo” remete à condição natural de macho e de fêmea e que se distingue por meio de seus órgãos genitais. As diferentes categorias de sexo possuem suas ações delimitadas culturalmente pela sociedade a determinados espaços sociais, os quais, por sua vez, prescrevem com rigidez os papéis sociais⁵⁴ de homens e mulheres. Enquanto espera-se que o homem assuma uma postura corajosa, calculista e impositiva nos espaços públicos, espera-se das mulheres atitudes passivas, submissas e resilientes, no espaço privado. Isso porque a “sexualidade masculina foi culturalmente genitalizada”⁵⁵ e dessa concentração da sexualidade na genitália deriva a expressão “falocracia”, que Heleieth Saffioti⁵⁶ nomeia como “o poder do macho”. Ou seja, o processo histórico conduziu o homem a concentrar sua sexualidade e seu poder nos órgãos genitais.

Os lugares sociais sexuados expõem múltiplas desigualdades e influenciam na posição subalterna da mulher, especialmente nas relações homem-mulher. Essas desigualdades foram reforçadas por meio de discursos que emudeceram as vozes das mulheres, relegadas aos espaços privados, afastadas do protagonismo social. O discurso filosófico de Aristóteles foi o primeiro a ser utilizado para designar papéis

⁵⁴ Entende-se por papel social as posições ocupadas na sociedade, influenciadas por convenções socioculturais estipulados para o homem e para a mulher, principalmente nas sociedades ocidentais modernas. Sobre o assunto, ver NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001, p. 105.

⁵⁵ SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 19.

⁵⁶ SAFFIOTI, 1987.

sociais de homens e mulheres. O discurso religioso prossegue sustentando uma noção de binariedade por meio do mito da criação de Adão e Eva e o episódio da expulsão deles do Paraíso. Do discurso religioso emergem as representações femininas antagônicas de Maria e Eva. A primeira como virgem santa e assexuada e a segunda como pecadora que induziu o homem ao pecado. Para Ana Maria Colling:⁵⁷

o discurso religioso que servirá durante séculos para legitimar os lugares e os papéis dos homens e das mulheres na sociedade ocidental tem como ideólogos vários santos da Igreja Católica. Diversos autores reconhecem em São Paulo um dos grandes responsáveis por uma explicação cristã da desigualdade dos sexos.

Deste modo, o discurso grego – de Aristóteles – conjuga-se ao eclesiástico, que por sua vez alia-se ao discurso médico “sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade”⁵⁸. Sob a fisiologia do corpo feminino a descrição anatômica da mulher se faz antagônica à anatomia masculina, construindo as diferenças entre os gêneros. Assim, as especificidades anatômicas femininas são consideradas inferiores à dos homens, que, por estarem localizadas externamente, seriam mais perfeitas. O útero torna-se o órgão que dá identidade à mulher e explica as características fisiológicas e psicológicas vulneráveis. Tal hierarquia construída pelo discurso médico impõe a construção das desigualdades de gênero.

A década de 70 do século passado representa um marco para a problematização das diferenças sexuais entre homens e mulheres, pois foi o período no qual emergiram as abordagens do conceito de gênero dentre as feministas norte-americanas, que possibilitaram teorizar a questão da diferença sexual.⁵⁹ A historiadora Joan Scott⁶⁰ com seu trabalho “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, publicado no Brasil em 1990, trouxe uma renovação para a discussão do

⁵⁷ COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados: Editora da UFGD, 2014, p. 70.

⁵⁸ COLLING, 2014, p. 78.

⁵⁹ SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

⁶⁰ SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2), p. 5-22, jul/dez., 1990.

conceito. Partindo da rejeição do determinismo biológico implícito na palavra “sexo”, Scott passou a considerar “Gênero” como uma categoria de análise histórica a fim de examinar as diferenças e as relações sociais entre os sexos estendida “à questão das diferenças dentro da diferença”⁶¹ e que está ligada à construção social do masculino ou feminino, sendo possível pensar em diversos sistemas de gênero e nas relações daqueles com outras categorias, como raça, classe ou etnia. Da mesma maneira, ampliou o foco da história das mulheres e de questões sobre como o gênero é percebido, pluralizando a categoria das “mulheres”.

O termo “gênero” se constitui matriz para dar significado ao fenômeno da violência, pois está presente em todas as dimensões da vida social, já que é elemento das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e uma primeira forma de significar as relações de poder.⁶² Há que se destacar que o conceito de “gênero” enquanto categoria de análise emergiu como estratégia para definir a terminologia a ser adotada para se referir ao sujeito feminino, nos estudos relacionados à História das Mulheres. Acreditou-se que “gênero” seria o termo suficiente para substituir “mulher”, o que suscitou “debates e interrogações quanto a melhor forma de se escrever uma História das mulheres”, afirmam Lívia Rangel e Maria Beatriz Nader.⁶³ No entanto, o esforço de Scott de teorizar, problematizar e codificar o conceito de “gênero” como estrutura modular para se pensar não só a História das Mulheres, como, também, uma história da construção social das categorias masculino e feminino é consenso entre os historiadores, os quais reconhecem a legitimidade e a utilidade deste conceito na pesquisa histórica, destacam as autoras.

Para além de se considerar o gênero como categoria para se pensar as relações sociais entre os sexos e, ainda, a categoria “mulher” com identidade diferenciada da de “homem”, viu-se a necessidade de compreender as múltiplas identidades de mulheres e suas diversas demandas, pela convergência entre gênero, raça/etnia e classe. Scott⁶⁴ afirma que não existe paridade entre esses três termos, pois, para ela, não há unanimidade entre os que utilizam o conceito de classe, e nem clareza

⁶¹ SCOTT, 2011, p. 89.

⁶² SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, Dec., 2007.

⁶³ RANGEL, Lívia A. Silveira; NADER, Maria Beatriz. História das Mulheres e Estudos de Gênero: identidade e relações de poder. In: _____. (Orgs). **Mulher e Gênero em debate**: representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014, p. 112.

⁶⁴ SCOTT, 2011.

ou coerência para as categorias “raça” e “gênero”. Já para Nicholson⁶⁵, há a tendência a se considerar o gênero como representativo do que as mulheres têm em comum, e aspectos de raça e classe como indicativos do que elas têm de diferente. No entanto, o entrecruzamento dos três eixos “gênero”, “raça” e “classe” permitem analisar as desigualdades que determinam as trajetórias de vida das mulheres. Se todas elas são oprimidas pelo sexismo, algumas são, de forma cumulativa, oprimidas pelo racismo e também pela diferença de classes.

A perspectiva conceitual da colonialidade de gênero⁶⁶ pensa o feminismo de resistência e acredita que o sistema colonial de gênero é marcado pela confluência entre raça, gênero, sexualidade e classe. É por meio dessa combinação que se dá a interseccionalidade, conceito teorizado por Kimberle Crenshaw (2002) que argumenta que categorias de opressões combinadas podem afetar a vidas das pessoas. A ideia de interseccionalidade visa “dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.⁶⁷ A proposta do feminismo de resistência de Lugones diz respeito ao enfrentamento da colonialidade de gênero que ainda persiste, e não mais da colonização. Para a autora, há que se contestar as formas de dominação e ensejar outras oportunidades às mulheres em situações de opressão por meio da descolonização do saber e do ser. Isso significa possibilitar formação para que as mulheres, sobretudo negras e indígenas, tenham voz e poder de fala. O contexto pós-colonial brasileiro permite perceber explicitamente a interseccionalidade entre raça e gênero, sobretudo quando se analisa os índices de violência que afetam as mulheres negras. No cerne das discussões sobre as dissimetrias entre raça e classe, agregadas à diferença de gênero está o poder, o qual influencia as relações sociais e a violência se impõe como instrumento para determinar o *status quo*. Mulheres negras e brancas possuem experiências diversas na hierarquia de gênero, sendo as primeiras as mais desprivilegiadas historicamente, pelos efeitos da colonização, da escravidão e do racismo. Ao politizar as desigualdades de gênero, o

⁶⁵ NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.

⁶⁶ LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

⁶⁷ AKOTIRENE, 2019, p. 19.

feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos, afirma Sueli Carneiro.⁶⁸

No bojo dos questionamentos levantados pelas pesquisas acadêmicas no campo historiográfico da História das Mulheres e das Relações de Gênero, profundamente ligado à História Social e à História Cultural⁶⁹, o uso da categoria “violência contra a mulher” remete ao “patriarcado” enquanto fenômeno social que carrega consigo a problematização das relações de poder e o domínio dos homens sobre as mulheres, particularmente nas relações conjugais.⁷⁰

Contudo, a extensão do poder do patriarcado é mais ampla e Miriam Pillar Grossi⁷¹ disserta sobre dois paradigmas teóricos acerca deste conceito. O primeiro, de acordo com a autora, parte do pressuposto que os homens usam da violência para controlar as mulheres e submetê-las à sua dominação. Sob o segundo paradigma, defendido por Grossi, a violência decorre do contexto cultural em que o casal se insere e é resultado de complexas relações afetivas e emocionais não restritas ao âmbito da heterossexualidade, podendo ocorrer em relacionamentos envolvendo duas mulheres ou dois homens.

Cecília Santos e Wânia Izumino⁷² vão além e mostram ainda uma terceira corrente que envolve a noção de patriarcado, a qual concebe a violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é vítima, senão cúmplice. Essa corrente relativiza a perspectiva dominação-vitimização e é defendida por Maria

⁶⁸ CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec., 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Jan. 2018.

⁶⁹ WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lidia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 585-589, 2005.

⁷⁰ Por relações conjugais entende-se como o projeto afetivo/emocional de duas pessoas, não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filhos. Sobre o assunto, ver GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis, Mulheres, 1998, p. 293-313. Para maiores informações, ver MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?** Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

⁷¹ GROSSI, 1998.

⁷² SANTOS, Cecília Mac Dowell; IZUMINO, Wânia P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe**, Universidade de Tel Aviv, v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

Filomena Gregori⁷³, cujo trabalho “Cenas e Queixas”, foi publicado no início dos anos 1990.

Ressalta-se que esta tese se ampara no primeiro paradigma, influenciado pela perspectiva feminista e marxista de Saffioti,⁷⁴ que compreende a violência como expressão do patriarcado enquanto sistema de dominação dos homens sobre as mulheres. Essa autora também defende que o patriarcado, enovelado com classes sociais e racismo formam um nó de contradições que torna complexa a situação das mulheres.⁷⁵

O patriarcado enquanto fenômeno social estabelece relações de poder e hierarquia entre os sexos e impõe às mulheres a condição de submissão a um círculo vicioso de domínio, controle, exploração e medo. Enquanto categoria, o patriarcado é fundamental para compreender a desigualdade entre os gêneros, pois se trata de um “sistema de estruturas sociais inter-relacionadas através das quais os homens exploram as mulheres”⁷⁶ e que estende sua atuação em diferentes esferas da sociedade. Segundo Sylvia Walby⁷⁷, ele está presente em seis estruturas: “nas relações de produção na esfera doméstica; nas relações patriarcais do trabalho assalariado”, manifestado pelas assimetrias das condições salariais entre homens e mulheres; nas relações patriarcais do Estado, o qual concentra suas políticas e ações voltadas para a manutenção de práticas patriarcais; na violência masculina; na sexualidade, manifesta pela heterossexualidade compulsória e nas instituições culturais patriarcais, como igreja e mídia, que criam representações sobre as mulheres, oprimindo suas subjetividades. Enraizado culturalmente na sociedade, o patriarcado é uma forma de poder que se impõe pela violência, simbólica⁷⁸ ou física,

⁷³ GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

⁷⁴ Um dos primeiros trabalhos da autora se tornou referência para a matéria. Sobre o assunto, ver SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

⁷⁵ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, jun., 2009. Disponível em: < http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf Acesso em: 31 jul 2018.

⁷⁶ WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.

⁷⁷ WALBY, 1990.

⁷⁸ Rachel Soihet assume que a submissão imposta às mulheres é uma forma de violência simbólica que permite compreender como a relação de dominação é construída de forma histórica, cultural e linguisticamente. Sobre o assunto, ver: SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas. **Revista Estudos Feministas**, v. 5, n. 1, p. 7-30, 1997, p. 7.

naturalizado pela diferença entre os sexos e entre os gêneros, conferindo superioridade masculina.

No que se refere a definição para o conceito de patriarcado, Lana Lima e Suellen Souza⁷⁹, na obra “Dicionário Crítico de Gênero”, publicada em 2015, ressaltam que a palavra se origina da combinação dos vocábulos gregos *pater* (pai) e *arkhe* (origem, comando), e que a expressão se refere a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. Frisam que, não obstante as mudanças porque passam a organização familiar no mundo contemporâneo, o modelo patriarcal ainda desempenha, não somente no Brasil, importante papel na estruturação das relações conjugais de gênero, legitimando as desigualdades de direitos entre homens e mulheres.⁸⁰

Tal discrepância de poder faz do patriarcado o mais antigo sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens, ainda vivo e constantemente realimentado por aspectos econômicos e políticos e, sobretudo, pela violência masculina contra a mulher e que as violências pautadas nas desigualdades de gênero sustentadas pela hegemonia masculina levam a crer que a violência contra a mulher necessita ser entendida como violência de gênero.⁸¹

Saffioti⁸² e Suely Souza de Almeida definem “violência de gênero” como categoria de violência mais geral, mais amplamente difundida e que caminha no sentido homem contra mulher. Essas autoras foram as primeiras a utilizar o termo, no livro “Violência de Gênero: poder e impotência⁸³”, publicado em 1995.

Nessa mesma perspectiva, Maria Amélia Teles e Mônica de Melo⁸⁴ avaliam a violência de gênero:

⁷⁹ LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2015, p. 515-519.

⁸⁰ LIMA, 2015.

⁸¹ SAFFIOTI, 1987.

⁸² SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

⁸³ SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

⁸⁴ TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 18.

como uma relação de poder de dominação do homem e de submissão da mulher em que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas.

As autoras admitem ainda que a violência de gênero é versada como violência contra a mulher, “expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 70”.⁸⁵ Logo, a violência de gênero privilegia, preferencialmente, a relação homem-mulher. No entanto, isso não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero, embora o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminhe no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura.

Tanto Saffioti e Almeida⁸⁶, quanto Teles e Melo⁸⁷, acreditam que a violência de gênero pode abranger a violência doméstica e a violência intra-familiar. Teles e Melo definem a “violência doméstica” como “a que ocorre dentro de casa, nas relações entre as pessoas da família, entre homens e mulheres, pais, mães e filhos, entre jovens e pessoas idosas”.

Igualmente, no entendimento das definições conceituais que envolvem a pesquisa sobre violência com ênfase na mulher e no que se refere a violência doméstica e familiar/intrafamiliar, esta tese se ancora na obra de Saffioti⁸⁸, a qual afirma que:

a violência familiar envolve membros de uma mesma família extensa ou nuclear, levando-se em conta a consanguinidade e a afinidade. Compreendida na violência de gênero, a violência familiar pode ocorrer no interior do domicílio ou fora dele, embora seja mais frequente o primeiro caso. A violência intrafamiliar extrapola os limites do domicílio. Um avô, cujo domicílio é separado do de seu(sua) neto(a), pode cometer violência, em nome da sagrada família, contra este(a) pequeno(a) parente(a). A violência doméstica apresenta pontos de sobreposição com a familiar. Atinge, porém, também pessoas que, não pertencendo à família, vivem, parcial ou integralmente, no domicílio do agressor, como é o caso de agregadas(os) e empregadas(os) domésticas(os). Estabelecido o domínio de um território, o chefe, via de regra um homem, passa a reinar quase incondicionalmente sobre seus demais ocupantes. O processo de territorialização do domínio não é puramente geográfico, mas também simbólico e assim, um elemento

⁸⁵ TELES e MELO, 2002, p. 19.

⁸⁶ SAFFIOTI e ALMEIDA, 1995.

⁸⁷ TELES e MELO, 2002, p. 19.

⁸⁸ SAFFIOTI, 2015, p. 75-76.

pertencente àquele território pode sofrer violência, ainda que não se encontre nele instalado.

Teles e Almeida⁸⁹ dissertam que há os que preferem denominar a violência doméstica como violência intrafamiliar, e, nesse caso:

pode ocorrer fora do espaço doméstico, como resultado de relações violentas entre membros da própria família e que o termo inclui outros integrantes da família, como crianças, pessoas portadoras de deficiências ou idosas, cujos agressores se aproveitam de sua vulnerabilidade para espancá-las.

As autoras destacam a origem dos termos “violência doméstica” e “violência intrafamiliar” enfatizando que o primeiro surge com o movimento feminista, que denuncia como o lar é tão perigoso para as mulheres, pois são as mais afetadas pela violência no espaço privado. Já a expressão “violência intra-familiar” tem sido usada nos programas nacionais adotados pelos governos latino-americanos e caribenhos.

Pode-se dizer que a violência de gênero decorre da hegemonia masculina sobre a mulher, que, por sua vez, se estende aos espaços simbólicos nos quais as relações homem-mulher se desenvolvem, sejam territorialmente nos âmbitos privados ou fora deles. Resultante da primazia masculina, a violência doméstica pode ou não ocorrer na esfera privada, tendo em vista que a dominação simbólica prevalece em múltiplos espaços onde vigoram as relações sociais entre homens e mulheres.⁹⁰

Quanto à definição de violência conjugal, Grossi⁹¹ faz reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. A autora versa que, ao privilegiar a categoria “violência doméstica”, são problematizadas as violências nas quais as mulheres são

⁸⁹ TELES e MELO, 2002, p. 19-20.

⁹⁰ Segundo Pierre Bourdieu, a primazia masculina baseada na divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social confere aos homens todas as condições de seu pleno exercício as quais envolvem as mulheres (dominadas) em ações que naturalizam esse domínio masculino. Assim, a ordem masculina exerce uma submissão encantada que constitui o efeito característico da violência simbólica. Sobre o assunto, ver BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

⁹¹ GROSSI, Miriam Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pilar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-313.

envolvidas no âmbito privado e que o confinamento delas nesse espaço legitimou a violência masculina no âmbito da conjugalidade, concebida por Grossi como o “projeto afetivo/emocional de duas pessoas não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filhos”⁹² e se fundamenta nas categorias amor e paixão, tidas, segundo a autora, nas culturas individualistas ocidentais modernas como “naturais” e como sentimentos obrigatórios para a união afetivo/conjugal. Assim, Grossi acredita que a presença das violências física, sexual, emocional ou psicológica nas relações afetivo/conjugais é inerente às contradições do modelo hegemônico de conjugalidade ocidental na modernidade e, assim, amplia o foco da problemática da violência conjugal das relações heterossexuais para as relações homoeróticas⁹³. Grossi discorre ainda que ao avaliar as violências nas relações conjugais permite-se alcançar maior visibilidade aos casos de violências.

Inclui-se no entendimento sobre violência contra a mulher e no que concerne a precisão de conceitos, a tipificação das diferentes formas de violências, tendo-as como ruptura de diferentes tipos de integridade: física, sexual, emocional e moral. Para esse estudo, levou-se em consideração a classificação dada pela Lei Maria da Penha, que, em seu artigo sete, define as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao

⁹² GROSSI, 1998, p. 298.

⁹³ Grossi justifica o uso da categoria “homoerotismo”, proposta por Jurandir Freire Costa, pois permite desconstruir a noção de homossexualidade como identidade fixa de um indivíduo atraído por pessoas do mesmo sexo para pensar a relação entre dois indivíduos do mesmo sexo como uma escolha do presente e não como determinação eterna. Sobre o assunto, ver COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.⁹⁴

Essas formas de violência podem evoluir no cotidiano do casal de forma lenta e silenciosa, progredindo em intensidade e consequências. O chamado “Ciclo da violência doméstica contra a mulher” possibilita compreender de que maneira as agressões se agravam, podendo culminar com a morte da mulher. O agressor pode, inicialmente, não lançar mão de agressões físicas, mas desenvolver atitudes humilhantes e hostis e limitar a liberdade individual. Desse jeito, antes de agredi-la fisicamente, contribui para diminuir a autoestima da mulher para que sujeite e aceite as agressões físicas. Destarte, a violência psicológica, em geral, precede à física. Nesse contexto de agressões, a mulher tende a aceitar e justificar as atitudes do agressor, protelando suas angústias até que a situação se torne insustentável.

O “Ciclo da violência” é comumente compreendido em três fases. Na “Primeira Fase” há a chamada “Construção da Tensão no Relacionamento”. É o momento no qual ocorrem incidentes como agressões verbais, crises de ciúmes e destruição de objetos. Pode-se identificar nessa fase a ocorrência das violências psicológica e patrimonial. Segundo Bárbara Soares⁹⁵, nessa fase a mulher acredita que pode fazer algo para impedir que a raiva dele se torne cada vez maior. Sente-se responsável pelos atos do marido ou companheiro e pensa que se fizer as coisas corretamente os incidentes podem terminar. Se ele explode, ela assume a culpa. Ela nega sua própria raiva e tenta se convencer de que “talvez ele esteja mesmo cansado ou bebendo demais”.⁹⁶

⁹⁴ BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm Acesso em: 18 jun. 2018, p. 1.

⁹⁵ SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

⁹⁶ SOARES, 2005, p. 23.

Na “Segunda fase” é quando ocorre a “explosão da violência”. A tensão atinge seu ponto máximo e acontecem os ataques mais graves. Consiste na etapa em que a violência física se materializa. Soares⁹⁷ destaca que nesta fase:

a relação se torna inadministrável e tudo se transforma em descontrole e destruição. Algumas vezes a mulher percebe a aproximação da segunda fase e acaba provocando os incidentes violentos, por não suportar mais o medo, a raiva e a ansiedade. A experiência já lhe ensinou, por outro lado, que essa é a fase mais curta e que será seguida pela fase 3, da lua-de-mel.

Conforme descreve a autora, a chamada “Terceira Fase” é conhecida por “Lua de mel”. Nesse período a violência física dá lugar ao remorso e o medo do agressor de perder a companheira. É a fase em que ele pode:

prometer qualquer coisa, implorar por perdão, comprar presentes para a parceira e demonstrar efusivamente sua culpa e sua paixão. Jura que jamais voltará a agir de forma violenta. Ele será novamente o homem por quem um dia ela se apaixonou.⁹⁸

Devido ao envolvimento nesse contexto de violência o processo de rompimento da relação pode ser lento e durar anos. O fenômeno da violência contra a mulher leva em conta a interação de diversos fatores, como aspectos sociais, culturais, ambientais, e, ainda, individuais. Remete ao estudo da condição feminina e a incorporação do tempo presente e dos testemunhos orais na pesquisa histórica, e, em vista disso, a chamada “história do tempo presente”, analisada por Françoise Dosse permite uma revisitação do passado numa “acepção extensiva ao que é do passado e nos é ainda contemporâneo ou ainda, apresenta um sentido para nós do contemporâneo não contemporâneo”.⁹⁹ A História do tempo presente insere-se no movimento de renovação historiográfica que possibilita o diálogo em diferentes áreas do conhecimento, amplia o uso de fontes e de temas de pesquisa, privilegia experiências individuais ou coletivas e valoriza a interdisciplinaridade. Dentre suas

⁹⁷ SOARES, 2005, p. 24.

⁹⁸ SOARES, 2005, p. 25.

⁹⁹ DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3381/338130378002/>> Acesso em: 19 mai. 2018, p. 11.

características estão a proximidade do historiador em relação aos acontecimentos, já que são contemporâneos aos seus objetos de estudo e à memória sobre acontecimentos e processos, os quais são essenciais para a construção do conhecimento histórico.¹⁰⁰ Especificamente nesta tese, em que as mulheres, além de objetos de estudo, tornam-se protagonistas ao compartilharem suas experiências vividas no tempo presente, cabe à pesquisadora, assentir com o que disserta Larrosa¹⁰¹, de que:

quando o ensaísta adota a máscara do historiador, o tema de suas histórias não é o passado, mas o presente. O que interessa ao ensaísta-historiador é a história do presente: não a verdade de nosso passado, mas o passado de nossas verdades; não a verdade do que fomos, mas a história do que somos, daquilo que, talvez, já estamos deixando de ser.¹⁰²

Em vista disso, as histórias de mulheres em situação de violência em contextos hodiernos objetivam o entendimento de suas realidades, experiências e subjetividades e, compreender o entorno em que estão inseridas. Marieta Ferreira e Lucília Delgado¹⁰³ acrescentam que o tempo presente constitui-se como realidade temporal propícia à construção de relatos e registros de lembranças, oferecendo possibilidade ao historiador de produzir suas fontes para a pesquisa que realiza e, também, para futuros estudos. Tem como exemplo a História Oral cujas narrativas e testemunhos são identificados como registros que contribuem para a história do tempo presente. Contudo, Dosse¹⁰⁴ alerta que “a História do tempo presente não é sinônimo de história oral, tal como é considerada muitas vezes pela Escola de Chicago, e os historiadores do tempo presente se recusam a reduzir a operação historiográfica a uma simples extensão e expressão da memória”.¹⁰⁵

¹⁰⁰ FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

¹⁰¹ LARROSA, Jorge. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Revista Educação & Realidade** [dossiê Michel Foucault], Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43, 2004.

¹⁰² LARROSA, 2004, p. 34.

¹⁰³ FERREIRA e DELGADO, 2014.

¹⁰⁴ DOSSE, 2012, p. 16.

¹⁰⁵ A designação “escola” refere-se à estilização na formação de tradições científicas. A Escola de Chicago se tornou referência para os estudos da Sociologia e foi formada por um grupo de professores e alunos e suas pesquisas desenvolvidas no período que se convencionou designar como “Idade de Ouro” do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago (1920-1932). No

A utilização do “tempo presente” como temporalidade de pesquisas é recente e se consolidou através dos estudos sobre as memórias do nazismo, desenvolvidos por Michel Pollak¹⁰⁶, viabilizando a aceitação de testemunhos diretos. O estudo da história do próprio tempo foi objeto de desconfiança, pois se considerava que, ao produzir uma história sobre o que se observava, se produziria uma história contaminada pelo próprio historiador. No entanto, o descrédito deu lugar ao “crescente interesse pela história dos acontecimentos atuais, e a produção sobre o ‘tempo de agora’ firmou-se como um campo de conhecimento dos mais vigorosos”.¹⁰⁷

A definição do tempo presente foi sendo redefinida, segundo o historiador alemão Reinhart Koselleck, em sua obra “Estratos do tempo”¹⁰⁸, na qual dedica um subcapítulo exclusivamente para abordar a “história do tempo presente”. O autor problematiza o presente enquanto tempo histórico e remete, em suas análises, a Tucídides e Heródoto, e a maneira como ambos contribuíram para a historiografia. O primeiro, por considerar que a investigação histórica deveria começar do hoje e não do passado, e, o segundo, cujas narrativas registravam, de forma crítica, as experiências de suas viagens pelo Oriente, levando a crer que a “história do tempo presente” não é uma novidade.

Uma vez apresentados os principais aportes teórico-conceituais deste estudo, bem como a metodologias de pesquisa, recorte temporal e local, resta demonstrar que esta tese está estruturada em três capítulos, os quais são intitulados em associação ao conto “A Terceira Margem do Rio”¹⁰⁹, de Guimarães Rosa. Esse conto também

final dos anos 1960 a Escola de Chicago começou a ser mencionada nos Estados Unidos e em outros países. Com o passar dos anos a Escola passou por fases distintas, superou crises e passou por revisões de teóricos quanto a métodos de pesquisa. Sobre o assunto, ver BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, Out. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 Jul. 2018.

¹⁰⁶ O autor se utiliza da História Oral para dar ênfase às “memórias subterrâneas” de dissidentes soviéticos e de prisioneiros dos campos de concentração a fim de explorar o que foi dito e o que foi silenciado. Sobre o assunto, ver POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

¹⁰⁷ MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 34.

¹⁰⁸ KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

¹⁰⁹ ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: _____. **Primeiras estórias**, 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.14-48.

serviu de inspiração para Milton Nascimento e Caetano Veloso¹¹⁰ na canção “A terceira margem do rio”, da qual são apropriados alguns versos para nomear os capítulos. A opção por essa obra para intitular as sessões da tese é em razão da dimensão mítica do Rio, que denota o sentido de travessia.

E essa dimensão simbólica de travessia se materializa em vários aspectos. Em primeiro lugar, na travessia enquanto pesquisadora, que, para além-montanha, enveredou-se para outro Estado, outra Universidade, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde ingressou em novos campos, compreendidos entre outro Programa de Pós-Graduação e Laboratório de Pesquisa. Mais um aspecto simbólico de travessia, se refere à pesquisa em si e todas as angústias vivenciadas por quem se atreve a estudar um tema tão delicado. A violência é considerada por Arendt¹¹¹ como a mais flagrante manifestação de poder. Dessa maneira, a abordagem do tema “violência”, especificamente quando se trata daquelas em que envolvem as relações de gênero, requer enfrentamento ao poder em suas dimensões simbólicas e explícitas. Esse campo de disputas de poder que envolve a violência torna-se ainda mais intensificado quando se trata de sociedades nas quais o controle de comportamento está em todas as esferas da vida, dado o baixo nível de individualização. O sentido de travessia representa ainda o enfrentamento cotidiano à violência, experiência dolorosa de tantas mulheres, aqui representadas pelo estudo de dez casos vivenciados numa comunidade de comportamentos típicos de uma cidade de pequeno porte, localizada no interior do Brasil.

O Capítulo 1, “*Água da palavra, água calada dura*”, apresenta as entrevistadas da pesquisa e seus perfis, rompendo o silêncio das violências sofridas. No conto que intitula o capítulo, a atitude de partir para o rio representa a busca pela mudança, o que, na tese, analogamente, se refere às denúncias feitas pelas mulheres. Assim, tal qual o poema e a música, o silêncio é como um personagem que habita a história de mulheres comuns, como as que são objeto do presente estudo. Nesse capítulo são apresentados os dados do SINAN de Carangola, dos anos 2014 e 2015, as características sociais da cidade pesquisada e quem são as dez mulheres que

¹¹⁰ VELOSO, Caetano; NASCIMENTO, Milton. *A Terceira Margem do Rio*. São Paulo: Discos CBS, 1990. 9 disco sonoro.

¹¹¹ ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

participaram do estudo e seus perfis. O objetivo principal desta seção é demonstrar como que o tipo de sociabilidade de cidades interioranas de pequeno porte, é determinante para o comportamento dos agressores e interfere na decisão das mulheres em oferecer denúncia.

No Capítulo 2, “*O rio viu, vi / O que ninguém jamais olvida*”, são feitas as análises dos relatos das narradoras da pesquisa. O silêncio é definitivamente rompido e o que fazia parte das memórias subterrâneas das mulheres que sofreram violências torna-se registrado, questionado e fonte de futuras pesquisas. À medida que se apresentam os relatos, discutem-se os objetivos principais elencados no projeto deste estudo, dentre os quais estão: 1) identificar características do patriarcado na cidade de Carangola; 2) investigar as relações de poder existentes nos espaços privados; e, 3) estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais. O estudo dos dez casos foi realizado individualmente pela pesquisadora e, também, de maneira comparativa por meio da leitura exaustiva das entrevistas transcritas. Os relatos são apresentados nesse capítulo em forma de blocos temáticos divididos em: 1) Tipos de violência relatados pelas entrevistadas; 2) Violência psicológica, destruição da auto-estima e silenciamento; 3) Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo; 4) Um caso especial: a violência contra a mulher idosa; 5) Medo: fator inibidor ou impulsionador da Rota Crítica; e, 6) Recomeço: alcançando a Terceira Margem.

O Capítulo 3, intitulado “Cruzando a terceira margem do rio”, consiste na apresentação dos dados coletados por meio dos 376 questionários, que, somados às dez entrevistas em profundidade, permitem afirmar a hipótese de que há silenciamento da violência contra as mulheres em Carangola. Esse último capítulo aborda ainda como as mulheres carangolenses avaliam o casamento e como o tipo de sociabilidade local se relaciona ao silenciamento das mulheres e desencoraja as denúncias aos crimes de violência conjugal.

CAPÍTULO I: “Água da palavra, água calada dura”

Neste capítulo apresentam-se as entrevistadas da pesquisa e seus relatos, rompendo o silêncio das violências sofridas, registrando as memórias das mulheres. No conto “A Terceira Margem do rio”¹¹², que serviu de inspiração para os nomes dos capítulos desta tese, o narrador-personagem descreve a atitude do pai de mandar construir uma canoa e partir para o rio. Essa partida representa a busca pela mudança e na tese, analogamente, se refere às denúncias feitas pelas mulheres e o processo de encorajamento daquelas que ainda não denunciaram. Tal qual o conto, o silêncio é como um personagem que habita a história das mulheres entrevistadas, e que, quando rompido, denota o sentido de travessia, em busca da Terceira Margem.

Com intento de compreender o fenômeno social da violência contra as mulheres, esta tese trata sobre a realidade de mulheres anônimas, residentes em Carangola, município da Zona da Mata de Minas Gerais, sobretudo aquelas que convivem com violências física, sexual, psicológica, moral, sutil e/ou patrimonial. Elas são as fontes da pesquisa, e, por meio de seus relatos, percebe-se que, mesmo com o passar do tempo, o patriarcado foi alterando sua configuração, mas manteve suas premissas pautadas no poder e na autoridade masculinos.

São exploradas narrativas de mulheres envoltas por um contexto de violências, vividas no tempo presente, e introjetado de tal maneira que nem elas mesmas identificam as agressões sofridas como violência. Essa introjeção atua como poder invisível, que nada mais é do que o poder simbólico¹¹³ conceituado por Pierre Bourdieu. Nos estudos de Bourdieu, os conceitos de “campo” e de “*habitus*” sustentam análises de poderes entre agentes e espaços sociais. O autor designa “campo” como um espaço simbólico, um microcosmo social formado por agentes, individuais ou instituições, que pressupõe confrontos que legitimam as

¹¹² ROSA, 2001.

¹¹³ Existe uma construção simbólica em torno do falo no qual se hierarquizam as diferenças entre homens e mulheres, cujos corpos estão inseridos num sistema simbólico de dominação. O poder simbólico estaria associado à legitimidade e autoridade masculinos. Sobre o assunto ver BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

representações.¹¹⁴ No campo no qual as regras estão estabelecidas pelo poder simbólico, a autonomia da mulher é limitada, ou até mesmo anulada, pelo fato de estar inserida numa estrutura marcada pelo poder que legitima a dominação masculina. Já o conceito de *habitus*, adotado por Bourdieu, remete ao sentido de sistema de práticas e representações e é condicionante das ações individuais ou coletivas. Constitui a maneira de pensar, agir e julgar, regendo a moral cotidiana. Trata-se de uma espécie de mecanismo que opera sem a necessidade de o agente raciocinar para se orientar e se situar de forma racional num determinado espaço. Sob a perspectiva do autor, as relações de dominação entre os sexos incidem em um sistema socialmente constituído, de divisão incorporada nos “*habitus* dos agentes”¹¹⁵ e continuamente realimentada e reforçada por sistemas simbólicos de dominação incorporados em relações sociais de poder e exploração dentro de uma organização social baseada na divisão de gênero. A construção social do significado de homem e de mulher é entendida como efeito de uma ordem social masculina absorvida pelos atores sociais como um sistema de interpretação na rotina da divisão do trabalho e nos rituais coletivos e privados.

Para Bourdieu¹¹⁶, a ruptura no quadro da dominação masculina nas sociedades pressupõe mudanças na consciência dos dominados e dos dominantes porque a dicotomia entre os sexos está fortemente presente nas práticas cotidianas e no *habitus* de cada indivíduo, de maneira que pareça natural. E essa naturalização pode encontrar solo fértil em comunidades propensas a rígidos códigos normativos patriarcais. Em cidades interioranas o patriarcado encontra o tipo de sociabilidade propenso à violência, uma vez que é utilizada como afirmação da masculinidade, desejo de vingança, defesa da honra, ou para estar em evidência perante determinado grupo social. Em contextos como esse, o homem que agride uma mulher está demonstrando sua supremacia para seu grupo social, ou seja, quando pratica algum ato de violência contra a mulher está respondendo aos estereótipos patriarcais que insistem em permanecer na sociedade.¹¹⁷

¹¹⁴ BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004b.

¹¹⁵ BOURDIEU, 2017.

¹¹⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

¹¹⁷ NADER, 2006.

Infere-se que a prática da violência pode ser, ainda, a exteriorização de sua incapacidade de verbalizar seus sentimentos de frustração, pelo fato da agressão advir da raiva que aparece quando há razão para supor que as condições poderiam ser mudadas, mas não são, conforme afirma Arendt¹¹⁸. O uso da violência multiplica o vigor humano e pode ser justificável, mas nunca será legítimo, pois recorrer a ela em face de condições ultrajantes é extremamente tentador, completa a autora.

Violência e agressividade fazem parte da dinâmica identitária masculina já que esses atributos compreendem o recurso dos quais lançam mão na iminência da perda do poder que exercem. Especificamente numa localidade onde a visibilidade do indivíduo é maior, a cobrança social para que ele aja em conformidade com os padrões normativos impostos pela sociedade existe na mesma proporção. Considerando que na cidade de Carangola a proximidade entre as pessoas determina uma convivência constante entre os membros da comunidade, diferentemente do que ocorre em sociedades densamente habitadas, e que há poucas oportunidades de individualização, o comportamento da população é adaptado ao constante convívio com os outros. E essa dinâmica social tende a reforçar assimetrias de poder, prevalecendo a dominação masculina e as ações para exaltação dos valores masculinos, como a honra, a qual deve ser validada por outros homens e se materializa pela violência.

Buscando registros de casos de violência contra a mulher na cidade de Carangola, procurou-se a Secretaria de Saúde do Município para ter acesso ao banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). O Ministério da Saúde implementou esse sistema em 2009 e o SINAN é considerado uma forma de identificar o número de casos de violências ocorridas nos municípios brasileiros e fornece os registros de atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS) por violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos. O registro deve ser realizado pela Secretaria de Saúde Municipal de forma contínua e compulsória, nas situações de suspeita ou confirmação de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres e idosos, atendendo às Leis 8.069 (Estatuto da Criança e Adolescente), 10.741 (Estatuto do Idoso) e 10.778 (notificação compulsória de violência contra a mulher), quando do atendimento ambulatorial das mulheres nos hospitais e unidades de

¹¹⁸ ARENDT, 2011.

Pronto Atendimento. A notificação é realizada pelo gestor de saúde do SUS, mediante o preenchimento de uma ficha de registro específica¹¹⁹. Os números do SINAN não consideram os atendimentos realizados pela rede particular de Saúde.

1.1 Os números do SINAN: dados preliminares para o estudo da violência de gênero em Carangola

Ao buscar o acesso aos números do SINAN percebeu-se que, em Carangola, o registro dos casos de incidência de agressões à dignidade da mulher é reduzido. A pesquisa aos dados do SINAN da cidade de Carangola revelou o número de 43 ocorrências no ano de 2014 e 33 casos em 2015 relacionados a violências físicas, psicológicas, sexuais e morais. Num município no qual a população feminina adulta, segundo números do IBGE, consiste em aproximadamente 16.000 mulheres, esses dados parecem muito positivos, podendo até levar a crer que se trata de uma cidade em que as mulheres não sofrem violências. Sendo assim, as informações encontradas com a pesquisa na base de dados do SINAN, no que se refere à cidade de Carangola, representam indícios que poderiam passar despercebidos. Não fosse a experiência anterior, com o estudo realizado para a pesquisa de Mestrado da pesquisadora¹²⁰, na qual as violências eram relatadas tanto pelos mediadores das entrevistas (equipes do Programa Saúde da Família dos cinco municípios investigados naquela ocasião), quanto pelas entrevistadas, poderia se crer que Carangola e seus municípios vizinhos formam uma boa região para as mulheres viverem. Todavia, levantou-se a hipótese de que existe silenciamento nos casos de violência contra as mulheres.

Quais seriam as razões para o reduzido número de registros de casos de violência contra a mulher na cidade de Carangola? Esse questionamento permeou o estudo e o tipo de sociabilidade local foi considerado uma variável que indicava relação com o silenciamento dos casos.

¹¹⁹ WAISELFISZ, 2015.

¹²⁰ AMORIM, 2012.

Alguns fatores podem contribuir para o silenciamento e, conseqüentemente, as subnotificações dos casos de violência de gênero. Os rígidos papéis sociais que prescrevem diferentes funções para homens e mulheres contribuem para que a mulher adote uma posição de submissão e de silêncio sobre as agressões sofridas e, ainda, a crença de que a violência doméstica é um atributo das relações conjugais. A definição do poder hierárquico ditada pelo patriarcado dá ao homem o poder hierárquico de dominar a mulher e, por consequência, agredi-la, buscando disciplinar gestos, ações, ideias, de forma a conter o que seja contrário à normatização imposta pela sociedade patriarcal.

Assim, muitas mulheres ocultam da família as investidas agressivas de seus companheiros e se culpabilizam por elas. Da mesma maneira, o homem, no papel social de provedor do grupo familiar, uma vez denunciado e preso, pode vir a comprometer a sobrevivência daquele núcleo. Para além do fator econômico, existe a relação de afetividade do casal, gerando ambigüidade da conduta feminina em oferecer a denúncia a seu companheiro para não expor seu agressor e nem denegrir o ambiente doméstico, e, ainda, a “pressão familiar, dos amigos, da Igreja, no sentido de preservação da sagrada família”¹²¹. Por essas questões, um enorme número de violências cotidianas não alcança as estatísticas e fazem com que as subnotificações dos casos dificultem o desenvolvimento de políticas públicas e ações que visam combater a realidade de violência de muitas famílias brasileiras.

Especificamente, na cidade de Carangola, acredita-se que as peculiaridades de vida das mulheres, seja em nos contextos privados, nas relações com a família e amigos, ou nas cenas públicas, como ambiente de trabalho e estudos, interfiram na concepção cultural e na interpretação do que é violência para elas. O ambiente doméstico, como aponta Nader¹²², paradoxalmente, ainda é o lugar que pior trata as mulheres, e a literatura voltada ao tema da violência doméstica e conjugal dá conta de que esse espaço é o local no qual as violências praticadas contra as mulheres são mais frequentes.¹²³

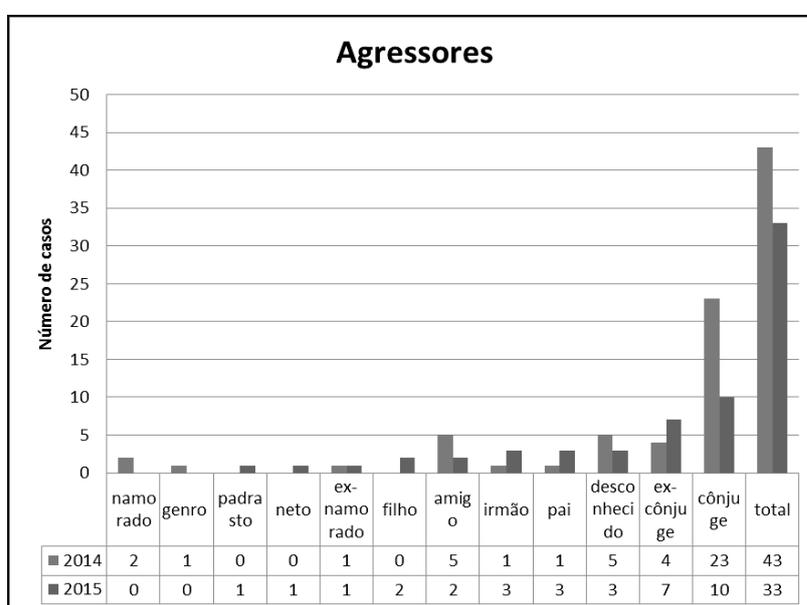
¹²¹ SAFFIOTI, 2015, p. 93.

¹²² NADER, 2006.

¹²³ NADER, 2006; SAFFIOTI, 2015.

Saffioti¹²⁴ corrobora com Waiselfisz¹²⁵ quando afirma que a violência doméstica tem lugar, predominantemente, no interior do domicílio, mas completa dizendo que nada impede que o homem espere sua companheira à porta de seu trabalho e surre-a exemplarmente, diante de todos os colegas. Forma de constatar que o poder simbólico da dominação masculina não possui barreiras físicas. Uma agressão cometida no espaço público, seja na rua ou no trabalho, evidencia a força da ordem masculina, que dispensa justificação.¹²⁶ E pode ser realizada tanto pelo marido, quanto por um desconhecido, como se vê no Gráfico a seguir (1).

Gráfico 1 – Quem são os agressores



Fonte: Dados extraídos do SINAN referentes a cidade de Carangola, nos anos 2014 e 2015.

Expõe-se no Gráfico 1 o número de casos de agressões notificados na Rede Pública de Saúde e, ainda, quem são os agressores apontados nos prontuários, com base nos registros do SINAN dos anos de 2014 e 2015, referentes a Carangola.

Os dados supracitados corroboram com as afirmações trazidas no campo da História das Relações de Gênero no Brasil e demonstram, na cidade mineira, que “cônjuge”

¹²⁴ SAFFIOTI, 2015.

¹²⁵ WAISELFISZ, 2015.

¹²⁶ BOURDIEU, 2017.

e “ex-cônjuges” são aqueles que mais agredem as mulheres. Tais informações caminham ao encontro das estatísticas nacionais da violência contra a mulher, como a Pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado¹²⁷ a qual estima que no Brasil cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos e o parceiro (marido, namorado ou ex) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados. Isso se dá porque o espaço doméstico é o local onde as relações de poder e dominação mais se manifestam e é nele que ocorre a maior incidência nos casos de violência contra a mulher, que, preferencialmente, é cometida por pessoas conhecidas.¹²⁸

Nos dados apresentados no Gráfico 1, com exceção dos que são categorizados como “desconhecidos”, os outros 68 agressores possuem algum tipo de relação de proximidade com as vítimas, evidenciando que os conflitos estão circunscritos ao ambiente doméstico e que envolvem pessoas que compõem o âmbito das relações pessoais das mulheres.

Ainda com base nos números do SINAN apresentados, ao analisar os registros por classificação ordinal, vê-se que o terceiro maior causador das agressões, apontado pelas mulheres carangolenses, foi categorizado como “desconhecidos”. É nesse aspecto que os registros do SINAN para Carangola chamam mais atenção, pois, conforme atesta Saffioti¹²⁹, a violência de gênero, na prática, raramente é cometida por pessoas estranhas. Tal assertiva levou-se a lançar indagações a respeito de quem seriam esses “desconhecidos”, apontados pelas vítimas de Carangola. Seriam, de fato, “desconhecidos”? Por se tratar de uma cidade pequena, as pessoas estão muito próximas umas das outras e suas relações sociais e profissionais também. Alegar que a agressão foi cometida por um “desconhecido” poderia ser uma maneira de se resguardar quanto ao julgamento moral da comunidade? Seria uma forma de proteção quanto a possíveis represálias?

Depois da categoria “desconhecidos”, a categoria “amigos” segue no *ranking* dos agressores, seguida por “pais” e “irmãos”. Esses dados também corroboram com o que a literatura ratifica sobre a relação hierárquica que confere ao homem a posição de mando e à mulher a posição de submissão, forma de expressão do poder do

¹²⁷ VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

¹²⁸ WAISELFISZ, 2015.

¹²⁹ SAFFIOTI, 2015.

patriarcado. Mesmo que o patriarcado, assim como os demais fenômenos sociais, esteja em permanente transformação¹³⁰, sua estrutura de poder contamina toda a sociedade, perpassando a sociedade civil e também o Estado.

Saffioti¹³¹ reconhece que, apesar de suas modificações, “a natureza do patriarcado continua a mesma”, pois reforça discursos normativos de papéis sociais e, na esfera da família, se estabelece como poder paterno, se estendendo posteriormente no contrato sexual do marido, por meio do casamento. Não designa especificamente o poder do pai, mas o poder dos homens ou do masculino enquanto categoria social. Nesse sistema de organização social as mulheres são hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens são subordinados aos homens mais velhos.

Para Moreira, Ribeiro e Costa¹³² essa lógica é tão profundamente internalizada pelos indivíduos que faz com que a violência seja uma característica intrínseca à relação entre os sexos. A violência insere-se nas relações interpessoais entre os gêneros e não se limita a questões geracionais, como apontado pelos números aqui apresentados quando se verifica o registro de agressões por parte de genro, filho e neto. As agressões cometidas por esses familiares, apesar de não serem expressivas nos números apresentados pelo banco de dados do SINAN para Carangola, evidenciam que a violência extrapola as gerações.

Tais registros reforçam a ideia de que o patriarcado ainda é forte na sociedade, sobretudo em regiões interioranas do país. E essas regiões são as que mais carregam o ônus patriarcal no comportamento de sua população, tendo em vista que a formação da sociedade brasileira teve sua base em locais onde a cultura do patriarcado se firma na figura do patriarca e no forte predomínio da ordem privada sobre a ordem pública. A ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando as instituições e se estabelece em todas as esferas do mundo social.¹³³

¹³⁰ SAFFIOTI, 2015.

¹³¹ SAFFIOTI, 2015, p. 114.

¹³² MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogos de espelhos. In.: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 169-189.

¹³³ SAFFIOTI, 2015, p. 99.

Desse modo, o patriarcado se ampara na violência para exercer o poder dos homens sobre as mulheres, atribuindo um caráter de propriedade a elas, principalmente devido a proximidade no convívio social e familiar. A supremacia masculina, que perpassa todas as classes sociais, confere poder ao homem, reforçando a oposição mulher passiva x homem ativo.

Assim sendo, a dominação masculina e o patriarcado legitimam o poder dos homens de determinar a conduta das mulheres e por estarem naturalizados nas relações sociais criam permissividade com relação à violência cometida contra elas. Ou seja, seguindo o ordenamento patriarcal “o homem deve agredir, porque macho deve dominar a qualquer custo; e mulher deve suportar agressões de toda ordem, porque seu ‘destino’ assim determina”.¹³⁴

Nos casos de violências contra as mulheres, devido ao fato de ocorrerem em espaços privados e praticados por pessoas conhecidas¹³⁵, a denúncia é vista como imprópria e o silenciamento dos casos de agressão acaba sendo tolerado pela sociedade. Hoje em dia já se pode afirmar que “Em briga de marido e mulher já se mete a colher”, de acordo com Saffioti¹³⁶, no entanto, ainda é naturalizada a violência praticada por homens que estão diretamente relacionados às vítimas fazendo com que os casos sejam tratados como problemas de foro privado, gerando banalização da violência perante a sociedade e, por conseguinte, silenciamento por parte das mulheres agredidas.

Corroborando tal assertiva, a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹³⁷ sobre a “Tolerância social à violência contra as mulheres”, constatou que 63% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente, que os “casos de violência dentro de casa devem ser discutidos somente entre os membros da família”. O estudo destaca ainda que 89% concordam que “roupa suja deve ser lavada em casa” e que 82% consideram que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Esses dados mostram como a sociedade brasileira é

¹³⁴ SAFFIOTI, Heleieth. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva**, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, vol. 13, n. 4, p. 82-91, 1999, p. 88. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Jul. 2018.

¹³⁵ WAISELFISZ, 2015.

¹³⁶ SAFFIOTI, 1999.

¹³⁷ BRASIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2014.

permissiva com a violência doméstica e familiar. A esse respeito, Lana Lage e Maria Beatriz Nader¹³⁸ revelam que as notícias veiculadas pela imprensa relacionadas aos casos de agressões e até de mortes representam uma maneira de “acompanhar as mudanças e permanências verificadas na sociedade brasileira no que diz respeito à violência cometida contra as mulheres”.¹³⁹ As autoras descrevem dez casos divulgados nos meios de comunicação e que alcançaram notoriedade e comoção popular. Percorrem notícias de crimes ocorridos desde o século passado, como o caso da “Rainha do Baile”, de 1905, ao assassinato de Eliza Samudio, sucedido em 2010. As reportagens destacadas pelas historiadoras apontam falas que desqualificam os conflitos dos quais as mulheres são vítimas e consideram que a violência doméstica faz parte da dinâmica das relações conjugais, o que dificulta a quebra do ciclo das agressões e impedem as denúncias.

Isso posto, leva-se a crer que a tolerância da sociedade para com os contextos de violência doméstica que atinge as famílias brasileiras impede que se tenha conhecimento do número real de casos que ocorrem diariamente. Da mesma maneira que há subnotificações e invisibilidade da violência contra a mulher no contexto macro, ou seja, em conjuntura nacional, o mesmo ocorre em cenários reduzidos, como comunidades e municípios. Nessa congruência, presume-se que o número de casos apontados pelos dados do SINAN dos anos de 2014 e 2015 de Carangola não é condizente com a realidade da violência experimentada pelas carangolenses no cotidiano, em suas relações pessoais. Por isso, pode-se questionar: os números inexpressivos do SINAN são resultados da subnotificação de casos de violência? O tipo de sociabilidade do município poderia ser o fator de maior relevância para o silenciamento dos casos de violência doméstica/familiar?

¹³⁸ LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 286-312.

¹³⁹ LAGE e NADER, 2013, p. 290.

1.2 Sociabilidade, patriarcado e violência contra as mulheres em Carangola¹⁴⁰

O campo de possibilidades aberto pela História Social permitiu voltar o olhar para o cotidiano de sujeitos até então esquecidos pela História. Ao legitimar novas áreas de investigação e ampliar o mapa do conhecimento histórico, a História Social propiciou a incorporação de temáticas como a infância, a mulher, a família, o crime. E, assim, eis que há a inclusão das mulheres e da abordagem de gênero nos estudos históricos. O homem, personagem histórico universal ocupa o lugar de uma pluralidade de protagonistas e de suas multiplicidades de vivências. A mulher passa a conquistar o interesse dos historiadores, que se debruçarão na emergência do cotidiano e dos espaços privados, onde se desenvolvem múltiplas relações de poder.

Certeau¹⁴¹ diz que a história das mulheres traz à luz as questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas. Essa emergência das mulheres como objeto de investigação e, ao mesmo tempo, sujeito da História, possibilitou a abordagem do cotidiano e o conhecimento da experiência vivida por elas, o que permite conhecer problemas sociais enfrentados, como os diferentes tipos de violências que se manifestam de diversas formas e atingem todas as classes sociais. O enfoque no cotidiano abriu espaço para análise das relações de poder entre homens e mulheres trazendo à tona as experiências de sobrevivência e resistência das mulheres em cenários adversos.

Nessa tese, o cenário de análise é o município de Carangola, já caracterizado na introdução desse texto, e que se distingue pela sociabilidade, já que a presença do mundo rural e a dinâmica social local faz com que a localidade tenha atributos de cidade de pequeno porte.

Sobre a classificação de cidades, Sposito¹⁴² admite que, mais do que a classificação populacional que tão somente as definiria como cidade de porte médio ou de

¹⁴⁰ Sobre o assunto, ver AMORIM, Érika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher: questionamentos frente ao silenciamento em cidades de pequeno porte. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 7, n. 1, p. 121-135, 2017b.

¹⁴¹ CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. v.1.

¹⁴² SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

pequeno porte, cabe analisar o entendimento sobre suas características e seus cotidianos. Para a autora, são chamadas ‘cidades de porte médio’ aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Contudo, não se pode conceituá-las como cidades médias apenas empregando o elemento demográfico, ou seja, para a observação de uma cidade pequena há que se considerar aspectos como a divisão do trabalho e os estilos de vida, a interação entre os valores rurais e urbanos na rotina da população, que apesar de ser urbana, vivencia e reproduz valores e práticas características do mundo rural. A autora cita, como exemplo, as práticas das relações de trabalho, de consumo, hábitos alimentares e o vínculo identitário com o lugar, fortemente presentes no cotidiano local.¹⁴³

O tipo de sociabilidade desse *lócus* de estudo diz muito a respeito dos dados notificados sobre a violência contra a mulher e, também, sobre como os casos de violência são silenciados pelas vítimas. A análise da violência contra a mulher em Carangola, no que se refere a sociabilidade, se ampara nas discussões teórico-conceituais de Norbert Elias. Na obra “A sociedade dos indivíduos”, Elias¹⁴⁴ ajuda a compreender as estruturas sociais da localidade estudada. O autor oportuniza a reflexão de como a presença constante de outras pessoas e a sua proximidade representa o controle do comportamento individual e o crescente autocontrole em todas as esferas da vida e são pessoas que representam a comunidade, tais como vizinhos, comerciantes e mesmo os próprios parentes, enfim, um grande número de atores sociais que convivem entre si. No caso específico da violência contra a dignidade da mulher, tais atores podem, por alguma razão, terem presenciado ou apenas terem conhecimento do processo de violência a que determinada mulher esteja submetida, uma vez que a proximidade entre as pessoas, dado o reduzido número de habitantes, faz com que os indivíduos dividam os mesmos espaços de convivência e se conheçam, apesar de não serem amigos próximos.

¹⁴³ SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wenderl (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010.

¹⁴⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

Elias¹⁴⁵ declara que as relações entre as pessoas são determinadas pelas estruturas e leis sociais e, por isso, deve-se pensar na estrutura como um todo, para compreender como se formam as partes individuais, ou seja, como agem as pessoas inseridas numa dada realidade social. Assim, cada mulher que silencia a violência sofrida, além dos fatores relacionados com a convivência pessoal com o agressor, afetividade, medo ou dependência financeira, o julgamento da sociedade representa, para essa moradora da cidade, o principal fator de ocultação sobre as agressões. Desse modo, o comportamento dos indivíduos dessa sociedade determina o silenciamento sobre a violência contra mulher.

Outro aspecto relevante para se observar a ocultação de relações conjugais violentas em uma cidade pequena se ampara nos comentários maliciosos, tais como os apresentados por Elias e Scotson¹⁴⁶ na obra “Os estabelecidos e os Outsiders”. Nesse livro os autores registram a pesquisa feita no final dos anos 50, numa pequena escala de análise, que chamam de microcosmo, de uma comunidade de periferia urbana, nomeada ficticiamente de Winston Parva. Analisam o comportamento da comunidade que forma esse povoado industrial, dividindo a população do lugar em dois grupos. Um que se reconhecia como “estabelecido”, fundado na concepção de antiguidade na ocupação do lugar, e outro grupo formado por recém-chegados, denominado “outsiders”. Entre eles havia relações de poder e o controle social¹⁴⁷ era feito por meio da fofoca, termo utilizado pelos autores. A palavra fofoca (*gossip*) significava “amiga” e, durante a Idade Média “mudou de significado, adquirindo uma conotação depreciativa”¹⁴⁸. O caráter depreciativo desse termo é analisado por Elias e Scotson quando fazem considerações sobre mexericos¹⁴⁹ e como a boataria representa um fator de entretenimento para determinadas sociedades. Os autores definem a fofoca como “informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas

¹⁴⁵ ELIAS, 1994.

¹⁴⁶ ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

¹⁴⁷ No que se refere ao controle social leva-se em conta o papel das instituições (família, escola, religião) que influenciam nas relações de sociabilidade e na reprodução de valores e orientações para a ação social. Nader destaca que tais instituições promoveram, na História do Brasil, o processo moralizante e o destino biológico da mulher. Sobre o assunto ver NADER, 2001, p. 71.

¹⁴⁸ FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017, p. 335.

¹⁴⁹ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 113.

às outras”.¹⁵⁰ Na afirmação dos autores, a informação veiculada pela fofoca é transmitida oralmente entre os membros da comunidade e com uma velocidade considerável, a fim de permitir que as notícias se espalhem pelo lugar na qual é gerada.

Elias e Scotson utilizaram uma escala reduzida de análise para estudar a localidade de Winston Parva, a qual constitui um paradigma para esta tese, que de forma semelhante e análoga investiga a violência de gênero em uma cidade com aspectos de cidade de pequeno porte, pois, segundo os autores¹⁵¹

o uso de uma pequena unidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável – microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal – um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala. Nesse sentido, o modelo de uma figuração estabelecidos-*outsiders* que resulta da investigação de uma comunidade pequena, como a de Winston Parva, pode funcionar como uma espécie de “paradigma empírico”.

Ou seja, para os autores, o paradigma empírico de relações estabelecidos-*outsiders* serve para compreender melhor a dinâmica das relações sociais de outras comunidades estudadas

uma vez que esse tipo de estudo engloba num mesmo conceito guarda-chuva certos tipos de relações que tradicionalmente só são percebidos como diferentes (...) e pode-se ver com clareza, por exemplo, o papel desempenhado nas relações estabelecidos-*outsiders* pelas diferenças entre as normas e, em especial, entre os padrões de autocontrole¹⁵².

O estudo que os autores realizaram sobre a especificidade de Winston Parva é norteador para a análise das relações sociais na cidade de Carangola, sobretudo a respeito de como influenciam no silenciamento dos casos de violências de gênero. Naquela investigação, os estudiosos identificaram o alto grau de coesão das famílias

¹⁵⁰ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 121.

¹⁵¹ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 20-21.

¹⁵² ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 49.

entre as duas comunidades analisadas, os estabelecidos e os *outsiders*. Destacam a função dos mexericos como instrumento de rejeição infalível, assim como realçavam, em alguns casos, a superioridade da conduta, dos valores e do estilo de vida de determinados segmentos dos dois grupos pesquisados, numa dinâmica de controle social.

O contexto no qual as mulheres pesquisadas estão inseridas acarreta singularidades que refletem a construção social de culturas masculinas e femininas marcadas por relações de poder assimétricas e, ainda, uma imagem idealizada sobre as relações conjugais. A esse cenário soma-se a situação de submissão e dominação, o espectro da vergonha e a dificuldade de tomar decisões por si ou de conceber qualquer pensamento sem a constante referência ao grupo.

De forma congruente, Elias¹⁵³ disserta que a cidade pequena é um daqueles lugares onde "a pessoa não tem oportunidade, nem capacidade de ficar só" e, em tais situações, o comportamento do indivíduo se adapta ao constate convívio com os outros a quem o desempenho tem que ser ajustado. Assim, há um crescente domínio comportamental pelos membros das famílias, da vizinhança e da comunidade em todas as esferas da vida.

Dado a essa característica, reconhecer a violência sofrida, falar a respeito dela e denunciar as agressões representam atos de rupturas com os padrões sociais da localidade. Do mesmo modo, agir com violência para disciplinar ações é dar uma resposta ao papel social masculino, exigido pela comunidade, que direta ou indiretamente, cobra do homem um posicionamento viril¹⁵⁴ a respeito de atos e condutas disciplinares, seja entre homens ou entre homens e mulheres.

Do mesmo modo, o controle dos comportamentos e ações por parte da comunidade foi observado no estudo de John Comerford¹⁵⁵, que pesquisou alguns municípios da

¹⁵³ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, p. 108.

¹⁵⁴ A virilidade é entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, mas também como aptidão ao combate e ao exercício da violência (sobretudo em caso de vingança). Em oposição a mulher, cuja honra, essencialmente negativa, só pode ser defendida ou perdida, sua virtude sendo sucessivamente a virgindade e a fidelidade, o homem "verdadeiramente homem" é aquele que se sente obrigado a estar à altura da possibilidade que lhe é oferecida de fazer crescer sua honra buscando a glória e a distinção na esfera pública. Sobre o assunto, ver BOURDIEU, 2017, p. 76.

¹⁵⁵ COMERFORD, John. Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Mata mineira. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros**

Zona da Mata de Minas Gerais, região onde está localizada a cidade de Carangola. O autor identificou o controle de deslocamentos e associações a parentescos, numa sistemática de “vigiar e narrar” como

a cuidadosa observação dos muitos movimentos cotidianos entre roças, casas e localidades, de suas direções, velocidades e permanências, dos agrupamentos de pessoas, das suas atitudes e expressões quando agrupadas, dos deslocamentos excepcionais (por envolverem estranhos, por se tratar de trânsitos inusitados, extemporâneos, furtivos, etc.), fornece rica matéria-prima acrescentada às inúmeras conversas em que essas pessoas se situam, posicionam e julgam mutuamente, mesmo enquanto discutem assuntos aparentemente distantes, neutros ou banais.

Infere-se, portanto, que o ato de vigiar, julgar e narrar é uma característica cultural de comunidades ou cidades pequenas. Nesse sentido, a observação inculca o julgamento, principalmente no que diz respeito a aspectos do mundo privado das famílias.

Em Carangola, de acordo com o apontado por Elias¹⁵⁶, a mobilidade das pessoas no sentido espacial e social é menor e é inescapável o envolvimento com grupos de parentesco e com a comunidade local. Aonde quer que o indivíduo vá, sempre há alguém que o conhece ou que é seu parente. Logo, o monitoramento social é exercido sobre a mulher que sofre violência ao longo de todo o processo, que envolve desde o ato em si até o momento em que se dirige à única delegacia de polícia da cidade para registrar uma ocorrência contra seu/sua agressor/a. Destaca-se que o transporte público não atende a região onde está situada a Delegacia de Polícia Civil.

Como já mencionado, em comunidades nas quais os laços sociais são mais intensos, como em Carangola, o tipo de sociabilidade favorece a vigilância e o controle, sobretudo da mulher, que conforme a hierarquia patriarcal de gênero deve ser adestrada. A vigilância da comunidade pode representar um fator de influência para o silenciamento da violência, atitude de passividade incorporada através da educação feminina voltada para a virtude, a honestidade e a discrição.

etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 31.

¹⁵⁶ ELIAS, 1994.

O sentido de adestramento da mulher é abordado por Beauvoir¹⁵⁷, a qual admite que no regime patriarcal o homem tornou-se o senhor da mulher e os mesmos atributos que atemorizam nos animais ou nos elementos indomados tornam-se qualidades preciosas para o proprietário que as soube domesticar. Sendo assim, o domínio da mulher pelo homem, sobretudo em sociedades com rígidos códigos patriarcais, se faz de maneira condescendente, isto é, recebe o apoio de outros indivíduos, dado a incorporação desse *habitus* comportamental e cultural.

Mediante as considerações sobre adestramento para uma boa conduta social e da relevância da fofoca no controle das ações dos moradores de uma comunidade pautada nos rígidos códigos normativos sociais, como Carangola, percebe-se que reconhecer um relacionamento violento, denunciar o agressor e se desvencilhar do vínculo conjugal pode ser difícil para algumas mulheres, por temerem o julgamento social da comunidade e fazer com que se sintam *outsiders* perante o grupo, causando um retraimento social.

Desse modo, supõe-se que, consoante a realidade social de Carangola, no momento da denúncia a vítima sofra constrangimentos e está exposta ao julgamento da sociedade. Se ela vai à pé até a Delegacia, está exposta às pessoas da cidade que poderão vê-la e, no caso de uma agressão física, identificar em seu corpo as marcas da violência. Durante o deslocamento, poderá até mesmo ser abordada por indivíduos que buscam oferecer algum tipo de ajuda ou apenas curiosos a fim de informações sobre o caso. Não obstante a violência sofrida por uma mulher, o ajuizamento moral da comunidade se converte em fofoca depreciativa.¹⁵⁸

Da mesma maneira, se uma mulher carangolense é agredida e pede um táxi para leva-la até a Delegacia, está exposta à possibilidade de um membro da comunidade julgá-la e, possivelmente, culpabilizá-la pela violência sofrida. Mesmo que se dirija a Delegacia por meio de transporte próprio, a fim de realizar a denúncia, poderá se deparar com servidores que podem ser parentes ou conhecidos do agressor, dado a personalidade própria de cidades pequenas e que poderão previamente desqualificá-la, buscando justificativas que culpabilizem a mulher por aquela agressão.

¹⁵⁷ BEAUVOIR, 1980, p. 196.

¹⁵⁸ ELIAS e SCOTSON, 2000.

Isso faz da fofoca uma variável relevante para a análise do silenciamento da violência contra a mulher em Carangola, porque, sustentada pela constante observação entre as pessoas em uma cidade pequena, representa o monitoramento das condutas sociais, tanto pela fofoca elogiosa dos que observam, quanto pela ameaça de fofocas depreciativas contra os suspeitos de transgressão das regras de “boa conduta” social.

Denunciar a violência conjugal representa assumir a condição de vivência num contexto violento e, conseqüentemente, de avaliação moral que busca justificativas para agressores e vítimas, essas últimas, culpabilizadas por códigos morais patriarcais. Nesse tipo de sociabilidade, a opinião do grupo, ou seja, da comunidade, é relevante, pois denota aceitação, e o julgamento social se torna instrumento nas relações de poder. É como se a comunidade se dividisse em dois grandes grupos: um formado por famílias nucleares e outro formado por famílias de mulheres separadas, tal como Elias e Scotson¹⁵⁹ mostram sobre a relação entre estabelecidos-*outsiders*. Reconhecer a violência conjugal pode significar rejeição e estigmatização por parte do grupo estabelecido, isto é, por parte da comunidade. Afirma-se, portanto, que o silenciamento da violência reside no aspecto de sociabilidade da cidade propenso à fofoca depreciativa, que emerge como fator de censura. A fofoca, nesse caso, apresenta-se como uma variável de análise peculiar a esse tipo de comunidade.

Alguns trabalhos realizados na Zona da Mata, no norte, no noroeste e no centro-oeste de Minas Gerais¹⁶⁰ confirmam tal assertiva e refletem sobre a circulação de fofocas dentre os vínculos sociais das comunidades, em meio às dinâmicas cotidianas da circulação de informações que carregam um repertório de avaliação moral, que se destina a depreciar a reputação de determinados indivíduos. Grazielle

¹⁵⁹ ELIAS e SCOTSON, 2000.

¹⁶⁰ CANIELLO, 2003; DAINESE, Grazielle. Chegar à Terceira Margem: um caso de prosa, paixões e maldade. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015; BENITES, Luiz Felipe Rocha. Da “consideração” e da acusação: notas etnográficas sobre reputação, fofocas e rumores na política. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 65-91; PEREIRA, Luzimar Paulo. A festa dos outros: fundamento e sistemas nas folias de Urucuia, MG. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 111-138.

Dainese¹⁶¹ pesquisou, nos anos de 2008 e 2009, o município mineiro de Santa Abadia do Pradinho (região do Alto Paranaíba) e percebeu a observação, o controle e o “falar dos outros” devido à proximidade entre as pessoas, o que, segundo a autora, possibilita um circuito particular de interação. Para a pesquisadora, essa proximidade cria condições para que os moradores se façam “conhecidos”, tecendo vizinidade social e qualquer encontro transforma-se em oportunidade para “falação”, quando se tematiza algo que se passa entre os moradores da localidade.¹⁶² Para ela, o fato de tratar de acontecimentos relacionados aos outros moradores não deixa de ser um hábito, e o contato e a intimidade entre os “conhecidos” permitem conhecer tensões existentes dentro dos lares.

Situação semelhante foi observada na pesquisa de Amorim¹⁶³ na qual se percebeu, dentre as entrevistas realizadas a fim de constatar o empoderamento das mulheres pela filiação sindical rural, comentários do tipo: “fulana apanha do marido”; “Hoje ela não vai te atender porque está toda roxa”.

Especificamente a respeito de Carangola, há registros de fofocas nas correspondências que o imigrante francês Alexandre Bréthel enviava aos seus familiares na França, na segunda metade do século XIX. Um dos temas abordados nessas correspondências, citadas na obra de Massa¹⁶⁴, é a violência e a calúnia: “entre vizinhos, no seio da mesma família, como por todo lado, há maledicência, inveja, disputas e também imputações falsas; rouba-se, mata-se impunemente”.

Historicamente, a região da Zona da Mata Mineira, da qual Carangola faz parte, é marcada por traços de ruralidade. A pesquisa de Comerford¹⁶⁵ realizada nessa região, entre os anos noventa e início dos anos dois mil, demonstra a maneira pela qual o pesquisador era percebido e “mapeado” em diferentes circunstâncias. Esse mapeamento de que trata Comerford nada mais é do que a observação e o controle feito pela comunidade. Conforme bem observa o autor:

Esse controle de deslocamentos e associações, exercido não só em relação a estranhos, não é casual ou secundário, mas sistemático e prioritário:

¹⁶¹ DAINESE, 2015, p. 49.

¹⁶² DAINESE, 2015, p. 49.

¹⁶³ AMORIM, 2012.

¹⁶⁴ MASSA, 2016, p. 123.

¹⁶⁵ COMERFORD, 2015, p. 30.

interrompem-se outras atividades para observar atenta e longamente quem passa, comentar com quem estiver ao lado para onde tal pessoa deve estar indo, com quem, conjecturar o que vai fazer, e, quando a pessoa volta, comentar a demora ou a rapidez e, de novo, o que deve ter ido fazer e com quem – e tudo isso poderá ser retomado mais adiante, desenvolvido em conversas em outros contextos.¹⁶⁶

Os olhares atentos, atributos do referido “mapeamento” mencionado por Comerford constituem julgamento moral e o mútuo controle exercido pelos indivíduos nas comunidades e cidades de pequeno porte. A pesquisa de Comerford auxilia na compreensão do estudo de caso referente a Carangola, pois se trata de uma etnografia que foi realizada na mesma região. O autor também destaca a presença da violência no cotidiano da população da Zona da Mata mineira na qual:

Os eventos envolvendo brigas e mortes se tornam necessariamente foco de atividade narrativa, histórias em disputa, com o desdobramento do assunto ou notícia em áreas por vezes extensas, durante um tempo que pode chegar a ser muito longo. As narrativas de brigas se destacam nas conversas cotidianas, introduzem uma atenção e silêncio, são anunciadas por fórmulas e, diante do estranho, se referidas a comunidades ou pessoas próximas, por um tom de confissão e de que já se sabe que o estranho já deve ter ouvido falar pela boca de outros.¹⁶⁷

Do mesmo modo, em seus estudos sobre vigilância e o uso do poder para controlar os indivíduos, Foucault¹⁶⁸ afirma que “o sucesso do poder disciplinar se deve, sem dúvida, ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.

Levando-se em conta a visibilidade latente entre os indivíduos que residem em localidades pequenas, há que se considerar que o fator da pessoalização influencie no silenciamento das mulheres com relação a violência doméstica na cidade de Carangola. O silenciamento da violência em locais como esses, pode ser compreendido tanto pela banalização das diversas formas de violência cometidas contra as mulheres, que cria um sentimento de tolerância e impunidade, quanto pela discriminação sofrida por elas, especialmente em sociedades nas quais os modos

¹⁶⁶ COMERFORD, 2015, p. 30-31.

¹⁶⁷ COMERFORD, 2015, p. 34.

¹⁶⁸ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1984, p. 143.

de vida conferem proximidade entre os indivíduos e a “arte” de vigiar, censurar e punir¹⁶⁹ disciplinam ações.

Nesse sentido, tanto a noção de *habitus*, de Bourdieu¹⁷⁰, quanto a abordagem de controle e vigilância dada por Foucault¹⁷¹, sustentam a afirmação de que o tipo de relações sociais da comunidade é determinante para o silêncio das mulheres que sofrem agressões em relacionamentos abusivos.

Conforme considera Certeau¹⁷², pode-se observar nos trabalhos de Bourdieu e de Foucault um mesmo esquema operacional. Em Bourdieu¹⁷³, o *habitus* pode ser interpretado como uma estratégia inconsciente para legitimar o discurso da violência contra a mulher, em defesa da honra e do cumprimento dos códigos normativos patriarcais. Em Foucault¹⁷⁴, a vigilância é o dispositivo que legitima o discurso, quando a sociedade cobra do homem ações violentas para corrigir práticas ou condutas consideradas imorais ou inadequadas para uma mulher.

Bourdieu contribui, ainda, ao afirmar que a honra ou a vergonha, seu reverso, é experimentada diante dos outros, e que a virilidade do homem tem que ser validada por outros homens, em sua verdade de violência real ou potencial. O autor completa ainda que, os homens, em busca de forçar o reconhecimento de seus valores ditos masculinos, exibem-se em atos de bravura ou covardia, como matar, torturar ou violentar, baseados no medo “viril” de serem excluídos do mundo de homens sem fraquezas e de se ver remetido à categoria tipicamente feminina dos “fracos”, “delicados”, dos “mulherzinhas”, dos “veados”.¹⁷⁵

Com efeito, a comunidade se torna um grande “panóptico¹⁷⁶” que observa, controla e julga as ações da população, sejam homens ou mulheres. Reforça disputas de

¹⁶⁹ Parafrazeando Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” na qual apresenta as estruturas de vigilância de prisões, escolas, fábricas e hospitais tendo em vista o fato de consistirem em instituições responsáveis por produzir “corpos dóceis”. Sobre o assunto ver FOUCAULT, 1984.

¹⁷⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

¹⁷¹ FOUCAULT, 1984.

¹⁷² CERTEAU, 1998.

¹⁷³ BOURDIEU, 1992.

¹⁷⁴ FOUCAULT, 1984.

¹⁷⁵ BOURDIEU, 2017.

¹⁷⁶ Na obra “Vigiar e Punir”, Foucault analisa que a questão do controle e da vigilância teria se inspirado no Panóptico de Bentham (século XIX), modelo de construção adotado em escolas, fábricas e sanatórios, mecanismo que possibilita a observação e o controle disciplinar. Sobre o assunto ver FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

poder nas relações sociais, pautadas em regras de controle e regulação, sobretudo pelas representações sociais do poder da família. Dessa maneira, a população se faz condescendente com as violências cometidas contra as mulheres, que, por sua vez, se silenciam motivadas por aspectos também impostos pela sociedade, como o medo, a vergonha ou a auto-culpabilização.

Os aspectos de sociabilidade da cidade de Carangola impuseram preocupação para as narradoras desta pesquisa, especificamente no que diz respeito ao resguardo de suas identidades. Para além do compromisso ético do estudo, a proximidade entre os habitantes da cidade substancia a substituição dos nomes das entrevistadas por pseudônimos, para evitar a exposição das mesmas, já que se trata de relatos de violências já conhecidas pela comunidade. Ou melhor, são “velhas histórias” ou “casos que todo mundo sabe” que fazem parte de memórias proibidas, indizíveis ou vergonhosas.¹⁷⁷

Trazer à tona a realidade diária de mulheres comuns consiste em estratégia de enfrentamento, pois contribui para o fim da invisibilidade e da banalização da violência, vivenciada dia-a-dia, tão silenciada e tacitamente aceita pela sociedade.

1.3 Por uma História das mulheres

A possibilidade que se tem hoje de abordar histórias de mulheres simples¹⁷⁸ só foi possível após a difícil trajetória historiográfica percorrida desde os anos de 1960. Não se pode deixar de mencioná-la, mesmo que brevemente, antes de tratar das entrevistadas desse estudo, já que até chegar aos dias atuais, muitos registros históricos deixaram de ser feitos, retardando debates, protelando discussões e conquistas nas agendas feministas.

¹⁷⁷ POLLAK, 1989.

¹⁷⁸ Usa-se o conceito de “simplicidade” do sociólogo José de Souza Martins, apesar de, em sua obra, o autor utilizá-la como “homem simples”, no formato universal de indivíduo. Não se discutirá a abordagem de gênero nesse conceito, pois o que interessa nele é a dimensão cotidiana de mulher simples, comum, anônima que, assim como o “homem simples” não só luta para viver todo dia, mas que luta para compreender um viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse um viver destituído de sentido. Sobre o assunto, ver MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

Os estudos sobre as mulheres assumiram papel de relevância com os novos campos que emergiram com o desenvolvimento da História das Mentalidades e a História Cultural, e estão relacionados às transformações socioculturais ocorridas entre os anos 1960 e 1970 e a campanha feminista que, conforme Soihet¹⁷⁹, envolveu a expansão dos limites da história. Nesse mesmo sentido, Scott¹⁸⁰ destaca as contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista.

O percurso do campo historiográfico “História das Mulheres e das Relações de Gênero” é muito bem delineado no texto de Soihet e Pedro¹⁸¹, no qual evidenciam que a disciplina História foi a que mais tardiamente apropriou-se da categoria de análise “gênero” e da inclusão da “mulher” como categoria analítica na pesquisa histórica. A partir da problematização do conceito de gênero como construção social e histórica do feminino e do masculino, e a rejeição ao binarismo biológico como responsável pelas diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, a História Social possibilitou que a categoria “mulher” fosse ampliada para a noção de coletividade, inserindo, assim, as múltiplas identidades de “mulheres” e de temas relacionados a elas, como trabalho, corpo, sexualidade, maternidade e família. No bojo das principais contribuições historiográficas que surgiram desde então, o enfoque do cotidiano permitiu transpor o silêncio e a invisibilidade que perduraram por longo tempo nesse terreno e nesse processo, refinaram-se os métodos, as técnicas e a inventividade com relação às fontes, proporcionando maior intimidade com aqueles segmentos e a ampliação dos horizontes da história.¹⁸²

À vista disso, é possível hoje analisar a realidade social de mulheres e homens, conhecendo seus mecanismos e suas pluralidades, e é o que se pretende fazer nesse trabalho, uma vez que se investiga a violência contra a mulher em uma cidade de pequeno porte, localizada no interior do Estado de Minas Gerais.

¹⁷⁹ SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7-30, jan. 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

¹⁸⁰ SCOTT, 2011.

¹⁸¹ SOIHET e PEDRO, 2007.

¹⁸² SOIHET, 1997.

1.4 Remando contra a violência silenciada

Sabe-se que a convivência com a violência é uma realidade de uma em cada três mulheres na América Latina.¹⁸³ O tema da violência contra a mulher emergiu das lutas feministas a partir de meados dos anos 1970 e recebeu reconhecimento internacional da Organização das Nações Unidas (ONU), que passou a estimular debates em torno dos direitos humanos das mulheres e elegeu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. No Brasil, os esforços para o enfrentamento à violência contra as mulheres despontaram nos anos 1980, com a criação de Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAMS) e, na década seguinte, em 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher ou Convenção de Belém do Pará se constituiu como instrumento jurídico internacional relevante para influenciar na elaboração da Lei 11.430/2006¹⁸⁴, conhecida como Lei Maria da Penha¹⁸⁵, dispositivo legal criado para prevenir e punir a violência contra a mulher no Brasil.

Mesmo sendo considerada uma violação aos Direitos Humanos e com a criação de mecanismos de denúncia e da agenda de políticas públicas e programas vinculados à mulher, muitas vivem silenciadas, sob um *continuum* de agressões dos diversos tipos. Em regiões interioranas o silêncio ainda prevalece quando o assunto é violência de gênero. Pouco se sabe a respeito daquelas mulheres que vivem em

¹⁸³ Conforme aponta o estudo realizado por Montserrat Sagot em dez países da América Latina: Belize, Bolívia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Peru. Sobre o assunto, ver SAGOT, Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

¹⁸⁴ BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm Acesso em: 18 jun. 2018.

¹⁸⁵ A Lei 11.340/2006 foi criada para dar tratamento diferenciado à mulher que se encontra em situação de violência doméstica ou familiar. Veio enrijecer penalmente a violência de gênero no Brasil, assim como ocorreu na Europa e na América Latina. Leva o nome da farmacêutica bioquímica Maria da Penha Fernandes, que sofreu duas tentativas de feminicídio de autoria de seu esposo. A primeira agressão foi um tiro que a deixou paraplégica; já na segunda, recebeu uma descarga elétrica durante um banho. Após 19 anos da prática do crime, o seu marido passou dois anos preso. O caso tomou tanta repercussão que foi feita uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, órgão sediado em Washington, Estados Unidos, que acatou, pela primeira vez, a denúncia de um crime de violência doméstica. Sobre o assunto, ver MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológica-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

contextos rurais ou em locais situados no interior do Brasil, e sobre a situação em que se encontram.

No entanto, a interiorização da violência contra a mulher no Brasil foi destacada pelo Mapa da Violência¹⁸⁶, de 2015, que divulgou a evolução dos homicídios de mulheres nas capitais e nos municípios brasileiros. O estudo apresenta uma estimativa do número de feminicídios¹⁸⁷ dada a entrada em vigor da nova Lei 13.104/2015, que transforma em crime hediondo os assassinatos por motivo de gênero. Essa pesquisa apresentou o ordenamento dos 100 municípios brasileiros com mais de 10.000 habitantes do sexo feminino, com as maiores taxas médias de homicídio de mulheres (por 100 mil). Os resultados dessa investigação identificaram que os municípios com as maiores taxas de assassinato de mulheres são os de pequeno porte, muito espalhados ao longo do território nacional¹⁸⁸, o que demonstra a interiorização da violência contra as mulheres no país. Apesar dessa constatação, ainda são escassos os trabalhos acadêmicos voltados para o estudo da violência contra as mulheres no interior do Brasil.

É por essa razão que o recorte geográfico do presente estudo o faz peculiar. A idiossincrasia de estudar a violência no interior do Brasil, numa região na qual os comportamentos são influenciados por rígidas normatizações conservadoras, fez

¹⁸⁶ WAISELFISZ, 2015.

¹⁸⁷ Os estudos que abordam as mortes de mulheres utilizam os conceitos de femicídio e feminicídio para definirem os crimes praticados contra as mulheres. Pasinato faz uma revisão bibliográfica de trabalhos produzidos na América Latina que abordam as categorias “femicídio” e sua variante “feminicídio”. A autora reconhece que tais conceitos carecem de melhor formulação, no entanto, afirma que mais importante do que a questão conceitual, é distinguir os femicídios de crimes comuns, como estratégia para prevenir a impunidade. Isso porque nos casos de femicídios persiste a ideia da opressão das mulheres pelos homens, demonstrando que os códigos patriarcais ainda estão fortemente marcados na sociedade. Para a autora, sempre que a morte de uma mulher apresenta-se como um ponto final de um *continuum* de terror, deve ser considerada como femicídio. Imbutido nesse conceito estão as ideias de que as mortes das mulheres estariam relacionadas ao não cumprimento de seus papéis sociais, conforme normatizada pela sociedade patriarcal e que, também, resultariam da discriminação baseada em gênero, já que é descrito como um crime cometido por homens contra mulheres, seja individualmente, seja em grupos. No femicídio os motivos das mortes não estão relacionados à raça/etnia, geração, filiação religiosa ou política. Já a definição de “feminicídio” foi dada por Marcela Lagarde que considera que ocorre quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um ambiente no qual não estão seguras em suas comunidades ou lares. Estão relacionados ao feminicídio, segunda a autora, a impunidade, a omissão, a negligência e a conivência das autoridades do estado, razão pela qual considera o feminicídio como um crime de estado. Sobre o assunto, ver: PASINATO, Wania. “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, Campinas, p. 219-246, Jul./Dec., 2011; e LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. In: RUSSEL, Diana E. H. y HARMES, Roberta A. (Eds.). **Feminicídio: una perspectiva global**. Traduzido por Guillermo Vega Zaragoza. México, CIIH, UNAM, 2006.

¹⁸⁸ WAISELFISZ, 2015, p. 26.

percorrer auspiciosos caminhos em busca de relatos de mulheres que sofreram violências de companheiros, namorados ou maridos. Como o objetivo da investigação era analisar a influência do patriarcado nos casos de violência contra a mulher em Carangola, foram estudados dez casos, ou seja, dez mulheres que viveram situações de violência de gênero foram analisadas. Robert Yin¹⁸⁹ avalia que dentre as variações do método de estudo de caso, um estudo pode incluir casos únicos ou múltiplos. A definição do número de dez casos a serem estudados se ampara na recomendação de Kathleen M. Eisenhardt¹⁹⁰ a qual considera que com menos de dez casos é pouco provável que se gere uma teoria, pois o contexto da pesquisa pode ser inconsistente, e com mais de dez casos fica muito difícil lidar com a quantidade e complexidade das informações.

Conforme informado anteriormente, na introdução desta tese, o acesso a maior parte das mulheres pesquisadas se deu por intermédio do CREAS da cidade de Carangola, tendo em vista que realizavam acompanhamentos psicossociais nessa instituição. Por meio do CREAS realizaram-se sete entrevistas e as outras três foram concedidas por mulheres que se apresentaram voluntariamente, após responderem aos questionários fechados aplicados em diversos pontos da cidade pesquisada.

Os registros das memórias e dos relatos das entrevistadas que participaram do estudo representam a ruptura com o silêncio de muitas agressões, conhecidas por seus familiares e seus vizinhos. Considera-se, ainda, que as memórias daquelas mulheres são representativas de todas as outras, que cooptadas pela equipe do CREAS ou por meio dos questionários, não quiseram romper o silêncio e se negaram a participar do estudo. O silenciamento dessas mulheres estaria motivado pelo *habitus* do patriarcado presente na cidade de Carangola? Ou estariam invocando seu “direito ao esquecimento”¹⁹¹? O pensador alemão Harald Weinrich, em “Lete: Arte e crítica do esquecimento”,¹⁹² propõe que as metáforas do esquecimento se relacionam com a memória e que o esquecimento pode ser

¹⁸⁹ YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

¹⁹⁰ EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 14, p. 532-550, 1989. Disponível em: https://business.illinois.edu/josephm/BADM504_Fall%202016/Eisenhardt1989.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

¹⁹¹ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

¹⁹² WEINRICH, Harald. **Lete**. Arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

consolador por livrar de recordar desgraças. O conflito entre o lembrar e o esquecer pode fazer parte da dinâmica da memória, num processo emocional desconfortante, e, por vezes, conflituoso. Isso porque o esquecimento pode significar “aquilo que já não tem significado na atualidade, mas também aquilo que tem significado demais”.¹⁹³

As memórias de mulheres que sofreram violência formam suas identidades e a imagem que têm delas mesmas e nas representações que possuem. Pollak¹⁹⁴ diz sobre memórias proibidas, envergonhadas, indizíveis. Concebendo que a memória é seletiva, por isso a lembrança da violência pode ser compreendida como um campo de disputas no qual o silenciamento, por vezes, requer seu espaço, já que os relatos dessas narradoras fazem parte de suas experiências pessoais, e elas podem querer resguardá-las como algo íntimo demais para ser revelado.¹⁹⁵ Todas elas, antes de se desvencilharem de uma relação opressora e violenta, viveram um cotidiano de violência e carregam em suas memórias uma vivência dolorosa. Há que se destacar que apenas uma das narradoras não sofreu violência conjugal, mas violência familiar por parte de seu filho e de sua nora, o que faz com que seus relatos sejam emocionados.

Lembrar, reconhecer, falar da violência seria conflituoso para as mulheres? Talvez para as mulheres de Carangola seja ainda mais difícil.

1.5 De quem se fala: as narradoras e seus perfis

As dez mulheres entrevistadas para esse estudo possuem perfis diferenciados, conforme mostra a Tabela 1, a seguir.

¹⁹³ PORTELLI, 2016, p. 47.

¹⁹⁴ POLLAK, 1989.

¹⁹⁵ PORTELLI, 2016, p. 15.

Tabela 1 – Perfil das entrevistadas da pesquisa ¹⁹⁶

Pseudônimo	Idade na ocasião da entrevista	Cor¹⁹⁷	Escolaridade	Profissão
Ana	42 anos	branca	Mestrado	Arquiteta
Bruna	54 anos	branca	Especialização	Servidora pública municipal
Carmela	29 anos	branca	Ensino Médio	Cozinheira
Daniela	31 anos	parda	Ensino Médio	Auxiliar de Serviços Gerais
Eulália	33 anos	preta	Ensino Médio	Operadora de Caixa
Luciana	29 anos	parda	Graduação em curso	Auxiliar de limpeza
Margarida	34 anos	parda	Ensino Fundamental incompleto	Auxiliar de limpeza
Maria	74 anos	preta	Analfabeta	Trabalhadora rural aposentada
Rosa	44 anos	preta	Ensino Fundamental incompleto	Ajudante de cozinha
Vera	42 anos	branca	Ensino médio	Servidora pública municipal

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

¹⁹⁶ A Tabela 1 foi elaborada levando em conta a ordem cronológica de realização das entrevistas em profundidade. Observa-se ainda que a escolha dos pseudônimos se deu de maneira que pudessem ser dispostos em ordem alfabética.

¹⁹⁷ O IBGE utiliza em suas pesquisas, desde 2000, cinco categorias que figuram nos questionários aplicados para seus estudos, inclusive utilizados no Censo Demográfico de 2010. Essas categorias são dispostas nos questionários na seguinte ordem: branca, preta, amarela, parda e indígena. Para categorizar as entrevistadas, foram apresentadas a todas as entrevistadas as cinco categorias de cores estabelecidas pelo IBGE, nas quais as narradoras fizeram suas escolhas com base na autoidentificação.

Explorando as informações contidas na Tabela 1, observa-se que quanto a cor da pele das narradoras da pesquisa, quatro delas se autoidentificaram como brancas, três como pardas e três como pretas. Pardas e pretas somadas constituem a maioria das mulheres desse estudo. São elas as que estão em situação de maior vulnerabilidade, piores condições financeiras e desempenham ofícios que requerem maior esforço físico do que intelectual. Sendo assim, a maioria delas pertence às camadas populares da sociedade.

Ao analisar o perfil das entrevistadas, evidencia-se também que a cor está relacionada à escolaridade e às atividades profissionais exercidas pelas mulheres do grupo. Aquela que é a mais idosa é a única analfabeta e é preta. As outras duas mulheres pretas que participaram do estudo são as que possuem menos anos de escolaridade e, de forma antagônica, as duas mulheres que possuem melhor escolaridade são brancas.

Percebe-se que cinco das dez entrevistadas exercem funções de cozinheira, ajudante de cozinha e auxiliar de serviços gerais e limpeza, ocupações que auferem baixos salários e que inviabilizam a essas mulheres poder de barganha por melhores condições de vida e luta contra diversos tipos de violência a que estão sujeitas.

Jessé Souza¹⁹⁸ faz uma crítica histórico-social da formação do Brasil na qual atribui ao culturalismo racista as razões para perpetuação de uma nação desigual, que fez da escravidão seu mote para desenvolver relações sociais de exploração, preconceito e violência. O autor afirma que quatro grandes classes sociais marcam a sociedade brasileira: 1) a elite de proprietários; 2) a classe média e suas frações; 3) a classe trabalhadora semiqualficada e 4) a ralé de novos escravos. Para ele, as classes populares, formadas com base numa sociedade escravocrata, constituem o que chama de “ralé de novos escravos”¹⁹⁹, que continuam sendo explorados em funções repetitivas e trabalhando horas em pé, como as empregadas domésticas e as faxineiras.

¹⁹⁸ SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a lava jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

¹⁹⁹ SOUZA, 2017, p. 102.

Tais profissões são exercidas por cinco entrevistadas, especificamente por aquelas que possuem menor grau de escolaridade (ensino fundamental incompleto), ou seja, possuem menos de quatro anos de formação escolar.

Dentre essas cinco narradoras encontra-se Rosa, que ainda está em fase de reconhecimento da violência. O contexto de violência ao qual está inserida afeta seus filhos, gerando um círculo vicioso de violências. Assim, Rosa, mulher negra, semianalfabeta e pobre, encontra ainda mais dificuldades para romper com o *continuum* de violências presentes em seu cotidiano.

No entanto, há que desconstruir o mito de que a violência contra a mulher é um fenômeno estritamente relacionado com a pobreza. O que ocorre é que para as mulheres com melhores condições econômicas existem recursos que são acionados, como por exemplo, o apoio de atendimento jurídico especializado e personalizado, e que são de difícil acesso às mulheres pobres. Isso pode induzir ao equívoco de que são menos agredidas do que as que estão em condições menos abastadas ou possuem menor escolaridade.²⁰⁰

Com relação às mulheres brancas entrevistadas, seus perfis confirmam as contradições sociais da sociedade e as necessidades de demandas específicas para grupos de mulheres negras, já que as mulheres brancas desta pesquisa são as que possuem melhor escolaridade e formação profissional. Elas também são as que demonstraram integrarem redes de apoio mais eficientes para o enfrentamento às situações de violências. Destoam do grupo de mulheres pardas e negras no que se refere a maneira como verbalizam, em seus relatos, suas experiências no contexto de violências e ainda no que tange ao sentimento de vergonha perante a sociedade, ao reconhecer que sofrem agressões de seus ex-companheiros.

Cabe reforçar, então, que a violência contra a mulher está presente em todas as camadas sociais e não elege cor. Contudo, a forma de enfrentamento é diferente dentre esses segmentos, privilegiando mulheres brancas e com melhores condições econômicas, o que faz reconhecer e reafirmar a necessidade de demandas específicas para cada grupo social. Assim, infere-se que o empoderamento das

²⁰⁰ CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica**: análise da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06. Salvador: JusPODIVM, 2006, p. 266.

mulheres é um fator diferencial que pode favorecer o enfrentamento da violência, uma vez que possibilita o alcance de “liberdades substantivas”, que é a liberdade relacionada à qualidade de vida, à segurança econômica e física, como sustenta Amartya Sen²⁰¹. Ademais, o nível de estudo, o direito de propriedade, as possibilidades de emprego fora de casa e de renda própria contribuiriam para fortalecer a condição de agente das mulheres. Segundo Sen²⁰², a condição de agente das mulheres está atrelada ao acesso ao mercado de trabalho, à instrução e qualificação profissional e a propriedade de bens, variáveis que influenciam as interações sociais e dão ganho de poder a elas, que, por sua vez, implicam em transformações em suas próprias vidas e também nas de seus companheiros e familiares.

No mesmo sentido, o autor aborda o conceito de empoderamento, o qual vem despontando nos debates acadêmicos envolvendo os movimentos de mulheres, os movimentos sociais do campo, as pesquisas acadêmicas, as ações das agências de desenvolvimento, de financiamento de projetos e nas políticas públicas. A ênfase dada é referente à autonomia nas tomadas de decisão, nas reivindicações das mulheres para além da esfera pública e na obtenção de poder em temas que afetam suas vidas.²⁰³

Para Sen²⁰⁴, o empoderamento econômico da mulher seria processualmente construído e contaria com o suporte da obtenção de uma renda, seja por meio do trabalho individual, seja coletivo, auferido a partir do ganho advindo de um emprego fora de casa. Assim, considera que a independência econômica é indispensável para o reconhecimento da condição de agente por parte dos indivíduos, por fazer com que se sintam como pessoas responsáveis por sua vida e emancipados.

O empoderamento feminino representa o rompimento das tradicionais relações familiares e possibilita o desempoderamento do homem. Dessa maneira, implica mudanças e experiências a todos familiares, porque o empoderamento advém da

²⁰¹ Sobre o assunto, ver SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

²⁰² SEN, 2000.

²⁰³ HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisele. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, 2007, p. 485-506.

²⁰⁴ SEN, 2000.

contribuição da mulher com relação às opiniões, propriedade de bens, escolhas na vida, permitindo a tomada de decisão familiar.²⁰⁵

A transformação das relações entre mulheres e homens relacionadas ao mundo do trabalho tem sido considerada em estudos acadêmicos que visam investigar as condições contemporâneas das relações de gênero, principalmente relacionado à posição da mulher enquanto sujeito histórico e à forma como lidam com os relacionamentos conjugais.

Nessa linha de pesquisa, Nader²⁰⁶, ao tratar das mulheres capixabas, constatou que depois de deixarem de depender economicamente do pai e/ou do marido, as mulheres passam a se relacionar de forma diferente com o casamento. Ao assumirem novos papéis sociais, começam a considerar o trabalho como possibilidade de realização social, em detrimento do matrimônio, antes concebido como projeto ideal feminino. Desta forma, a autora expressa que o empoderamento das mulheres tem demonstrado mudanças nas trajetórias femininas no processo histórico.

Contudo, quando as mulheres incorporam novas posturas e ações, enfrentam reveses de seu empoderamento, ao conquistarem visibilidade ocupando espaços sociais de destaque na sociedade e adentrando posições nos espaços públicos até então relevados exclusivamente aos homens. Esses reveses, em alguns casos, se manifestam em agressões e se destacam nos crescentes índices anuais de violência praticada contra a mulher, em todo o Brasil.

Uma das abordagens do conceito de “empoderamento” se volta para o acesso pela mulher aos bens materiais. Sen²⁰⁷ e Deere e León²⁰⁸ consideram que o empoderamento também está relacionado à possibilidade de ter a propriedade de bens e de imóveis, uma vez que pode ser percebida dentro desta concepção como podendo trazer implicações para a vida das mulheres e também na de seus companheiros e familiares, favorecendo a existência de relações de gênero mais assimétricas.

²⁰⁵ DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

²⁰⁶ NADER, 2008.

²⁰⁷ SEN, 2000.

²⁰⁸ DEERE e LEÓN, 2002.

Retomando a análise dos perfis das entrevistadas desse estudo, salienta-se que dentre as quatro mulheres brancas entrevistadas, três delas adquiriram imóveis e puderam recomeçar suas vidas em suas casas próprias. Esse empoderamento, segundo relatos das narradoras, adveio do trabalho remunerado e do reconhecimento de seus papéis como agentes e sujeitos de suas próprias vidas, em detrimento da condição de vítima. Tal sentimento pode ser identificado na condição da participação dessas mulheres nesse estudo, quando fizeram questão de contribuir com suas narrativas, principalmente entendendo-as como encorajadoras para outras mulheres. A leitura desses posicionamentos demonstra o fortalecimento de suas autoimagens, conferindo sentido para suas vidas com base no exercício de trabalho remunerado e descobrindo novas formas de realização pessoal.

Todos os mecanismos de dominação que preservam a submissão e o controle sobre corpos e mentes das mulheres são ainda mais realçados quando a cor da pele representa o instrumento simbólico que justifica discriminações e subalternidades. Sabe-se que o reconhecimento do peso do racismo na violência contra as mulheres é relevante para formulação de políticas públicas mais eficazes, já que as mulheres negras são as mais atingidas pela violência, conforme demonstra os dados do recente estudo do Instituto de Pesquisa DataSenado:²⁰⁹

Tabela 2 – Violência contra as mulheres negras e brancas

	Física	Sexual
Negras	74%	27%
Brancas	57%	11%

Fonte: Pesquisa DataSenado (2017)

A pesquisa organizada pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, constatou que existe uma relação entre a cor e o tipo de violência predominante, já que enquanto o percentual de brasileiras

²⁰⁹ BRASIL. Instituto de Pesquisa DataSenado. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Junho de 2017. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumento-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>> Acesso em: 02 mai. 2018.

brancas que sofreram violência física foi de 57%, o percentual de negras (pretas e pardas) foi de 74%.

Corroborando com o resultado das estatísticas que mostram as mulheres negras na faixa de maior índice de violência de gênero e contra a mulher, a feminista negra Sueli Carneiro²¹⁰ afirma que há um contingente enorme de mulheres que as políticas públicas não alcançam, haja vista as diversas realidades das mulheres. Historicamente, as assimetrias sociais impõem às mulheres negras um cotidiano de múltiplas violências e, por isso, políticas públicas generalizantes não contemplam as distintas vivências femininas.

Ser mulher e ser negra é estar duplamente implicada às possibilidades de exclusão, submissão e dominação de uma sociedade fortemente marcada pelo poder do patriarcado. Dessa maneira, percebe-se que a cidade de Carangola apresenta as mesmas contradições encontradas em outras cidades brasileiras, nas quais as implicações do racismo e do sexismo condenaram historicamente as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais.

As narradoras desse estudo possuem suas particularidades, e cabe conhecer a especificidade de cada uma delas, uma vez que, assim, podem-se compreender suas subjetividades, suas vivências e suas experiências de vida. Desse modo, na seção seguinte, apresentam-se as interlocutoras desse estudo e uma breve apresentação da situação de violência a qual cada uma estava submetida.

1.5.1 Ana: Não é só pobre que sofre violência

Esse caso estudado é peculiar por diversos fatores. Primeiro porque sua abordagem se deu de maneira diferente das outras narradoras da pesquisa. Não foi cooptada pela mediação do CREAS e nem pelos 376 questionários aplicados, mas sim quando da aplicação dos testes pilotos ou pré-testes, que visavam avaliar a primeira versão dos questionários e se os conteúdos abordados nas questões estavam

²¹⁰ CARNEIRO, 2003.

corretamente interpretados a fim de atender o objetivo da pesquisa, conforme orienta Babbie.²¹¹

O teste inicial foi aplicado em uma instituição de ensino superior pública e, sabendo do mesmo, uma mulher procurou a entrevistadora. Dizendo querer participar da entrevista contou sua experiência com o propósito de contribuir, por meio de seus relatos, para o fim do silenciamento de outras mulheres que vivem essa realidade.

A fim de manter o número de dez entrevistas para o estudo, excluiu-se a segunda entrevista que havia sido realizada sob a mediação do CREAS, justamente porque se avaliou que esta narrativa possuía maiores possibilidades de análise, dentro do que a pesquisa estava tratando.

Além da forma de abordagem, outro diferencial deste caso é o perfil socioeconômico, que destoa das outras mulheres, por se tratar de uma profissional liberal e que também exerce o magistério em nível superior. A entrevistada possui condições socioeconômicas que a permite fazer um acompanhamento psicossocial com profissional de sua livre escolha. Das dez mulheres entrevistadas, sete fazem acompanhamentos psicossociais, no entanto, são atendidas pela Rede Pública Municipal da cidade.

Essa narradora também difere das outras pelo fato de não ter sofrido violências físicas, apesar de ter vivenciado inúmeras situações de violência moral e psicológica. O estopim para a denúncia e para o pedido de medida protetiva de urgência se deu em razão do constrangimento que ocorreu no aniversário de sua filha, ocasião em que as agressões verbais proferidas pelo ex-marido se tornaram notórias perante o grupo social a que pertence.

Por fim, o último fator que a diferencia das outras entrevistadas é sua rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Pelos aspectos socioeconômicos, essa narradora possui melhor acesso ao atendimento jurídico, constituindo profissionais de sua confiança para assessorá-la. Além disso, a rede de solidariedade formada por sua família e amigos para encorajar a decisão de romper com a relação conjugal também era mais ampla, com articulações em diversas esferas sociais, fato que foi fundamental para o processo de ruptura de sua relação com o ex-marido.

²¹¹ BABBIE, 1999.

1.5.2 Bruna: viagens internacionais como pedido de desculpas

Bruna é uma mulher de 54 anos, servidora pública, pós-graduada, mãe de duas filhas e sofreu agressões físicas e psicológicas do ex-companheiro. Na terceira fase do ciclo da violência, que é a fase da “Lua de Mel”, seu agressor proporcionava viagens internacionais “em família”, como subterfúgio para se desculpar das violências que cometia. A entrevistada em questão não está mais sob medida protetiva de urgência, conforme informou em seu longo e emocionado relato, concedido na sede do CREAS.

O silenciamento de Bruna perante as violências às quais estava submetida durou dez anos, segundo relata. Desde o início do casamento, já na viagem de núpcias, o ex-marido demonstrava ser uma pessoa agressiva, o que havia sido percebido anteriormente e alertado pela irmã dela. No entanto, a entrevistada contou que a condição financeira dele e o que a proporcionava, como, por exemplo, as viagens internacionais, traziam encantamento e a esperança de dias melhores. A primeira agressão física que sofreu foi quando a primeira filha ainda era recém-nascida.

1.5.3 Carmela: facadas e risco de feminicídio

Para ouvir o relato de Carmela foi necessário contatá-la mais de uma vez. Com indicação e mediação feita pela equipe do CREAS, foi procurada na residência de sua mãe, a qual recebeu a pesquisadora de maneira receosa e informou que a filha não estava em casa naquele momento, sob o olhar atento da vizinhança. Não se sabia, até então, dos detalhes de seu caso, somente que havia sofrido uma tentativa de feminicídio por parte do ex-companheiro. Realizou-se outro contato e, enfim, Carmela aceitou conceder a entrevista na sede do CREAS. Ela possui o Ensino Médio completo, e tinha 29 anos na ocasião em que foi entrevistada, mas, fisicamente, aparentava ter mais idade. Trabalhava como cozinheira de um restaurante popular até sofrer as ameaças de morte por parte do ex-companheiro. O trabalho na cozinha, por muitas horas em pé, causou-lhe problemas com circulação sanguínea e, às vezes, por conta da trombose, se afastava do trabalho. Em razão da

violência sofrida teve que abandonar seu emprego para se proteger de uma nova tentativa de assassinato, sem poder cumprir os trâmites trabalhistas. Quando a entrevista ocorreu havia poucos dias que tinha saído do hospital e ainda mantinha um curativo no pescoço e outro na orelha, locais das facadas. Relatou que a violência ocorreu na rua, na porta da casa de sua mãe, no mesmo endereço onde a pesquisadora havia ido, e, por isso, ocorreu a reação de desconfiança da mãe e o olhar vigilante da vizinhança quando da abordagem inicial para a realização da entrevista. Ela viveu com o companheiro por dez anos e meio, no município de Fervedouro, vizinho à cidade de Carangola. O ex-companheiro a agredia com frequência e mais incisivamente quando bebia. Após muitas agressões, resolveram “se separar de cama”. No entanto, continuaram residindo na mesma casa, que era de propriedade dos sogros de Carmela. Os sogros são trabalhadores rurais e ambos adoeceram na mesma época, ocasião em que Carmela cuidou deles. Ficou acordado entre eles que, mesmo com a separação, Carmela e a filha poderiam continuar morando na casa, em contrapartida aos cuidados que dispensou aos sogros. Outra razão para continuar residindo na casa, apesar do rompimento conjugal, era o fato de a filha ser pequena, conforme alegou a entrevistada. Seis meses após a separação do casal, Carmela conheceu um rapaz, e começou a se relacionar com ele. O ex-marido não aceitou. Os sogros também não. O estopim para a tentativa de feminicídio foi uma foto tirada durante uma excursão a um santuário religioso, para o qual viajou acompanhada do novo namorado. O ex-marido recebeu pelo celular a foto enviada por seus amigos. Ferido em seu orgulho, tentou enforcá-la, sem sucesso. Carmela ficou com hematomas e para que não fossem notados os sogros prenderam-na dentro de casa, a fim de que vizinhos e a comunidade não percebessem a agressão. Carmela, no dia seguinte, fez contato com seu pai, que imediatamente a buscou, levando-a para Carangola. No mesmo dia em que foi acolhida na casa dos pais, o ex-companheiro foi até lá, acompanhado de um amigo e deu as facadas em Carmela, na frente dos vizinhos, na porta da casa de sua mãe.

Sua entrevista foi impactante, pois a violência havia ocorrido a menos de um mês. O amigo do ex-marido ainda está solto e teme-se que ele possa tentar contra a vida de Carmela.

1.5.4 Daniela: tentativa de estupro pelo tio materno, fuga do ex-marido, sequestro do filho.

O histórico de violências da vida de Daniela impressiona. De tal forma que ela não se dá conta de dizer que viveu experiências de violência, considerando apenas as agressões do marido como tal. Apresenta um quadro de rejeição por parte de sua mãe e tentativa de estupro por parte de seu tio materno. Daniela recebeu a pesquisadora em sua casa, amamentando seu filho caçula, recém-nascido. Sua entrevista foi tensa, porque o seu filho do meio, instruído pelo pai e pela avó paterna, vigia e controla os passos da mãe. Apesar de ser uma criança de seis anos, é agressivo com a mãe e com quem aparecer por perto. Com a pesquisadora não foi diferente. Assim que entrevista foi iniciada, o menino jogou uma caneca de alumínio com suco de manga, bem perto do local onde estava sentada, como forma de ameaça, fazendo muito barulho e sujeira. Daniela trabalha como auxiliar de serviços gerais, num restaurante, possui Ensino Médio completo e tinha 31 anos quando concedeu a entrevista. Viveu um vínculo conjugal violento por três anos e relata que a primeira agressão ocorreu no dia do aniversário de três anos do filho do meio. Quando esteve sob medida protetiva não recebeu apoio de sua família, principalmente de sua mãe. Após a primeira agressão resolveu dar uma segunda chance ao companheiro e se mudaram para Macaé, município do estado do Rio de Janeiro, em busca de empregos. Lá a situação só piorou, conforme relatou. A falta de dinheiro agravou a situação de violência e ela teve que fugir da cidade para escapar das investidas agressivas do companheiro. Escondeu-se, juntamente com os dois filhos, na casa de sua mãe na zona rural de Carangola, apesar da contrariedade da mãe. Quando voltou a morar sozinha, em represália à denúncia por violência doméstica e ao pedido de medida protetiva, o ex-marido sequestrou o filho do meio, causando sofrimento a Daniela. Hoje ela vive com outro companheiro, pai do recém-nascido. Relata que a relação conjugal atual é totalmente diferente da experiência anterior, e que vive um casamento feliz, apesar de ainda enfrentar problemas com o ex-marido, o qual disputa a guarda do filho e que acusa Daniela de abusar sexualmente do menino.

1.5.5 Eulália: o último abraço era, na verdade, uma apunhalada pelas costas

O caso da operadora de caixa Eulália não é diferente dos relatos anteriores. Está sob medida protetiva, pois viveu uma relação conjugal violenta que culminou com a tentativa de feminicídio. Aos 33 anos, recentemente concluiu o Ensino Médio. Possui dois filhos pequenos, sendo o caçula filho do agressor, seu ex-companheiro. Ao longo dos cinco anos de relacionamento o ex-marido não havia apresentado indícios de ser uma pessoa violenta. Viveram juntos por onze anos. A entrevistada menciona que ele era uma pessoa de saúde debilitada, “cardíaco”, e que havia passado por uma delicada cirurgia no coração, o que exigiu de Eulália o abandono de seu emprego e dedicação total para a recuperação do marido no período pós-cirúrgico. Sua filha mais velha, de treze anos, é fruto de um relacionamento anterior, cujo pai não assumiu a paternidade. A filha apresenta problemas psicológicos e dias antes da entrevista havia fugido de casa por duas semanas. Ambas fazem acompanhamento psicossocial no CREAS. O ex-marido está prestes a sair da cadeia, o que a deixa temerosa. Eulália relata que ele escreve cartas perguntando pelo filho e dizendo estar arrependido. Antes de ser atacada, já havia feito uma denúncia contra ele, por ter jogado um prato de comida nela. O casal já estava separado há três semanas quando ela foi esfaqueada na rua. Eulália havia ido para a casa da mãe com os dois filhos assim que se separou, sem levar pertences pessoais. Quando retornou à casa, para buscar roupas, o ex-marido alegou que queria conversar. Ela se esquivou e foi embora. No caminho, ele a interceptou e com a desculpa de dar um último abraço, apunhalou-a pelas costas, dando-lhe duas facadas. Durante a entrevista, mostrou as marcas de violência no pescoço e na mão, atingida ao tentar se proteger. A entrevistada disse que a participação na Igreja Evangélica é o que lhe dá forças para seguir a vida sem medo e perdoadando o ex-marido. Hoje vive um relacionamento com outro rapaz e relata ser uma experiência bastante diferente.

1.5.6 Luciana: socorrida pela filha de três anos.

O caso de Luciana, 29 anos, auxiliar de limpeza, estudante do curso de Pedagogia é peculiar. Contou com o apoio da filha de três anos para escapar da agressão do ex-marido, que estava enforcando-a na presença da criança, que gritou pedindo socorro. Luciana relatou que devido aos costumes tradicionais do meio rural, casou-se cedo, aos 20 anos, virgem, e logo engravidou. Ela narra que o comportamento promíscuo do ex-companheiro e as recorrentes traições conjugais levaram-na a contrair uma doença sexualmente transmissível, que, por sua falta de conhecimento, só foi compreendida anos mais tarde. Ela afirmou que nem conhecia o Papiloma Vírus Humano (HPV), tampouco seu significado. Em decorrência da contaminação teve uma gravidez interrompida por sangramentos causados pelo vírus. Luciana foi a única entrevistada do grupo que se separou assim que sofreu agressão física do ex-companheiro, depois de repetidas agressões verbais. Fez a denúncia, aguardou alguns meses para sair do trabalho e voltou a residir com os pais, em um distrito localizado na Zona Rural de Carangola. Embora tenha tido o apoio de sua família, a comunidade na qual reside não a “vê com bons olhos”, conforme narra. Para ela, morar numa comunidade rural é fator de desencorajamento para que as mulheres denunciem experiências conjugais violentas, pois, após o rompimento conjugal, não são aceitas pela comunidade, constatando como a sociedade pode ser cruel com as mulheres que sofrem agressões e que decidem pelo rompimento conjugal.

1.5.7 Margarida²¹²: violência desde a infância

Esta entrevistada possui um perfil que chama atenção pelo longo histórico de violências que sofreu desde a infância, e que ainda sofre com a filha. Ela tem 34 anos de idade, reside no meio urbano, trabalha como auxiliar de limpeza e possui ensino fundamental incompleto. Aos três anos de idade, após a morte de seus pais,

²¹² Alguns trechos dessa entrevista foram publicados no artigo AMORIM, Erika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Rompendo o silêncio da memória: História Oral e narrativas de violências no interior de Minas Gerais. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 22-41, ago., 2017a. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/3624>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

foi abrigada, junto com suas três irmãs, em uma instituição²¹³ que acolhe meninas em situação de abandono. Na adolescência, Margarida e suas três irmãs foram adotadas por três famílias diferentes, as quais possuíam parentesco entre si, e que alegavam que as irmãs estariam sempre juntas, embora residindo em casas separadas. Segundo relata a entrevistada, ela e suas irmãs passaram a morar com essas famílias a fim de realizar trabalhos domésticos.²¹⁴ Aos dezessete anos, após reclamar de maus-tratos, a família que tinha sua tutela entregou-a para os tios paternos, numa cidade vizinha. Passou, então, a residir com os tios, juntamente com um irmão que já era criado por eles e que, por ser do sexo masculino, não foi aceito no orfanato. A entrevistada conta que viveu um período conturbado nessa época, pois esse irmão havia tentado abusar sexualmente dela. Embora se queixasse aos tios, nenhum deles acreditava em Margarida, pois segundo conta, ela era uma “menina de orfanato” e “nessas meninas ninguém acredita”.

Depois desse período, ela viveu em várias casas. Morou com uma prima e posteriormente com uma irmã mais velha, até que veio morar em Carangola, na casa de outro irmão. Foi quando passou a frequentar uma Igreja Evangélica e conheceu o ex-marido, com o qual teve dois filhos. O casamento, segundo conta Margarida, foi “arranjado” pelo pastor, conhecedor de sua história. No entanto, a união conjugal, ao contrário do que se pensava, expôs Margarida a outros tipos de violências, com as quais conviveu por 12 anos, até conseguir de separar.

A entrevista é permeada por momentos de emoção e, por vezes, se torna confusa, tendo em vista que Margarida rememora fatos em diferentes contextos e épocas. Nessa tessitura de pontos e contrapontos, a entrevistada descreve seu histórico de violência, relembra pessoas e lugares desde sua infância, quando foi levada para o orfanato, perpassa a adolescência quando viveu sob a tutela da família que explorava seu trabalho doméstico e que culmina, atualmente, com agressões da filha. Hoje, ambas se encontram sob o monitoramento do Conselho Tutelar e do CREAS, pois a filha viveu um episódio de autoflagelação do qual fez uma denúncia

²¹³ Essa instituição é mencionada por Margarida em vários momentos durante a entrevista, e, ora é chamada de “orfanato”, ora “instituto”. A instituição por onde a entrevistada viveu parte de sua vida é considerada um “lugar de memória”. Sobre o assunto, ver NORA. Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo (10), dez, 1993.

²¹⁴ Em Carangola há um histórico de famílias que passaram a ter a guarda de jovens do orfanato para, em troca, utilizarem a mão-de-obra delas em serviços domésticos.

ao Conselho Tutelar, atribuindo à sua mãe os cortes que havia feito em seu corpo. No relato de Margarida percebe-se que ela busca traçar sua identidade, não só para ela, mas também para quem a ouve. *Quem é a Margarida?* Ela se pergunta enquanto conta sua história.

1.5.8 Dona Maria: idosa agredida pelo filho e pela nora

Dona Maria será chamada assim em respeito aos seus 74 anos. Trabalhadora rural aposentada, vivendo na Zona Rural de Carangola, sofre com o abandono, com a apropriação indébita de sua aposentadoria e da pensão do falecido marido, e, ainda, com as agressões do filho e da nora. A entrevista de Dona Maria foi intermediada por sua filha, pois a falta de dentes e as crises de choro e tosse, ocasionadas pelo quadro de depressão, dificultam sua fala. Uma senhora com aspecto físico frágil, que carrega sempre uma pequena toalha em mãos para secar as lágrimas e cobrir a boca nos momentos em que a tosse incessante a aflige. Parece inacreditável pensar que alguém se disponha a bater e chutar uma figura tão frágil, magrinha, como Dona Maria. Sua entrevista ocorreu na sede do CREAS, e, no dia anterior, a equipe de Assistentes Sociais havia organizado uma visita à casa da filha de Dona Maria, local onde havia sido acolhida após a denúncia das agressões, recebida pelo Conselho Tutelar. A pesquisadora participou da visita, numa comunidade rural vizinha a Carangola. Todo contexto exposto por Dona Maria é impactante. Seu filho dividiu a casa dela ao meio, para morar com uma companheira. Levou a maioria dos móveis de Dona Maria para sua parte da casa, deixando a mãe sem geladeira, fogão e acesso ao banheiro. Além disso, utilizava suas roupas de cama, sobretudo cobertores, deixando a mãe em situação de abandono material.

Segundo o Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa²¹⁵, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, as violências contra a

²¹⁵ Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Brasil: Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/publicacoes/violencia-contr-a-pessoa-idosa>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

pessoa idosa podem ser visíveis ou invisíveis. As visíveis são as mortes e lesões; as invisíveis são aquelas que ocorrem sem machucar o corpo, mas provocam sofrimento, desesperança, depressão e medo. Esse é o quadro em que se encontra Dona Maria, que só não morreu porque houve uma denúncia ao Conselho Tutelar por parte dos vizinhos, que estão atentos a tudo.

1.5.9 Rosa: contexto de violência que se estende à filha

Rosa foi indicada pela equipe do CREAS para participar do estudo em razão do contexto de violências a qual está submetida. Trabalha como ajudante de cozinha, possui 44 anos e ensino fundamental incompleto. Frequenta assiduamente a unidade para buscar atendimento psicossocial para ela e para a filha, que reside num abrigo para meninas, em Carangola, o mesmo orfanato que abrigou a entrevistada Margarida. A guarda da filha Ihe foi retirada devido à situação de abandono e violência, que culminou com o estupro da filha, aos cinco anos, ocorrido num campo de futebol, próximo à casa onde residia. Rosa contou que não conseguia controlar a filha dentro de casa e que ela vivia na rua, exposta a diversas situações de risco. A entrevistada não relata, mas em conversa com a equipe do CREAS foi mencionada a situação de vulnerabilidade em que os filhos de Rosa se encontram. Isso porque ela não dimensiona o contexto de violência em que vive, frequentemente denunciado pelo Conselho Tutelar por expor os filhos a cenas vexatórias de prostituição, brigas e discussões com diversos parceiros íntimos. Esse último aspecto é citado por Rosa, quando ela afirma “*que eles dão nela, ela dá neles*”, mencionando agressões de ambas as partes. Rosa narra situações de violência em todos os relacionamentos conjugais que viveu. As agressões estão internalizadas de modo que ela os interpreta como “briguinhas bobas”.

Recentemente, a filha de Rosa, hoje com 12 anos, sofreu outro abuso sexual quando se deslocava do Orfanato para a Escola. Desse ato, contraiu HPV, conforme narrado por Rosa. Esse caso de abuso sexual causou comoção popular e repercussão na cidade, por ter sido cometido por uma pessoa conhecida na comunidade. O agressor está preso e Rosa recebe, constantemente, visitas da filha

dele, que pede para que a denúncia seja retirada alegando que a menina já havia sido violentada antes e que se tratava de uma relação sexual consensual. Rosa permanece em situação da chamada Rota Crítica²¹⁶.

1.5.10 Vera: violência sexual do marido

A última entrevistada a ser apresentada é Vera, que atualmente é servidora pública municipal, e possuía 44 anos na ocasião da entrevista. Seu relato é marcado pela condição de empoderamento, que perpassa o enfrentamento à violência com a separação do marido, ao conquistar seu emprego por aprovação em concurso público e a aquisição de sua casa própria. Vera menciona o estupro conjugal como a pior das violências que sofreu em seu casamento. Contou como o álcool potencializava a violência de seu ex-companheiro e que não possuía apoio familiar para romper a relação conjugal. Por isso, aturou a relação abusiva até que, por meio do trabalho como costureira, conseguiu condições para alugar uma pequena casa e se separar. Expõe que teve o apoio de uma cliente de costura que é advogada, que muito a aconselhou e “mexeu com a papelada” para a separação. O caso de Vera demonstra que, por meio do trabalho, adquiriu sua casa, foi aprovada em um concurso público municipal e pôde recomeçar sua vida. Expôs que, dado à sua experiência com o ex-companheiro, não quis mais se envolver emocionalmente e encontra a alegria da vida no convívio com sua filha e sua neta.

Conforme apresentado, os diferentes perfis das entrevistadas desse estudo se desenham nas narrativas de suas experiências e sentimentos. Na condição de sujeitos da experiência da violência que viveram, as mulheres que participaram da pesquisa se dispuseram a expor suas cicatrizes assumindo a tarefa de compartilhar memórias e vivências particulares, que se emaranham a história de outras mulheres,

²¹⁶ A rota das mulheres em situação de violência se inicia com a decisão de romper o silêncio e denunciar. No entanto, antes disso, necessitam compreender que estão sofrendo violência, já que a sociedade educa a mulher para a submissão e naturaliza o uso da violência entre os gêneros, especialmente nas relações conjugais. O que ocorre com essa entrevistada é que ela não consegue identificar as inúmeras violências às quais está submetida diariamente. Sobre o assunto ver: SAGOT Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud, 2000.

ampliando vozes e recuando o silêncio. O sujeito da experiência seria como um território de passagem, como uma superfície sensível que produz efeitos, inscreve marcas, deixa vestígios e efeitos, como afirma Larrosa.²¹⁷

Desse modo, as narrativas das entrevistadas transmitem feridas ainda abertas, as quais afetaram particularmente suas vidas e a de seus familiares e, para além da oportunidade de dar-lhes vozes para tratar dessas chagas, há a possibilidade de oferecer-lhes a escuta. A responsabilidade do historiador ao abrir um espaço narrativo viabiliza o acesso aos testemunhos enclausurados na memória, fadados ao esquecimento por serem dolorosos demais para serem rememorados. Nesta tese, os testemunhos materializados pela história oral são apresentados a seguir, no Capítulo II. Os trechos que serão apresentados oferecem caminhos de interpretação envoltos numa teia de conexões entre relações de poder e dominação, nas quais os homens estabelecem sua hegemonia por meio da violência.

²¹⁷ LARROSA, 2002.

CAPÍTULO II: “O rio viu, vi / O que ninguém jamais olvida”.

A frase que intitula esse capítulo está relacionada aos relatos das dez mulheres que compõem o objeto desse estudo. Faz alusão ao rompimento do silêncio, e anuncia que as experiências que faziam parte das memórias subterrâneas das mulheres que sofreram violências tornam-se registradas, questionadas, debatidas e, também, tornam-se fontes para outras pesquisas. As fontes orais desse estudo são o eixo do trabalho e estão ligadas à memória e às narrativas de contextos e experiências de violências que jamais se esquece. Os relatos vão além das palavras aqui transcritas, categorizadas e conceitualmente definidas. Partiram, primeiramente, da arte da escuta, de uma troca dialógica e de olhares.²¹⁸ Muitas das vezes,

olhares marejados e vozes embargadas, pois a oralidade apresenta um quadro distinto, que é o apelo fortemente emotivo.

O respeito à identidade das narradoras dessa pesquisa se faz necessário porque grande parte dos relatos nunca havia sido mencionada. Era algo privado demais para ser lembrado. As narrativas constituem-se no embate entre a proteção da própria intimidade e o desejo da pesquisadora em conhecer histórias de mulheres simples e suas experiências num convívio conjugal violento. Pode ser que ninguém volte a ouvi-las e que elas nem queiram mais relatar tais experiências. Por vezes, esse estudo criou, para a pesquisadora, a sensação de impotência perante tantos relatos dolorosos. Ouvir repetidas vezes essas falas, durante as transcrições, causava incômodo. Ainda mais pelo fato de encontrar as entrevistadas pelas ruas da cidade em momentos posteriores às entrevistas, o que é inevitável numa cidade de pequeno porte como Carangola. O incômodo era e ainda é sentido por lembrar de suas memórias individuais e pelo sentimento de impotência por não ter o que oferecer, senão este trabalho e os produtos advindos dele, que serão encorajadores para outras mulheres que, anônima e silenciosamente, vivem situações parecidas.

Enfim, a atuação da memória esteve presente durante todo esse trabalho, impondo fim, ao menos nesses casos estudados, ao silêncio que a sociedade impõe às

²¹⁸ PORTELLI, 2016.

mulheres.²¹⁹ Seja por meio das memórias subterrâneas e perturbadoras que passavam pelas narrações privadas e pessoais captadas pela história oral, seja pelas memórias da historiadora que exercia a arte da escuta, do registro, da análise e da escrita.

A história oral de mulheres, bem como afirma a historiadora italiana Luiza Passerini²²⁰, carrega consigo as informações sobre os homens, numa recusa em conceber as mulheres e os homens como entidades separadas. A autora disserta que:

Estas narrações históricas não apenas colocam em evidências problemas e aspectos que outras fontes não evidenciam, como o papel das emoções no cruzamento entre público e privado, mas contém silenciamento problemáticos, que indicam as tensões entre a subjetividade e a pesquisa histórica.²²¹

A relevância da história oral para a história das mulheres, na concepção de Passerini²²², amplia as noções conceituais de análise para além do gênero, por combinações entre gênero, geração, corpo, cor do corpo, pertencimento cultural e religioso. Essas abordagens só foram possíveis com a emergência dos debates iniciais sobre a categoria “gênero”, que indicava uma nova modalidade de estudos inserida nas tendências historiográficas. Permitiu investigar a construção social das diferenças entre homens e mulheres e hoje se amplia pela categoria “mulheres”, tornando os estudos de gênero uma questão transversal, como disserta Pedro.²²³

Seguindo essa perspectiva transversal é que os relatos que se apresentam a seguir foram estudados, problematizados, contextualizados. As narrativas permitem reconstituir decursos cotidianos que geralmente não estão registrados em outro tipo de fonte.²²⁴ É por meio dessas narrativas que se analisa a presença dos ideais patriarcais na cidade de Carangola e como e porquê a violência doméstica e familiar

²¹⁹ PERROT, 1989.

²²⁰ PASSERINI, 2011.

²²¹ PASSERINI, 2011, p. 99-100.

²²² PASSERINI, 2011, p. 101.

²²³ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, Jun., 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2011000100270&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Agosto de 2018.

²²⁴ ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23.

é silenciada nesta localidade, já que as memórias das mulheres estudadas aqui, registradas pela história oral, estão ligadas à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade, como afirma Perrot.²²⁵

Este capítulo, que apresenta as narrativas das dez mulheres entrevistadas, foi dividido em seis seções, as quais abordam as experiências de violências. Para essa divisão, levou-se em consideração o estudo de Montserrat Sagot²²⁶, sobre “Rotas Críticas de Mulheres afetadas pela violência intrafamiliar, realizado em dez países da América Latina”. Nesse estudo, a teórica busca conhecer os fatores que impulsionam o início de uma chamada rota crítica, que é quando a mulher decide apropriar-se de sua própria vida e busca ajuda para levar adiante sua decisão de romper com situações de resignação e violência. A pesquisa de Sagot levou em consideração contextos sociais locais para buscar respostas para a violência intrafamiliar, problema social de grandes dimensões que constitui entraves para o desenvolvimento socioeconômico, consiste em grave violação aos Direitos Humanos e é favorecido pela invisibilidade ou subnotificação de casos, por ser considerado um problema de foro privado.

De maneira semelhante, esta tese analisa a violência doméstica num contexto social com marcadores de sociabilidade típicos de cidades pequenas e, que, por isso, apresenta fatores que determinam o silenciamento dos casos de agressão às mulheres. Dessa forma, tendo o trabalho de Sagot como referência, este capítulo foi organizado nos seguintes blocos temáticos: 1) Tipos de violência relatados pelas entrevistadas; 2) Violência psicológica, destruição da autoestima e silenciamento; 3) Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo; 4) Um caso especial: a violência contra a mulher idosa; 5) Medo: fator inibidor ou impulsionador da Rota Crítica; e, por fim, 6) Recomeço: alcançando a Terceira Margem.

²²⁵ PERROT, 1989.

²²⁶ SAGOT, 2000.

2.1 Tipos de Violência relatados pelas entrevistadas

Os estudos de gênero permitiram compreender a complexidade da violência contra a mulher e visualizaram como as diferenças entre os sexos serviram de marcadores de poder. Quando a categoria gênero passou a ser compreendida de maneira distinta do conceito biológico de sexo, implicando na ideia de pluralidade, comportamento e construção social, tornou-se referência para o entendimento da violência contra a mulher. Deste modo, o questionamento ao dualismo hierarquizado entre homens e mulheres concebeu que todo e qualquer ato de agressão que tenha por base o fato de a vítima ser mulher consiste em uma violência de gênero. Sobretudo nas sociedades patriarcais, nas quais a figura do homem foi definida como privilegiada, a condição de desigualdade e a dominação masculina estabeleceram estreitas relações com o poder, mormente do patriarca, fazendo com que os espaços domésticos e familiares tornassem locais designados à violência contra as mulheres. Esse modelo de família estabeleceu-se entre os romanos, tornando-se influência na Península Ibérica, que, por sua vez, afetou o comportamento e os modos de vidas nas colônias ibero-americanas. No Brasil, desde o período colonial, as normas eclesiásticas, civis e sociais impuseram regras comportamentais, de sobremaneira nos matrimônios²²⁷ e, por conseguinte, ao papel da mulher na sociedade. Para colocar em prática tais normas e o que se esperava para o comportamento feminino conforme tais regramentos, a violência passou a ser utilizada e justificada como uma maneira de manter e legitimar o poderio masculino de pais e, posteriormente, de maridos. Sob os ditames de uma sociedade sustentada pelo poder masculino, as práticas da violência contra as mulheres necessitam ser analisadas conforme as premissas sociais que consideram-na como assunto de prerrogativa particular e que por isso, calam muitas vozes oprimidas pelo medo, pela vergonha ou pela culpa.

Romper os axiomas de que “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher” não é tarefa simples, assim como a violência doméstica também não é algo simplório, pois as mulheres não só experimentam um tipo de agressão, mas várias

²²⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva realiza uma ampla discussão sobre as normas que regiam o casamento no Brasil colonial a fim de analisar a cultura durante o período colonial brasileiro. Sobre o assunto, ver SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

formas de abuso. Durante o trabalho com o grupo de mulheres pesquisadas, percebeu-se que a maioria discernia sobre a que tipo de violência estava submetida. Ao analisar os relatos, elaborou-se a Tabela 3, que sistematiza os tipos de violência mencionados pelas entrevistadas:

Tabela 3 – Formas de violência sofrida pelas entrevistadas

Pseudônimo	Formas de violências
Ana	Psicológica e moral
Bruna	Psicológica, moral, patrimonial, sexual, física
Carmela	Psicológica, moral, patrimonial, física
Daniela	Psicológica, moral, patrimonial, física
Eulália	Psicológica, física
Luciana	Moral, física
Margarida	Psicológica, moral, patrimonial, sexual, física
Maria	Negligência, física
Rosa	Física
Vera	Moral, física e sexual

Fonte: Dados da pesquisa (2017)

A análise da Tabela 3 possibilita identificar e quantificar as formas de violência e relacioná-las a cada entrevistada. Percebe-se que a maioria estava sujeita a mais de um tipo de agressão. Dentre os dez casos estudados, nove são relacionados a violência física, sete mencionam a violência moral, seis conheceram a violência psicológica, quatro delas lidaram com a violência patrimonial e três casos mencionaram a violência sexual.

A ocorrência concomitante de várias formas de violência é avaliada por Luciane Silva, Elza Coelho e Sandra Caponi²²⁸, as quais consideram que é difícil entender a ocorrência da violência física sem a presença da violência psicológica, visto que ela

²²⁸ SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.

acompanha todas as manifestações da violência familiar. Assim, é relevante destacar que as categorias de violência não são excludentes e, embora haja diferentes tipos, elas se entrelaçam.

Com o intuito de “meter a colher” nas relações conjugais das entrevistadas, procurou-se, no momento da realização das entrevistas, colaborar para que elas pudessem identificar mais facilmente as formas de violências sofridas. Para tanto, utilizou-se as definições retiradas da Cartilha da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro²²⁹:

Violência física: agressão ao corpo por meio de socos, empurrões, chutes, mordidas ou pelo uso de armas; 2) Psicológica: constrangimentos, humilhações feitas em público ou em casa. São condutas que abalam o emocional e a autoestima; 3) Moral: ações que afetam a imagem da mulher diante da sociedade ou diminuem o conceito que ela tem de si mesma, com palavras ofensivas e/ou xingamentos; 4) Patrimonial: o quebra-quebra de móveis, eletrodomésticos ou objetos de casa, bem como o ato de reter ou destruir documentos pessoais e 5) Sexual: é aquela em que a mulher é obrigada a presenciar ou praticar relações sexuais não desejadas.²³⁰

A escolha dessa Cartilha para colaborar na identificação das formas de violências a que as entrevistadas estão ou estiveram sujeitas, se deu pelo fato do material apresentar ilustrações e definições sucintas dos diferentes tipos de violências. Contudo, a maioria das entrevistadas não necessitou das descrições dadas pelo material para reconhecerem as violências a que estiveram submetidas, pois as mencionavam em seus relatos. Em alguns casos a identificação foi feita posteriormente à realização das entrevistas, no momento de transcrição e exame das mesmas.

Sabe-se que o estudo da violência no campo das relações de gênero tem um longo caminho a ser percorrido, já que são amplas as formas de agressão dirigidas ao sexo feminino²³¹ e que a violência doméstica possui características específicas e uma das mais relevantes é a rotinização.²³² A violência doméstica contra a mulher

²²⁹ LEAL, Ana Beatriz; SILVA, Jefferson José Oliveira da. **Violência contra a mulher**. O que fazer? Onde ir? Quais são seus direitos? Um guia prático para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2010.

²³⁰ LEAL e SILVA, 2010, p. 4.

²³¹ NADER, 2006, p. 235.

²³² SAFFIOTI, 1997, p. 90.

apresenta característica especial por se tratar de ato praticado por alguém que se quer bem, ou seja, existe ou existiu uma relação de afeto entre agressor e vítima. Dado ao contexto de história de vida que envolve o casal, em alguns casos, a violência perdurou por anos de opressão. Materializa-se como um conflito produzido sob a relação hierárquica de poder, de hegemonia masculina. É histórica e culturalmente legitimada, na qual as mulheres estão expostas a agressões objetivas e subjetivas, nos espaços públicos e privados.

O tópico a seguir discorre sobre a violência psicológica, uma das formas mais mencionadas pelas entrevistadas e avalia como esse tipo de abuso impacta a dignidade da mulher.

2.2 Violência psicológica, destruição da autoestima e silenciamento

Quando você vai imaginar que a pessoa que você escolheu para casar, para ser feliz, constituir uma família, vai te fazer tanto mal? Explica-me?! (Relato de Ana, outubro de 2016).

Com estas palavras, Ana, professora universitária e arquiteta, demonstra como é difícil denunciar as agressões que partem de uma pessoa com quem a vítima mantém relações íntimas de afeto. Evidencia como o rompimento de uma relação conjugal violenta envolve questões emocionais e objetivas que desestruturam o cotidiano, afeta filhos e familiares e ainda pode significar risco de morte para a mulher. Esse contexto complexo foi vivenciado por nove das dez mulheres entrevistadas, já que uma delas ainda vive em situação de violência.

Ana é um caso peculiar para este estudo em dois aspectos. É a única participante da pesquisa que não sofreu violência física, e sim violências psicológicas constantes e suportadas ao longo de sete anos, num relacionamento tenso e autodestrutivo.

Sua família e amigos formaram uma rede de apoio eficiente que a ajudaram durante todo o processo, desde a denúncia, momento em que teve de se esconder do ex-marido, até os dias atuais, quando ainda enfrenta algumas dificuldades no relacionamento com ele, especificamente no que diz respeito a única filha do casal, que sofre com os excessos do pai. Apesar de não ter vivido o processo de

silenciamento no sentido mais amplo da palavra, Ana experimentou os típicos momentos característicos de mulheres em situação de violência conjugal, como a culpabilização e a destruição de sua autoestima, dadas as sutilezas da violência a qual estava sujeita.

Na entrevista, Ana registra o caráter sutil da violência e como ele pode ser cruel para a mulher, quando diz que:

A minha relação com o André foi uma coisa muito louca, porque durante anos da minha vida eu passei por esse massacre mental e eu não enxergava que a cada dia estava ficando mais deprimida, mais triste. Mas isso tudo é muito sutil, entendeu?! Tinha isso! Ele sempre me colocava com inferioridade. Mesmo eu sendo profissionalmente muito melhor que ele. Eu profissionalmente o ajudava! Pra me diminuir o tempo todo. Isso foi sendo tão sutil! A personalidade dele é uma coisa que ao mesmo tempo em que a pessoa faz, faz isso com você, depois te adula. Então você fica sempre nessa dubiedade? No final de tudo eu comecei a achar que eu era doída, que estava ficando maluca. Que nada do que eu estava pensando era de verdade, que ele que tinha razão em tudo, comecei a duvidar da minha sanidade. Sabe? (Ana, outubro de 2016).

Três aspectos relevantes podem ser analisados a partir dessa exposição, quais sejam: 1) a presença da violência psicológica e sutil; 2) a destruição da autoestima; e, 3) a culpabilização da mulher pela violência sofrida.

Nader²³³ esclarece que a violência sutil é abstrata, impalpável, que não deixa marcas no corpo físico e apenas é percebida pela pessoa que a experimenta. Traduz-se também pela solidão no casamento, resultado do desprezo do parceiro e que se transforma na violência sutil do distanciamento e da separação dentro de casa.

Seguindo essa mesma premissa, Mary Miller²³⁴ alerta que os profissionais que trabalham com mulheres vítimas de abuso relatam que o dano do abuso psicológico é muito mais difícil de ser eliminado do que o abuso físico, pois nesse ela coloca ataduras nos ferimentos; no abuso não-físico ela não pode alcançá-los.²³⁵

²³³ NADER, 2006.

²³⁴ MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1995.

²³⁵ MILLER, 1995, p. 53 e 99.

As violências sutil e psicológica destruíram a autoestima de Ana, despertando o sentimento de culpabilização, já que a naturalização da violência contra a mulher é um dado cultural da sociedade, e, também, porque as vítimas de abusos têm seu mundo virado de cabeça para baixo e a sua mente retorcida destrói as diretrizes nas quais confiava. Percebe-se, portanto, que o abuso psicológico manipulava pensamentos e sentimentos e afetava seu bem-estar ao ponto de haver uma inversão, ou seja, os abusos eram cometidos pelo ex-marido, mas era ela quem se sentia culpada e fracassada. Essa prática é considerada comum nas relações abusivas, tal como disserta Miller²³⁶ ao afirmar que:

O homem abusivo atribui à mulher os próprios sentimentos de fraqueza que ele não reconhece e, portanto, é capaz de agredi-la em vez de agredir a si mesmo. Inadequado, ele fica zangado com a estupidez dela; não amado, ele a acusa de infidelidade; inseguro, ele destrói a sua força; fora de controle, ele a castiga pela desobediência: culpado, cumula-a de culpas.

Nesse mesmo sentido, Machado e Grossi²³⁷ afirmam que:

essa sutileza faz parte das técnicas de controle e terrorismo psicológico que se instauram em prejuízo da pessoa que sofre a violência. Como a prática é sutil e repetitiva, estabelece-se um estado de confusão mental em que o ofensor procura meios de fazer com que sua vontade predomine.

O ex-marido de Ana usava a violência psicológica para impor seu poder. Tal assertiva respalda-se em Arendt quando mostra que a violência é instrumental por natureza e é racional na medida em que é eficaz em alcançar o fim que deve justificá-la.²³⁸ Desta forma, observa-se que as agressões psicológicas são instrumentos de dominação simbólica utilizados pelo agressor para que exerça seu poder sobre a companheira. A força simbólica deste domínio está inscrita nos aspectos sociais, de pensamento e comportamento, e, ainda, na divisão do trabalho.

²³⁶ MILLER, 1995, p. 113.

²³⁷ MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 561-576, Ago., 2015, p. 565. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200561&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Mar. 2018.

²³⁸ ARENDT, 2011, p. 99.

A culpabilização pela violência sofrida, inculcada em Ana, diz respeito também ao trabalho por ela exercido, já que o casal trabalha no mesmo ramo profissional, ou seja, ele é engenheiro civil e ela é arquiteta. Dessa forma, o empoderamento dela através do reconhecimento profissional, significava o desempoderamento para ele, dentro da lógica da dominação masculina.

Destarte a violência conjugal objetivava atingir simbolicamente o espaço privado (relacionamento íntimo do casal) e o espaço público (disputa pelo reconhecimento profissional). Há que se destacar que a distinção profissional de Ana é notória na cidade e na região, o que certamente incomodava seu ex-marido.

O fato que culminou com a separação de Ana foi uma agressão verbal ocorrida no aniversário da única filha do casal. Proferido em meio aos familiares e convidados, sobretudo crianças. Ana conta que o convívio entre eles já estava insuportável devido aos diversos episódios de agressões verbais e que sua autoestima estava destruída:

Eu não tinha força pra nada. Só Deus sabe como eu fiz esse aniversário. Eu lembro que meu pai foi buscar os doces pra mim, minha mãe foi buscar os salgadinhos, eu não tinha força pra nada. Sabe, força? [voz embargada]. Eu esgotei, eu esgotei. (Relato de Ana, outubro de 2016).

A tolerância de Ana com as reiteradas agressões verbais de seu ex-marido destruiu seu comportamento ativo. Tanto nos aspectos profissionais quanto pessoais, ela considera que a vida não evoluía e a festa de aniversário da filha foi o gatilho para a separação de um casamento que há anos já se desgastara.

Ninguém sabe a dor que é. Eu sofri demais, gente! Eu sofri o pão que o Diabo amassou. Eu achei que eu ia ter uma doença grave, um câncer, uma... qualquer coisa! Eu tinha uma dor, eu tinha uma dor física, aqui assim [mostrou a barriga] (...) Eu tinha uma dor no peito, uma dor... dor física de tristeza. (Relato de Ana, outubro de 2016).

O jogo de poder imposto por ele funcionava como um redemoinho de desorientação enfraquecendo a força e a saúde, esgotando fisicamente Ana, como bem define o trecho de sua fala. O reconhecimento da violência psicológica requer da mulher uma

postura proativa dificilmente viável perante a situação de opressão a qual está submetida.

Conforme afirma Miller:²³⁹

se é preciso uma catástrofe para que uma mulher com olhos roxos e cortes e equimoses enfrente o fato do abuso, imaginem a dificuldade das mulheres com feridas invisíveis para admitir o abuso, até mesmo para si mesmas. Não há ninguém para confirmar o abuso não-físico ao qual elas são submetidas na forma de palavras, manipulação e ações dissimuladas, e ninguém para lhe dizer, “Oh, coitada! Por que você aguenta isso?”

Ainda no que diz respeito ao silenciamento da violência e da destruição da saúde e autoestima das entrevistadas, destacou-se os casos de Bruna e Margarida, já que viveram longos períodos de relacionamento com agressões extremas.

O silêncio de Bruna perante as violências às quais se submeteu durou dez anos, segundo relatou. Desde o início do casamento, já na viagem de “lua-de-mel”, ele demonstrava ser uma pessoa agressiva, o que havia sido percebido anteriormente e alertado pela irmã dela. No entanto, a entrevistada contou que a condição financeira do marido e o que ele a proporcionava, como, por exemplo, as viagens internacionais, traziam certo encantamento e esperança de dias melhores. A primeira agressão física que sofreu foi quando a primeira filha ainda era recém-nascida. Ele a agrediu com um forte tapa no rosto que a deixou marcada, constrangendo-a no ambiente de trabalho, dado que, naquela ocasião, já havia retornado a sua jornada profissional. Logo após a agressão, se mostrou atencioso, presenteava com objetos caros e demonstrava a todos que era um pai exemplar e

Era extremamente atencioso, presenteava com coisas que tinham valor alto, e aí eu me silenciava. E, eu ficava um tempo sem falar com ele. Para ele, isso era meio o que me sustentava, mas era meu temperamento mesmo, então eu silenciava. Até verbalizar, pedir desculpa, para ele, era mais complexo. O “desculpar” dele era a gente fazer alguma viagem ou me compensando com alguma coisa cara e os presentes eram sempre, de fato, do meu gosto. (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

²³⁹ MILLER, 1995, p. 179-180.

O sentimento de ambivalência do “homem que bate, desvaloriza, é também o que protege, sustenta, é bom pai”, como afirma Moreira *et. al.*²⁴⁰, presente na relação conjugal violenta, dificulta o enfrentamento e fortalece na mulher a espera por mudanças de comportamento por parte de seu companheiro.

Com base nessa expectativa e nas ações dúbias do agressor, a mulher vivencia contínuas experiências de agressões, veladas por vizinhos e pela comunidade, pois a sociedade considera a violência doméstica como assunto da esfera privada e não como uma prática violadora dos direitos humanos. Desse modo, cria-se permissividade com a violência que ocorre dentro das casas. O sentimento de ambiguidade se estende aos familiares e vizinhos, que muitas das vezes não acreditam que aquele “bom pai” e “bom profissional” possa ser um marido violento, uma vez que não há um perfil definido para o agressor e nem para a vítima.

O ex-marido de Bruna, perante a comunidade, se passava por um indivíduo cortês e, nas palavras da entrevistada, ele “*era muito educado, educadíssimo! Se você conversasse com ele, nossa! Educadíssimo, cortês, atencioso!*”

A imagem de marido educado e bom pai fazia com que Bruna mantivesse o silenciamento e estendesse sua vivência no ciclo da violência, mesmo que seu corpo mostrasse evidências de que nada estava bem, como relata:

(...) eu me sentia acabada, eu emagreci, a minha forma de vestir, o cabelo, cuidado comigo, eu não tinha nada. A gente vai se retraindo de uma forma que você depois não tem mais força pra você sair. (...) Era visível que eu não estava bem pela minha condição física. Aí o que ele fez? ‘Vamos para a Disney levar as meninas, vamos todos em família!’ Eu tenho fotos minhas de lá, a minha fisionomia está visivelmente abatida (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

O abatimento de Bruna e a destruição de sua autoestima reforçavam o medo que sentia do agressor e também desencorajavam o enfrentamento. Suportar o sofrimento da violência, de forma silenciosa, faz parte do imaginário social da identidade feminina, que naturaliza esse sofrer como resignação, internalizado como destino natural feminino.

²⁴⁰ MOREIRA, RIBEIRO e COSTA, 1992, p. 178.

O processo de socialização da mulher inculca que a resignação retrata uma aceitação ao sofrimento, reconhecido como virtude perante a sociedade, o que denota também a docilidade e a conduta passiva. No caso de Bruna, o desgaste de sua autoimagem corroborou com a passividade e a sujeição.

Eu lembro que uma vez a gente estava pra sair e ele falou assim: 'Bruna, você está horrorosa! Você está gorda!' Eu fui para uma festa, um aniversário de casais que a gente tinha contato, mas destruçada! Eu me sentia feia, autoestima baixíssima. Então jamais eu ia conseguir alguma coisa naquela situação que eu estava. Eu percebi ali naquele momento que eu não ia conseguir fazer esse movimento de me separar (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

A sensação de incapacidade de agir para romper com a relação violenta encontra forças na dominação masculina exercida no âmbito privado. O ambiente doméstico representa um campo de disputas de poder, no qual a mulher é sempre vencida pelo homem. A violência vivida no espaço doméstico contribui para o silenciamento, já que a “representação social da violência entre homens e mulheres é tida como intrínseca à relação conjugal”.²⁴¹ Nesse contexto, a violência se faz estratégia necessária para a imposição do papel do macho, para a castração da mulher e para a manutenção da família.

A destruição da autoestima e o silenciamento também fizeram parte do cotidiano da entrevistada Margarida. Essa narradora vivenciou diversas formas de violência em diferentes épocas e contextos. Sofreu abandono, negligência, exploração de mão-de-obra, tentativa de estupro, incesto e discriminação. No entanto, em seu relato, é notório o peso que ela dá para as violências físicas cometidas por seu ex-companheiro. Parece haver, por parte dessa narradora, a naturalização do processo de violência, possivelmente em decorrência de um *continuum* de experiências que envolveram violências de todos os tipos. O fato de ser uma “menina do orfanato”, como ela mesma afirma, corrobora com as sujeições às violências que sofreu e, por isso, a agressão do companheiro, em quem ela “realmente confiava”, representa para ela, a mais dolorosa. Isso porque a violência conjugal é uma forma particular de violência, dado a relação afetuosa entre agressor e vítima. O laço de afetividade

²⁴¹ MOREIRA, RIBEIRO e COSTA, 1992, p. 185.

entre o casal estabelece a ambivalência que parece dificultar o enfrentamento da violência.²⁴²

O sentimento da vítima em relação ao agressor passa a ser permeado pelo dualismo ante o envolvimento amoroso e a repulsa à agressão sofrida. Essa dualidade de sensações faz com que a mulher se cale mediante as agressões, pois passa a atribuir ao homem características que visam desculpabilizá-lo, tais como dificuldades emocionais, traumas, alcoolismo e consumo de drogas. Da mesma forma, buscam aspectos positivos para acreditar que podem suportar as agressões a fim de preservar o relacionamento. Tal percepção é confirmada quando Margarida afirma que ele “*era um homem direito, trabalhador, caráter de um homem assim de um bom casamento, mas, porém, era um homem muito orgulhoso e possessivo*”.

Constata-se que, para ela, as agressões do companheiro representavam, em primeiro lugar, sentimento de desilusão com o relacionamento, o que causava desencanto com seu matrimônio. A desilusão com o casamento, apresentada pela entrevistada, decorre do posicionamento subalterno da mulher nos espaços privados e o desempenho de papéis sociais subservientes. Mesmo com as novas configurações da sociedade, o patriarcado manteve suas premissas pautadas no poder e na autoridade masculinos, e a mulher arcou com o ônus da restrição de sua atuação social. Nesse arranjo, a vida familiar imposta culturalmente continua a exigir um tipo de mulher dedicada ao cuidado dos filhos e com a organização da casa, da mesma forma em que sua sexualidade presta-se mais a atender aos desejos do homem do que aos seus, submetendo-se a uma relação conjugal oposta ao ideal esperado por ela. Corroborando tal assertiva, Margarida relata atos de sujeição ao ato sexual com seu companheiro, demonstrando que as estratégias para enfrentar a relação sexual indesejada e compulsória.

Não era marido e mulher, não tinha desejo, não tinha nada. Às vezes eu até, desculpa falar, eu até imaginava Roberto [um amigo que ela tinha e que despertava ciúmes no marido e é citado recorrentemente na entrevista] na hora do sexo pra poder acabar rápido. Pedia a Deus pra acabar rápido, pedia a Deus pra acabar o sentimento de alegria dele, porque eu tinha nojo, nojo! Então, foi um bom tempo vivendo esse casamento assim de fachada. Chamava-o de amor, quando na verdade não queria chamar (Relato de Margarida, setembro de 2016).

²⁴² MOREIRA, RIBEIRO e COSTA, 1992.

Insistir no relacionamento com episódios de violência, para a maioria das mulheres, ocorre por questões interpessoais e pela cobrança da sociedade para que tenham um companheiro de maneira permanente. A convivência com um parceiro constantemente violento era a realidade da entrevistada, pois para o ex-marido de Margarida, todo dia era dia de colocar em prática suas investidas violentas. Ela narrou que a violência era constante e afirmava sua condição de subserviência com o companheiro e com as tarefas domésticas, socialmente atribuídas como obrigações da mulher. A entrevistada atesta sua introjeção à naturalização do seu papel social de esposa e os cumprimentos às tarefas domésticas de cuidado com a casa.

Os padrões culturais e históricos interferem na determinação biológica na divisão dos papéis sociais, conferindo rigidez no dualismo dos padrões de ser homem e de ser mulher. Os discursos normativos que atribuem tais papéis sociais para homens e mulheres legitimam a dominação masculina, determinando ao homem a função de chefe da casa e à mulher um papel social subalterno e dependente. Dessa maneira, o patriarcado, enquanto sistema sócio-político, subjuga as mulheres subordinando-as à realização de serviços domésticos aos membros da família.²⁴³

Nessa lógica, o espaço doméstico foi sendo desvalorizado da mesma forma que todo o tipo de trabalho ou atuação relacionada a ele. A força da ordem masculina pode ser aferida pelo fato de que ela não precisa de justificação, como afirma Bourdieu.²⁴⁴ A violência simbólica está de tal forma incorporada na relação de dominação que parece ser algo natural. É por meio dessa dominação simbólica que Margarida afirma que “*você sabe que tem que dar comida pro seu esposo, tem que arrumar a casa pro seu esposo*”, pois a sociedade espera que a mulher faça tudo para agradar ao marido.²⁴⁵

Na família, a hegemonia masculina se ancora no patriarcado como sistema de “dominação-exploração”, como considera Saffioti.²⁴⁶ Para a autora, a dupla

²⁴³ BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

²⁴⁴ BOURDIEU, 2017.

²⁴⁵ NADER, 2006.

²⁴⁶ SAFFIOTI, 1987.

dimensão do patriarcado está presente tanto quando a mulher desempenha o papel de dona de casa, quanto no de trabalhadora. O sistema de valores produzido pela sociedade e reproduzido nas relações familiares afirma a situação de dupla exploração da força de trabalho feminino e legitima a inserção da mulher na produção sem questionar a divisão sexual do trabalho doméstico. Saffioti destaca ainda que a subordinação da mulher ao homem é marcante no campo econômico e, mesmo que ela trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe-lhe realizar todas as tarefas domésticas.²⁴⁷

No caso de Margarida, o ex-marido questionava o cumprimento de atividades domésticas exercendo o poder do macho²⁴⁸, subordinando a esposa e efetivando a supremacia do macho adulto, garantida pelo patriarcado. Segundo a entrevistada ele falava: *“Ô mulher, porque você não lavou isso aqui? Por que a cozinha está assim? Tratava-me de forma brusca, como se fosse não mulher dele, mas sim como empregada. Tinha vergonha de eu sair com ele. Tinha festa que ele ia e não me levava”*.

A violência era utilizada para reafirmar o papel social imposto culturalmente às mulheres, a resignação ao espaço privado da casa, o cuidado dos filhos e as atribuições domésticas. A fim de controlar ações diversas ao que é normatizado pela sociedade, os homens lançam mão da agressão como forma de controle social sobre as mulheres, tal como salienta Bruschini²⁴⁹ ao afirmar que a família é o lugar do adestramento para a adequação social e nesse espaço os homens utilizam seu poder de dominação para ajustar condutas femininas que não sejam compatíveis com os códigos morais patriarcais nos quais foram adestrados e agem com violência para praticá-los.

No que tange a situação de violência vivenciada por Margarida, o fator de dependência econômica ao ex-marido nutria seu silenciamento, conforme relata:

Eu dependia dele porque ele não me deixava trabalhar, não deixa eu fazer nada. Então tudo que eu tinha, na minha cabeça, eu dependia dele. Eu

²⁴⁷ SAFFIOTI, 1987.

²⁴⁸ Expressão utilizada por Heleieth Saffioti que afirma que dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar sua mulher. Sobre o assunto ver SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987, p. 79.

²⁴⁹ BRUSCHINI, 1990, p. 55

tenho que tratar ele bem, por causa da minha filha. Eu tenho que tratar bem dele porque ele que paga minha comida, ele que faz isso e aquilo (Relato de Margarida, setembro de 2016).

A dependência econômica do parceiro inviabiliza a separação e causa a insegurança das mulheres para tomarem as rédeas de suas próprias vidas. Os relatos de Margarida dão conta de como a falta do trabalho remunerado engessa a ação das mulheres, impossibilitando a tomada de decisões pessoais, isto é, não havendo qualquer tipo de empoderamento e alcance das “liberdades substantivas”, como aponta Sen.²⁵⁰

Nesse sentido, Saffioti²⁵¹ considera que a dependência financeira constitui traços de união muito mais fortes do que os laços de amor, de carinho e de solidariedade. Isso porque o patriarcado abarca um sistema mais amplo do que a ideologia machista, pois consiste num sistema de exploração que está fundamentalmente ligado ao setor econômico.

Em vista disso, a conquista do espaço público por meio do trabalho remunerado representa uma possibilidade de romper as amarras de uma relação conjugal opressora e violenta e sustentar decisões e posicionamentos por parte das mulheres. O empoderamento da mulher por meio do ingresso no mundo do trabalho pode ser considerado como um dos alicerces do processo de enfrentamento da violência.

Outrossim, a rede de apoio ao enfrentamento à violência é fundamental, pois o isolamento dificulta ainda mais a situação das mulheres da cidade de Carangola. Por se tratar de uma cidade do interior de Minas Gerais, o acesso aos serviços de atendimento torna-se mais penoso. Os que existem, apesar de serem fundamentais como, por exemplo, o CREAS e o Conselho Tutelar, não recebem o tratamento necessário por parte dos gestores públicos. Faltam veículos para a realização de visitas domiciliares e incentivos para que os profissionais participem de formação

²⁵⁰ SEN, 2000.

²⁵¹ SAFFIOTI, 1987.

continuada. Essa realidade é comum em outras partes do Brasil, como Prado e Sanematsu²⁵² afirmam:

Ao lado das questões culturais, muitas mulheres podem enfrentar dificuldades bastante concretas, como o isolamento físico. As que vivem no campo, na floresta e em comunidades ribeirinhas estão mais distantes da maioria dos serviços de atendimento e enfrentamento à violência, ainda concentrados nas capitais e grandes cidades.

Assim, nas cidades do interior, a família, os amigos e os vizinhos representam os principais apoiadores das mulheres em situação de violência que necessitam enfrentar os agressores, principalmente no momento posterior à denúncia. Em uma cidade pequena como Carangola, para além da proximidade com os vizinhos, que também ocorre em localidades maiores, é comum que parentes residam próximos aos outros. Esse tipo de contato faz com que a violência seja vivenciada por todos, como no caso de Margarida, que tinha uma prima como vizinha:

Aí ele pegou um garfo quente e enfiou assim no meu pescoço. Nisso eu comecei a chorar e a minha prima que morava em cima da minha casa falou: “Margarida, sobe agora aqui pra casa e traz os meninos!” Me enrolei na toalha e subi com meus meninos (Relato de Margarida, setembro de 2016).

Tanto em cidades de pequeno porte, quanto nas grandes cidades, os vizinhos são aqueles que sempre testemunham agressões, mesmo que se cale temendo represálias. Margarida menciona que seus vizinhos sabiam da violência que ela sofria do ex-marido:

Aí que eu fiquei sabendo que a minha prima e a vizinhança lá em cima sabiam que todo dia à noite eu era espancada por ele. E nisso levou lá pro meu tio que mora em Fervedouro. Falavam assim “sua sobrinha vai acabar morta aqui, porque todo dia quando chega a noitinha ou madrugada ela óh”... [fez sinal de agressão]. (Relato de Margarida, setembro de 2016).

²⁵² PRADO, Denise; SANEMATSU, Marisa (Orgs.) **Femicídio: #invisibilidademata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Instituto Patrícia Galvão, 2017, p. 68.

A proximidade com os vizinhos é referida por Norbert Elias²⁵³ na obra “A Sociedade de Corte”. Ele destaca os modos de vida em sociedades onde há iminência entre os indivíduos e a arte de observar os outros e censurar sentimentos são como normas que disciplinam ações. Mesmo que haja silenciamento da violência, por parte das mulheres, sempre haverá alguém que saiba que existe uma mulher vivenciando agressões e que, em razão da naturalização dos papéis sociais de gênero, é comum que a comunidade pense a violência sofrida pela mulher como um problema de foro íntimo e busque justificativas para tal fato.

Em situações nas quais a proximidade entre a população é maior, como afirma Elias²⁵⁴, o controle do comportamento individual é feito pela presença constante dos outros e também por uma longa convivência de proximidade. Esse autor ainda reforça que nesses tipos de sociedades, chamadas por ele de sociedades mais simples, há menos alternativas, menos oportunidades de escolhas e é “frequente haver diante das pessoas um único caminho em linha reta desde a infância e um caminho para as mulheres e outro para os homens”.²⁵⁵

O controle e o medo caminham juntos no cotidiano das mulheres pesquisadas. Ambos atrelados à dimensão simbólica presente nas relações de poder. Se a conjuntura local se traduz em códigos normativos de dominação masculina cristaliza-se a postura de submissão e silêncio sobre as agressões sofridas. O medo das agressões alia-se ao temor pelo julgamento da comunidade, ávida por controlar o comportamento das pessoas em todas as esferas da vida. Esse controle social reforça a culpabilização e reproduz a naturalização e a banalização dos atos violentos contra as mulheres que residem em cidades pequenas.

Seguindo a abordagem do silenciamento relacionado à violência doméstica e familiar, aborda-se no tópico a seguir a violência sexual no âmbito conjugal, mencionada por três das dez entrevistadas neste estudo.

²⁵³ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

²⁵⁴ ELIAS, 1994.

²⁵⁵ ELIAS, 1994, p. 110.

2.3 Estupro conjugal: violência sexual pelo parceiro íntimo

A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera a violência sexual e a praticada pelo parceiro íntimo como violações dos Direitos Humanos e como problema de saúde pública de escala global. No documento “Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher - Ação e produção de evidência”²⁵⁶, publicado em 2010, a OMS traz definições dos termos “violência do parceiro íntimo” e “violência sexual”

Violência do parceiro íntimo: comportamento dentro uma relação íntima que causa dano físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores. Essa definição cobre violência pelos cônjuges e parceiros atuais e passados;

Violência sexual: qualquer ato sexual ou tentativa de obter ato sexual, investidas ou comentários sexuais indesejáveis, ou tráfico ou qualquer outra forma, contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção.²⁵⁷

Nesse relatório, a OMS salienta que tais agressões consistem numa das mais cruéis formas de violência contra as mulheres, pois se manifestam na apropriação do corpo feminino e causam danos profundos no bem-estar físico, sexual, reprodutivo, emocional, mental e social do indivíduo e da família. Pode ocorrer em qualquer idade – inclusive durante a infância – e pode ser perpetrada por pais, provedores de cuidados, conhecidos e estranhos, bem como por parceiros íntimos. Ambas as formas de violência são, na maioria das vezes, cometidas pelos homens contra meninas e mulheres, contudo o abuso sexual de crianças masculinas é também comum. A violência pelo parceiro íntimo pode ser, ainda, perpetrada por mulheres contra homens e pode ocorrer no âmbito de relações com o mesmo sexo.²⁵⁸

²⁵⁶ Organização Mundial da Saúde. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência.** 2010. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44350/9789275716359_por.pdf;jsessionid=110153D524CB55717DE7B8F0900A60DA?sequence=3. Acesso em: 09 abr. 2018.

²⁵⁷ OMS, 2010, p. 11.

²⁵⁸ OMS, 2010.

A violência praticada pelo parceiro íntimo, dado a sua especificidade, é oculta e difícil de ser mensurada estatisticamente. No entanto, pesquisas realizadas pela OMS em 11 países sobre a saúde da mulher e a violência doméstica²⁵⁹ indicam que 15 a 71% das mulheres sofrem violência física e/ou sexual por um parceiro íntimo em algum momento de suas vidas.

No Brasil, dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública²⁶⁰ registraram 47.643 casos em todo o país, o que dá uma média de um estupro a cada 11 minutos. Embora esses dados sejam alarmantes, não contemplam efetivamente a realidade, pois muitos casos ocorrem no âmbito das relações afetivas e não são notificados ou até mesmo nem são identificados pelas vítimas como estupro. Esse alerta é destacado nos dados do Anuário supracitado, o qual registra que apenas 35% dos crimes sexuais são notificados.

Em Minas Gerais, num recente estudo realizado pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) em articulação com dados da Secretaria de Defesa Social (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado de Segurança Pública), Poder Executivo e Judiciário, resultou no Relatório “Diagnósticos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher em Minas Gerais 2015 a 2017”.²⁶¹ Neste estudo, os 853 municípios mineiros foram agrupados em 19 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP). A cidade de Carangola ficou agrupada na RISP 04, de Juiz de Fora, que apresentou segundo maior número de vítimas de violência doméstica contra a mulher. A RISP 01, que corresponde a Belo Horizonte, foi a que apresentou o maior índice.²⁶²

²⁵⁹ GARCIA-MORENO, Claudia *et al.* WHO Multi-Country study on women's health and domestic violence against women. Geneva, World Health Organization, 2005.

²⁶⁰ BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Disponível em: < http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf > Acesso em: 07 nov. 2017.

²⁶¹ Governo do Estado de Minas Gerais. Centro Integrado de informações de Defesa Social. Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2018/final_Diagnostico%20violncia%20domstica%202015%20a%202017%20-%20MG%20e%20RISPs.pdf Acesso em: 03 mai. 2018.

²⁶² Governo do Estado de Minas Gerais. Centro Integrado de informações de Defesa Social. Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, 2016. Disponível em: http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2018/final_Diagnostico%20violncia%20domstica%202015%20a%202017%20-%20MG%20e%20RISPs.pdf Acesso em 04 de abr. 2018.

Segundo os dados deste Relatório, o número de casos de violência sexual na região de Juiz de Fora, nos anos de 2015, 2016 e 2017, foi de, respectivamente, 136, 129 e 190. Levando-se em consideração que essa regional agrega 86 municípios, os números de casos de violência sexual notificados são inexpressivos, corroborando com as estatísticas nacionais. Nessa acepção, o silenciamento deste tipo de violência está diretamente relacionado ao corpo feminino e tudo que, historicamente, ele representa culturalmente para a sociedade.

Perrot²⁶³ atribui como raízes do silêncio acerca do corpo da mulher a construção do pensamento simbólico da diferença entre os sexos, reforçado ao longo do tempo pelo discurso médico ou político. O silêncio também é mencionado por Beauvoir²⁶⁴ dentre virtudes femininas como a doçura, passividade e discrição. Por meio da violência sexual os homens atribuem ao corpo feminino um sentimento de posse e, em defesa da honra, recorrem à força a fim de disciplinar gestos, ações e atitudes que julgam fora de suas referências normativas. O corpo da mulher, visto como propriedade masculina e instrumento de poder é o campo no qual o homem “defende sua honra”, canaliza suas frustrações como, por exemplo, a falta de dinheiro e/ou desemprego.

Para Beauvoir²⁶⁵, o mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão sexualizante. Com base nas diferenças visíveis dos corpos feminino e masculino a primazia concedida aos homens se estabelece dentre a hierarquia de gênero exercida pela posse do corpo feminino, que é reduzido ao estado de objeto, conquista ou aquisição

isso porque a violência cometida contra outrem é a afirmação mais evidente da alteridade desse outrem. Conquistando a mulher pela força, o guerreiro prova que soube anexar-se uma riqueza alheia e derrubar as barreiras do destino que seu nascimento lhe designara; a compra sob todas as suas formas.

Desejado, dominado, subjugado, os corpos das mulheres se fazem território de dominação, instrumento de poder masculino. Seguindo esse sentido de privilégio, o

²⁶³ PERROT, 2003.

²⁶⁴ BEAUVOIR, 1980.

²⁶⁵ BEAUVOIR, 1980, p. 94-95.

homem impõe o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade.²⁶⁶ Baseada na visão androcêntrica, a qual estabelece o corpo feminino como território de dominação masculina, há o favorecimento da naturalização de uma ordem social fundada em práticas sexuais impostas, não consensuais.

E, como forma de proteção às possíveis condições de sujeição e violência, Bourdieu²⁶⁷ disserta que o que chamamos de “intuição feminina” é inseparável da submissão objetiva e subjetiva que estimula, ou obriga, a atenção e as atenções, a observação e a vigilância necessárias para prever os desejos ou pressentir os desacordos. Ou seja, perante a violência simbólica da hierarquia entre masculino e feminino, a mulher, na condição de dominado nessa relação, vive em constante vigilância do que pode vir a sofrer perante o dominador. Para o autor, as estruturas de dominação simbólica são atemporais, produtos de um trabalho incessante de reprodução nos quais os homens agem, por meio da violência física e simbólica, em colaboração com instituições, famílias, Igreja, Escola e Estado.

No sentido de validar a hierarquia masculina, a violência sexual se fez presente no relacionamento conjugal de três participantes deste estudo, as entrevistadas Bruna, Margarida e Vera, transformando a cama num campo de conflitos. Imbuída no contexto das obrigações conjugais, a relação sexual passou a ser imposta, inclusive imediatamente após as agressões físicas cometidas pelo marido de Bruna:

Ele veio como se nada tivesse acontecido [após uma agressão] e queria que eu me deitasse com ele e tivesse uma relação sexual. Eu pensava que se eu não fizesse seria pior pra mim, pois ele ia falar que eu o traía e que com outros homens eu queria e com ele não. E nesse momento aquilo pra mim foi um abuso sexual que eu tive. Eu acho que essa foi a mais gravosa em termos de violência, porque eu tive muito medo. Eu rezei pra tudo quanto é santo! Eu chamei a minha mãe que já morreu, eu chamava todo mundo que eu amava “pelo amor de Deus, me ajuda!” Porque eu não achei que eu pudesse sair viva. E depois desse período eu fiquei muito abalada, isso me abalou muito (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

A entrevistada reconhece que sofreu um estupro conjugal e reconhece que se trata de um tipo de violência. O abuso sexual denota a dominação do corpo feminino pelo homem e traz à luz a gravidade da violência contra a mulher, pois reside nas

²⁶⁶ BOURDIEU, 2017, p. 76.

²⁶⁷ BOURDIEU, 2017, p. 51.

construções culturais e históricas que permeiam as relações entre homens e mulheres. Inculcado na noção de débito conjugal²⁶⁸, o ato sexual acaba sendo encarado como obrigação temendo outras violências e, inclusive, acusações de infidelidade, como ocorria com Bruna. O mesmo acontecia com a entrevistada Vera, que contou sobre a obrigatoriedade das relações sexuais impostas pelo ex-marido:

As pessoas dizem que o sexo é obrigação. Porque é casada, tem que cumprir?! Inclusive as mulheres dizem isso. Os homens falam que a mulher vive com dor de cabeça. Que falar que está com dor de cabeça é uma desculpa. Ele acha que a mulher é obrigada a servir. Então essa era a minha situação. No dia que ele ficava em casa, eu sabia que ele queria ter relação sexual. Não era isso que eu queria. Eu queria um casamento de verdade, em que o sexo não fosse simplesmente um cumprimento de obrigação. Não, mas eu era obrigada! Se eu falasse com ele que não, ele falava assim: "Ah, mas você não quer que eu fique em casa?!" Então, quer dizer, eu era forçada a ter relação com ele. Acho que a pior coisa de um relacionamento é você ser forçada a ter uma relação com uma pessoa que você não está a fim, que você está chateada, com aquela pessoa. Mas você tem que fazer pra agradar né? Isso é horrível! (Relato de Vera, agosto de 2017).

A relação sexual compulsória não é comumente encarada como violência, porque culturalmente é vista como "normal" no relacionamento conjugal e, por ocorrer no espaço privado, não é encarada como violação aos direitos das mulheres. A representação social da violência é considerada como intrínseca à relação conjugal, o que justifica a tolerância da sociedade para com ela.

Carole Pateman²⁶⁹ desenvolve o conceito de contrato sexual analisando a noção de contrato social e amplia o enfoque para o contrato de trabalho e o contrato de casamento. A autora considera o patriarcado como uma forma de poder político que tem sua gênese no direito político que cria a sociedade civil, abarcando as esferas pública e privada, nas quais o contrato sexual é implicitamente incorporado. Assim, segundo Pateman, o casamento e a família patriarcal aparecem como naturais e necessários para a fundação da vida civil.²⁷⁰ A autora chama atenção para a forma como o casamento se institui como um contrato entre homem e mulher em que

²⁶⁸ Dívida ou um dever que esposos deveriam pagar-se quando sexualmente requisitados. Sobre o assunto ver PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 124.

²⁶⁹ PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

²⁷⁰ PATEMAN, 1993, p. 164.

troca-se obediência por proteção. Deste modo, completa Pateman, quando uma mulher torna-se esposa, seu marido ganha o direito de acesso sexual ao seu corpo e ao seu trabalho como dona de casa.

A vivência do casamento da entrevistada Margarida corrobora e ilustra o que a teórica feminista disserta sobre as relações conjugais e o contrato sexual:

Para mim casamento era uma coisa assim, saudável. Era carinho, essas coisas, troca de carinho. Ele me mandava fazer coisas absurdas. Tanto é que eu passei a ter nojo do casamento. Eu tinha sexo com ele e tudo, mas eu não tinha... [prazer] falava que estava bom, o chamava de amor e tudo, mas na verdade, eu estava odiando, odiando. Então eu falava “Deus porque eu tenho que passar por isso tudo?” Casamento pra mim não era isso. Eu pensava “eu sempre sonhei em entrar na igreja de branco e tudo”. Não entrei. Só casei no civil. Sempre achei que casamento era alguém que cuidasse da gente. (Relato de Margarida, setembro de 2016).

O relato da entrevistada ratifica a afirmação de Saffioti de que a consciência que as mulheres têm de si mesmas deriva da inserção como esposas na estrutura social e de como introjetaram em seu inconsciente/consciente as vivências concretas na relação com homens/maridos.²⁷¹

Conforme Saffioti²⁷², o patriarcado nega a liberdade às mulheres, impondo a dominação masculina sobre comportamentos e ações, subordinando-as aos abusos sexuais e ao estupro, encarados como atos de poder. Para ela, o patriarcado é um fenômeno social que consiste em um sistema de dominação-exploração o qual segrega ocupações profissionais, marginaliza papéis econômicos e políticos e promove intensa discriminação salarial, como, também, exerce o controle da sexualidade e da capacidade reprodutiva.

Embora a violência sexual seja tipificada no artigo 7º, inciso III, da Lei Maria da Penha²⁷³, nenhuma das entrevistadas formalizou queixas sobre a incidência dessas

²⁷¹ SAFFIOTI, 2015, p. 140.

²⁷² SAFFIOTI, 2015.

²⁷³ Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos. Sobre o assunto, ver BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

violências, o que corrobora com a invisibilidade destes casos perante os registros nas bases de dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública, ou, até mesmo, nos registros de atendimentos nas Unidades de Saúde que compõem o SINAN.

A OMS declara que o fato de as mulheres não relatarem essas experiências e nem buscarem ajuda faz com que o problema da violência sexual permaneça oculto, elevando os custos de atenção à saúde e os riscos crescentes com doenças crônicas não transmissíveis, traumatismos e até suicídio, que é uma das causas de óbito em mulheres entre 20 e 59 anos de idade em nível global e a segunda principal causa de óbito nos países de baixa e média renda da região do Pacífico Oeste. Destaca, ainda, que os problemas de saúde mental, como a depressão, são causas importantes de incapacidades em mulheres de todas as idades, devido a violência que sofrem.²⁷⁴

Beauvoir²⁷⁵ disserta que no regime patriarcal o homem tornou-se o senhor da mulher e as mesmas qualidades que atemorizam nos animais tornam-se qualidades preciosas para o proprietário que as soube domesticar, o que demonstra a ideia de posse e de conquista. Assim, o corpo feminino, dentro da ordem patriarcal de gênero, se faz instrumento e se apresenta como sua coisa.²⁷⁶

A ideia de apropriação do corpo feminino pelo homem está naturalizada de tal maneira que independente da formalização civil da união matrimonial, ou seja, antes do contrato de casamento²⁷⁷, o homem se vê no direito de exercer seu domínio. A entrevistada Vera relatou que a situação de abuso sexual iniciou desde a fase de namoro:

Ele já era, no namoro, violento. Então eu falei pro meu pai: "Não, eu não vou casar", mas sob pressão, aquela chantagem pelo fato de eu já namorar com ele, pressão da família, eu casei. Eu acabei tendo minha primeira relação sexual com ele antes do casamento, e já na primeira vez eu engravidei. Ele me forçava numa situação de chantagem. Eu tinha vindo da roça há pouco tempo. Acabei me envolvendo e engravidando. Casei, minha menina nasceu. Eu fiquei sem trabalhar até ela fazer um ano e meio. Mas em Carangola o emprego é muito difícil e veio logo uma crise, que as

²⁷⁴ Organização Mundial da Saúde. **Mulheres e saúde:** evidências de hoje, agenda de amanhã, 2009, p. 57. Disponível em: http://www.who.int/eportuguese/publications/Mulheres_Saude.pdf?ua=1
Acesso em: 09 abr. 2018.

²⁷⁵ BEAUVOIR, 1980, p. 196.

²⁷⁶ BEAUVOIR, 1980, p. 200.

²⁷⁷ PATEMAN, 1993.

fábricas de costura foram fechando. Eu tive que ir trabalhar em casa de família, onde ganhava muito pouco, então não dava pra pagar nem as contas (Relato de Vera, agosto de 2017).

Segundo Saffioti²⁷⁸, o estupro é o caso extremo do uso do poder nas relações homem-mulher dado o poder que a sociedade confere ao homem, pois se julga no direito de manter relações sexuais com sua companheira mesmo quando ela não apresenta disposição para tal.

Desnaturalizar a violência doméstica e familiar – que traz consigo os diversos tipos de violências (física, moral, psicológica, patrimonial e sexual) – representa uma mudança estrutural contra a cultura do patriarcado. Mesmo com as transformações pelas quais a família tem passado nos últimos anos e com os novos arranjos familiares em construção, ainda há que se caminhar para uma mudança equitativa entre homens e mulheres. Isso porque, na medida em que a família e a relação entre os sexos mudam, o patriarcado se reinventa e se mantém. Percebe-se que a ideia do patriarcado cristaliza a dominação masculina, o que nos impede de pensar a mudança. A violência sexual no relacionamento conjugal concretiza-se como uma opressão ainda maior para quem se submete a este tipo de experiência, pois a convivência diária com o agressor, o medo de denunciá-lo, a vergonha pela discriminação da comunidade e as dificuldades de acolhimento na rede de saúde expõem a mulher à vulnerabilidade e consistem numa dolorosa realidade.

Mulheres que vivem em situações de violência estão expostas a condições de vida degradantes, pois têm seus direitos e sua dignidade desrespeitados. Tais circunstâncias desencadeiam agravos que se manifestam e impactam no comportamento e na saúde delas. O item a seguir trata de um caso que comoveu a pesquisadora, e, no sentido de Larrosa, de que a “experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca”²⁷⁹, designou-se um item específico desta tese para abordagem da situação de violência de uma mulher idosa, compreendida entre um dos objetos de análise deste estudo.

²⁷⁸ SAFFIOTI, 1987, p. 18.

²⁷⁹ LARROSA, 2002, p. 21.

2.4 Um caso especial: a violência contra a mulher idosa

Dos dez casos estudados nesta pesquisa o único relacionado à violência familiar é o de Dona Maria, de 74 anos, trabalhadora rural aposentada, residente na comunidade rural chamada Ponte Geraldo. A situação dessa senhora foi conhecida através de uma denúncia feita ao Conselho Tutelar. Casos denunciados são registrados e passíveis de intervenção, mas fatores como o isolamento social sofrido por mulheres idosas impedem o conhecimento da situação em que se encontram.

Já se sabe que os dados sobre a violência de gênero são inconsistentes, isto é, nem todos os casos são notificados, inviabilizando informações estatísticas que condizem com a realidade. No que se refere aos episódios de violências cometidas contra a pessoa idosa²⁸⁰ não há registros específicos, sendo contabilizados de forma geral, em conjunto com as informações sobre a violência de gênero. A violência contra os idosos é muito mais intensa, disseminada e presente na sociedade brasileira que os referidos números revelam.²⁸¹ Isso porque o tema violência contra a pessoa idosa é uma modalidade que passou a ser investigada apenas na última metade dos anos 1990.²⁸²

Não cabe aqui um enfoque amplo sobre a violência contra as pessoas idosas, pois, conforme explica Maria Cecília Minayo²⁸³, as violências contra pessoas mais velhas precisam ser vistas sob, pelo menos, três parâmetros: demográficos, sócio-antropológicos e epidemiológicos.

O destaque que se pretende dar é para o estudo do caso encontrado em Carangola, que chamou atenção da equipe do CREAS e, também, da pesquisadora. A fim de compreender a amplitude das agressões sofridas por Dona Maria, recorreu-se ao

²⁸⁰ O Decreto nº 1.948/96, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso regulamentou a Lei nº 8.842/94 e compreende por idoso ou idosa a pessoa com mais de sessenta anos de idade.

²⁸¹ MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra idosos: o avesso de respeito à experiência e à sabedoria**. Brasília; Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

²⁸² SCHRAIBER, Lília Blima; D' OLIVEIRA, Ana Flávia P. L.; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde pública**, v. 40, p. 112-120, 2006.

²⁸³ MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, Junho, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 Abr. 2018.

Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS, que assim define a violência contra o idoso:

ato de acometimento ou omissão, que pode ser tanto intencional como involuntário. O abuso pode ser de natureza física ou psicológica ou pode envolver maus tratos de ordem financeira ou material. Qualquer que seja o tipo de abuso, certamente resultará em sofrimento desnecessário, lesão ou dor, perda ou violação dos direitos humanos e uma redução na qualidade de vida do idoso.²⁸⁴

As violências que acometeram Dona Maria são de natureza física, psicológica, materiais, financeiras e ainda, de negligência.²⁸⁵ Essa senhora, que recebe sua aposentadoria como trabalhadora rural e a pensão do falecido marido, poderia viver sua velhice com dignidade, pois reside em casa própria, numa pequena propriedade rural. No entanto, o filho e a nora se apropriaram dos cartões do banco, realizando saques tão logo os valores da aposentadoria e da pensão eram creditados nas contas.

A esses abusos financeiros e apropriação indébita cometidos pelo filho e pela nora de Dona Maria, somam-se as agressões físicas, o abandono e a negligência, iniciados quando o casal passou a morar com ela. Assim que o casal se mudou para a casa de Dona Maria, o filho construiu uma parede e dividiu a casa, que já era pequena, ao meio, de forma que o banheiro e a cozinha ficaram na parte que lhe cabia. Dessa maneira, ela necessitava pedir permissão ao filho e à nora para fazer uso do sanitário e também da cozinha. Como se não bastasse, se apropriaram de boa parte dos móveis, das roupas de cama e dos cobertores de Dona Maria, o que a levou a adoecer por passar noites sem o abrigo que necessitava para dias mais frios.

A entrevista a Dona Maria foi realizada na sede do CREAS, na presença de sua filha, que estava com sua guarda após a denúncia. Em alguns momentos, a filha

²⁸⁴ OMS, 2002, p.148.

²⁸⁵ O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS, no capítulo sobre Abusos de Idosos, define como negligência a recusa ou falha em desempenhar a obrigação de cuidar do idoso. A negligência pode ou não envolver uma tentativa consciente ou intencional de infligir sofrimento físico ou emocional no idoso. Sobre o assunto ver OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Geneva, 2002.

reproduz a fala da mãe, dada a dificuldade de verbalizar e a dicção ruim causada pela falta dos dentes, pelo choro e pela tosse

Todas as terças e quintas a gente ia para a Igreja e ele pegava a moto e ia. Quando voltava ele me batia. Ele ia à rua, comprava pão com manteiga e nem perguntava se eu queria. Mês de julho estava fazendo muito frio, minhas cobertas estavam todas lá na casa dele, lá do lado dele. Eu falei que estava com frio. Lá na roça faz muito frio. (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

Ela teve pneumonia por conta disso. Deixou sem as cobertas dela. Depois que ela foi falar com a gente. (Relato de Maria, filha de Dona Maria, setembro de 2016).

Esse fato só foi descoberto tempos depois, quando se queixou com a filha. A denúncia dos vizinhos ao Conselho Tutelar ocorreu na mesma época em que Maria, a filha, encontrou Dona Maria em situação de abandono. Aos prantos, Dona Maria relata os maus-tratos cometidos pelo filho, de 37 anos, e por sua nora:

Muita judiação, minha filha! É filho caçula. Tem 30 e poucos anos. Ele era muito bom, ia à Igreja [choro]. Ele foi casado por sete anos com a primeira esposa. Ela tinha problema de coração e morreu com 31 anos. É triste, minha filha! Filho judiar da gente. É um sofrimento ter que ir para a casa da filha, sair da minha casa [choro]. Eles [o filho e a nora] pegavam café lá no alto do morro. Ele falava assim: faz a comida para ela, mãe. Eu ia lá no morro levar comida para eles. Olha o que ele está fazendo com a mãe dele! [choro]. (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

Esse pequeno trecho da entrevista foi interrompido várias vezes, pelo choro da entrevistada. De fato, são relatos emocionados e tristes, impactantes. O relato demonstra o sentimento de ambivalência da narradora, quando menciona que “o filho era bom, ia à Igreja”. A relação afetiva na cena doméstica é comum nos casos de violência contra a mulher e está presente nesse caso de violência contra a mulher idosa. Na fala da entrevistada é perceptível, também, a maneira como essa senhora busca justificativas para as agressões do filho e da nora. Ao mencionar que fazia almoço para eles e até ia entregar a marmita na lavoura onde estavam apanhando café, Dona Maria demonstra que incorporava o papel social da mãe zelosa, que cuida do filho, que prepara o almoço e se compromete com seu bem-estar. Esse tipo de inculcação é comum entre as mulheres que sofrem violências e

buscam compreender as razões para estarem subjugadas aos maus tratos e agressões. Faz parte da naturalização do *habitus* da dominação masculina descrita por Bourdieu, sob a qual a primazia universalmente concedida aos homens que:

se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida na objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas, esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundadoras da ordem simbólica.²⁸⁶

Sendo assim, Dona Maria, inserida na relação de poder exercida pelo filho e pela nora, se vê dominada pela naturalização do processo de reprodução biológica e social, cumprindo suas obrigações de mãe ao cuidar da alimentação do filho de 37 anos e que, por sua vez, maltratava-a simplesmente para fazer valer sua condição masculina. No que se refere à violência à pessoa idosa, alguns estudos indicam que, por ordem de frequência, os agressores são os filhos, seguidos das filhas, noras, genros e esposos²⁸⁷ o que demonstra que o caso da entrevistada se adequa ao que a literatura tem afirmado, já que as agressões partem de seu filho e de sua nora.

Os agressores de Dona Maria agiam de maneira a expulsá-la da casa na qual residia, a fim de que ficasse exclusivamente para o uso e domínio do casal. Nos relatos da entrevistada percebe-se que o que mais lamenta é o fato de ter que deixar sua casa para ir morar na casa da filha. Em várias passagens da entrevista ela retoma esse assunto e lamenta essa decisão. Há que se destacar que não se tratou de uma escolha dela, mas de uma tentativa de protegê-la, sugerida pela equipe do CREAS em comum acordo com segmentos da família, no caso, a filha Maria e seu marido.

²⁸⁶ BOURDIEU, 2017, p. 54.

²⁸⁷ MINAYO, 2003.

Minha filha mais velha separou do marido e deixou os móveis dela lá em casa. Ele [o filho] fala que é tudo dele: que a cadeira é dele, uns móveis pesados lá de casa, tudo ele fala que é dele. Eu tenho que ficar só com um sofá velho. Nem geladeira eu tenho. Mas eu digo, não precisa não. Na casa da Maria [a filha] tem, e ela não vai me deixar passar vontade de tomar uma água gelada (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

Nota-se claramente que, tanto o filho, quanto a nora agiam para afastá-la da casa, ou, até mesmo, com o objetivo de levá-la a óbito, pois se trata de uma pessoa fisicamente franzina, com saúde debilitada e que jamais teria condições de revidar ou até mesmo fugir das agressões que sofria.

Minayo²⁸⁸ destaca que, no Brasil, as informações sobre morbidade por causas violentas em idosos ainda são pouco consistentes, fato observado também na literatura internacional que ressalta a subnotificação em todo o mundo. Salaria ainda que as violências contra a geração a partir dos 60 anos se expressam em tradicionais formas de discriminação, como o atributo que comumente lhes é impingido como “descartáveis”.

As queixas de Dona Maria revalidam as que foram encontradas pela pesquisa da OMS²⁸⁹ sobre a ocorrência de violência contra os idosos no Brasil. Os idosos mencionaram naquele estudo o sentimento de “fossilização” – quando são excluídos da participação social, infantilizados pelos seus familiares e inutilizados pela aposentadoria; a diminuição de seu padrão de vida devido à baixa renda e o desrespeito de seus direitos, estabelecidos apenas por serem “velhos”.

Durante a entrevista, Dona Maria relatou que omitia as agressões que sofria temendo que a família se desentendesse com o irmão, ou, ainda, que as agressões se estendessem à sua filha e ao seu genro. O medo é elemento constante na realidade de mulheres submetidas à situação de violência e também afligia esta entrevistada.

Como já mencionado, a filha da entrevistada colaborava na compreensão das falas de Dona Maria, pois o quadro de depressão em que se encontrava fazia com que

²⁸⁸ MINAYO, 2003.

²⁸⁹ Organização Mundial da Saúde. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Geneva, 2002.

tivesse crises de choro prolongadas. Em um dado momento em que a entrevista foi interrompida, a filha contou que a construção do muro, dividindo a casa de Dona Maria ao meio, foi o fator decisivo para que ela adoecesse, pois:

Ele tinha dividido a casa há bastantes dias, mas a mãe entrou em depressão. Eu a trouxe aqui no Dr. Pedro. Ele internou a mãe e falou assim: Olha, sua mãe está em depressão por causa da casa dela. E do jeito que ela está, se não abrir a casa de novo [demolir o muro que dividia a casa] você vai perder sua mãe (Relato de Maria, filha de Dona Maria, setembro de 2016).

Logo em seguida, Dona Maria se recuperou e disse:

Ele não pôs banheiro para mim, não pôs chuveiro. Meu banheiro ficou lá para ele, né? Eu não posso ir ao banheiro. Não consigo tomar banho sozinha. Aí coloquei uma água para esquentar para que na hora que eu precisasse eu tinha, porque estava frio. Eles não me ajudam a tomar banho. Aí fui ao banheiro, passei uma água quente aonde eu consegui e deitei. Fiquei sem tomar banho. A Maria [filha] me dá banho, me coloca para ver a novela. Ele me empurra, minha filha! Belisca-me... [choro] (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

Ele a chuta quando ela cai no chão. Deixou a perninha dela toda roxa [choro]. (Relato de Maria, filha de Dona Maria, setembro de 2016).

Eu trabalhei tanto, minha filha, para levar uma vida assim. O que mais ele faz comigo é me chutar e me dar beliscão [choro e pausa] (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

O fato do filho e sua esposa residirem na casa de Dona Maria corrobora a literatura que afirma que os agressores são mais dependentes do idoso do que o contrário.²⁹⁰ A entrevistada tem noção da possibilidade que teria de viver uma velhice digna, após anos de dedicação ao trabalho no meio rural, que sabidamente requer de seus trabalhadores, mulheres e homens, maior desgaste físico em relação ao trabalhador urbano. No entanto, as violências às quais está submetida fazem com que tenha que se mudar de sua casa, abandonando seus pertences e todo o contexto simbólico a que estão inseridos. A circunstância em que se encontra Dona Maria, residindo com

²⁹⁰ DIAS, Isabel. Envelhecimento e violência contra os idosos. **Sociologia**, 15, p. 249-273, 2005.

a filha para se proteger das violências do filho e da nora, veda sua condição de agente, desprovida da possibilidade de conduzir e gerir sua vida.

No final da entrevista, quando a pesquisadora se despedia e se preparava para desligar o gravador, Dona Maria novamente lamentou a ida para a casa da filha e mencionou o fato de não poder vivenciar rotinas diárias, como receber visitas em sua casa:

É muito triste largar minha casa. Eu gosto quando alguém vai à minha casa. Quando vocês quiserem ir lá a casa, tomar um café comigo, vai lá. Eu gosto das minhas coisas. Não vai ter as minhas coisas porque são da casa da Maria, que é tudo bom também, mas eu queria as minhas coisinhas... [choro] (Relato de Dona Maria, setembro de 2016).

Essa entrevista é muito tocante, pois além de se tratar de violência contra a mulher, a condição de idosa de Dona Maria faz dela ainda mais vulnerável. Quando se trata de mulheres mais velhas, a violência se expande dado à marginalização do idoso e a violência simbólica que envolve o banimento de decisões sociais, e, especificamente, no que se refere a destituição de autonomia sobre a sua própria vida.

Silva e Dias²⁹¹ atentam para o crescimento da população idosa e da demanda que acompanha esse crescimento, já que a violência acarreta adoecimento físico (doenças psicossomáticas, diminuição gradual de suas defesas físicas, alterações do sono e apetite, desidratação, desnutrição, entre outros) e adoecimento psicológico (depressão, desordem pós-traumática, agitação, fadiga, perda de identidade, tentativas de suicídio). O quadro apresentado por Dona Maria é exatamente este. As violências levaram-na à negação da dignidade enquanto indivíduo, destituindo-a de sua liberdade e da possibilidade de viver essa fase da vida de maneira autônoma, levando-a ao caminho do adoecimento.

A ela, resta a adaptação a esse novo momento, com recomeço em outro lar, ao lado da filha, do genro e dos netos. Um novo lugar para se refugiar pode não ser o ideal,

²⁹¹ SILVA, Cirlene Francisca Sales; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Violência contra idosos na família: motivações, sentimentos e necessidades do agressor. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 36, n. 3, p. 637-652, 2016. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v36n3/1982-3703-pcp-36-3-0637.pdf>> Acesso em: 02 mai. 2018.

mas em alguns casos, como o de Dona Maria, é a única oportunidade para recomeçar, longe do medo e da iminência de que algo pior possa acontecer a qualquer momento.

2.5 Medo: fator inibidor ou impulsionador da Rota Crítica

A passividade e o medo intimidam a ação das mulheres gerando interpretações de complacência e conivência com os agressores e representam papel relevante no ciclo da violência, pois agravam o *continuum* de agressões, cada vez mais frequentes e mais intensas. O medo está categorizado dentre os fatores considerados inibidores da chamada Rota Crítica²⁹² que a mulher agredida percorre antes de realizar a denúncia.

A intimidação se constitui como ferramenta do patriarcado para demonstrar que o medo é uma característica feminina e, também, para reproduzir no espaço privado da casa a hierarquia dos gêneros, colocada na “ordem das coisas”.²⁹³ Essa expressão utilizada por Bourdieu denota a divisão dos sexos no mundo social, incorporada nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e de ação. Do mesmo modo, o medo se funda como virtude negativa da mulher, dada pela representação da dominação masculina.

Dentre os dez casos estudados nesta pesquisa, foram mencionados: 1) o medo do julgamento moral de parentes e/ou vizinhos; 2) o medo da morte; 3) o medo que as agressões se estendessem aos filhos; e, 4) o medo da agressão que chegava quando a noite chegava.

²⁹² O estudo de Montserrat Sagot sobre “Rotas Críticas de Mulheres afetadas pela violência intrafamiliar, realizado em dez países da América Latina” busca conhecer os fatores que impulsionam o início de uma chamada rota crítica, que é quando a mulher decide apropriar-se de sua própria vida e busca ajuda para levar adiante sua decisão de romper com situações de resignação e violência. Na pesquisa de Sagot, levou-se em consideração contextos sociais locais para buscar respostas para a violência intrafamiliar, problema social de grandes dimensões que constitui entraves para o desenvolvimento socioeconômico, consiste em grave violação aos Direitos Humanos e é favorecido pela invisibilidade ou subnotificação de casos, por ser considerado um problema de foro privado. Sobre o assunto, ver SAGOT Montserrat. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: estudios de caso de diez países.** San José: Organización Panamericana de la Salud; 2000.

²⁹³ BOURDIEU, 2017, p. 21.

Selecionaram-se trechos das entrevistas de Ana, Bruna, Daniela e Margarida. A primeira temia o que o ex-companheiro poderia fazer com a filha, dado o histórico de atitudes agressivas que ele possuía e que colocava em risco a vida da menina. Bruna destacou o medo da morte, que aumentava a cada nova agressão. Daniela relatou a necessidade de fugir com os filhos para escapar das investidas do ex-companheiro e Margarida, especifica que o medo aumentava quando anoitecia e as crianças dormiam, pois era o momento em que o marido aguardava para iniciar os abusos.

Ana relatou inúmeras experiências nas quais o ex-marido colocou em risco a vida da filha do casal. Uma dessas situações se deu durante um final de semana em que a menina foi passar com o pai. Temendo as reações agressivas que eram exacerbadas pelo consumo de bebida alcóolica, a menina e a prima fugiram do sítio em que estavam.

Ela veio a pé do sítio da tia dela, há 5 quilômetros de Carangola onde estava acontecendo um churrasco. Eu fiquei sabendo disso depois! Ela e uma prima! Que ele estava tão bêbado, que elas ficaram com medo, e vieram a pé até Carangola. Ela falou isso com a Assistente Social! (Relato de Ana, outubro de 2016).

O fato de presenciar as atitudes agressivas do pai fez com que a menina sentisse medo dele, sentimento que se intensificava quando testemunhava o comportamento alterado pela bebida ou consumo de drogas. Tais atitudes do ex-companheiro preocupavam Ana, pois na tentativa de demonstrar para a comunidade que era um marido amoroso, ele expunha a filha a situações vexatórias e incomuns. Depois que o casal se separou, o ex-marido passou a ir todos os dias até a escola na qual a menina estudava. Procurava-a no horário do intervalo, o que causava incômodo, pois ele não a deixava brincar com as colegas

Ela contou para a Assistente Social que o pai dela não deixava brincar. Que ele ia até a escola todo dia às três horas da tarde. E ela queria jogar queimada com as coleguinhas dela. Chorando, tadinha! E o pai dela ficava mandando-a subir para ver ele um pouco. (Relato de Ana, outubro de 2016).

Fatos como este causaram reações na criança, que passou a não querer mais ir à escola, sem explicar para a família quais eram os motivos. Esses acontecimentos foram mencionados pela menina quando foi ouvida por uma Assistente Social a pedido da própria criança, conforme Ana relatou.

Usar os filhos do casal como manobra para atingir as mulheres corresponde a um abuso psicológico, como afirma Miller.²⁹⁴ É comum o artifício da ameaça em bater neles, sequestrá-los ou recorrer à Justiça na tentativa de tirar-lhes a custódia. Ato como esses inviabilizam a ação da mulher, fazendo-a permanecer num relacionamento abusivo.

Acontecimentos semelhantes ocorreram com a entrevistada Daniela. Ela receava que as agressões físicas que sofria atingissem seus filhos, sobretudo a menina, filha do primeiro relacionamento dela. O medo dessa entrevistada e a eminência da morte perante as ameaças do marido a fizeram fugir da cidade de Macaé. Suas experiências no relacionamento abusivo são retratadas neste excerto:

Trancou-me no quarto, deixou os meninos pra lá, e eu e ele brigando lá dentro. Foi quando eu falei: “*Cansei de ser maltratada!*” Ele nunca me elogiava, me obrigava a ter relação com ele, tudo dele era na base da ignorância. Eu falei “*Não, Márcio. Não quero mais*”. Ele falava: “*Você têm obrigação de ficar comigo*”. Eu falava: “*Não tenho não*”. E aí, se eu não ficasse, ele me ameaçava, entendeu? Peguei e fui começando a arrumar minhas coisas aos poucos sem ele perceber. Algumas malas com as coisas dos meninos. Escondi tudo e nem percebeu que eu tinha arrumado. O problema foi que ele escondeu os documentos dos meninos, as receitas de medicamento do menino e o remédio que tinha que tomar. Pensando que assim eu não poderia ir embora. Liguei para minha mãe pedindo ajuda e ela ligou pro Dr. José, advogado de Carangola. Ele foi me buscar lá em Macaé. Quando o Márcio saiu para trabalhar de manhã, peguei minhas coisas, fui com os meninos para a casa da minha colega para esperar o Dr. José chegar. Assim que chegou para me buscar voltamos para Carangola. O Márcio percebeu que tinha algo errado e começou a me ligar, coisa que ele não fazia (Relato de Daniela, novembro de 2016).

Daniela salienta que a ida para a cidade de Macaé trazia esperança de mudanças, especialmente no comportamento do companheiro, o que não ocorreu. Ele também usava a violência como justificativa para punir a esposa, pois acreditava que estava sendo traído. Daniela demonstra que sofria ameaças e agressões físicas do marido,

²⁹⁴ MILLER, 1995.

potencializadas pelo consumo de drogas. O gasto com o consumo de drogas, fazia com que ela tivesse que dar praticamente todo seu salário para pagar o aluguel a fim de que não sobrasse nenhum dinheiro que possibilitasse o seu retorno para Carangola, junto com os filhos. Além disso, ele escondia os documentos dos filhos, inviabilizando o uso de transportes públicos e, também, para evitar que ela viajasse com eles e retornasse para Carangola. Restou a Daniela buscar ajuda de um advogado para fazer sua defesa e, ainda, o traslado da família para a cidade de origem.

A convivência com o medo também era uma realidade da entrevistada Bruna. O processo de violências ao qual estava submetida levava-a a pensar que não sobreviveria às agressões. Ela acentuou que *“tinha tanto receio, tanto medo, eu tinha muito medo, muito, muito, e assim, porque eu já vivenciei situações onde eu, de fato, achei que não sairia viva do ambiente em que eu estava”*. O medo de ser morta pelo marido era o maior motivo de seu silenciamento. Mesmo podendo contar com o apoio e a amizade de sua irmã, não tinha coragem de compartilhar seu sofrimento, pois ela contou que *“tinha muito medo dele, de apanhar, porque eu via até onde ele podia chegar e que ele podia, de fato, me matar. Mas eu não tive forças pra dividir isso com ninguém, mesmo sendo muito próxima da minha irmã que morava em Juiz de Fora”*. O temor relatado por ela causava seu isolamento da família, fato que era engendrado por seu ex-marido:

Ele nunca gostou da Aparecida [irmã de Bruna], ele achava que a Aparecida me levava para o mau caminho. A Aparecida era solteira e ele falava ‘Bruna, você tem que entender uma coisa: mulher casada anda com mulher casada. Mulher solteira anda com mulher solteira. Se você sair com uma mulher solteira você está procurando homem’. Então era esse o pensamento dele. Quando a Aparecida vinha me visitar era um transtorno, não podia ficar nem na minha casa porque ele não gostava, não queria! E pra mim era extremamente constrangedor (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

Atenta-se para as ações dos ex-companheiros de Daniela e Bruna a fim de isolá-las do convívio com seus familiares. Para a primeira, a mudança para uma cidade distante. No caso de Bruna, o impedimento de conviver com sua irmã. Esse exílio

também gera medo. Miller²⁹⁵ nomeia o isolamento de mulheres agredidas como abuso social. Para ela, o

objetivo do isolamento social é o controle. Se um homem puder manter a mulher afastada do contato com o mundo externo, ela dependerá única e exclusivamente dele. Assim, será forçada à submissão, sem recursos externos para obter apoio e drenada de recursos internos para extrair força. A forma mais comum de um homem isolar uma mulher é pela manipulação, arranjando situações – ou reorganizando-as – até ela ser isolada.²⁹⁶

A autora completa que quando as manipulações e as ordens expressas não funcionam, o homem ainda pode recorrer à intimidação para exercer o seu poder, através do medo.

Ele ameaça espancá-la, matá-la, sequestrar os filhos, queimar a casa dos seus pais, bater o seu carro, fazer qualquer coisa prejudicial que a sua mente possa conceber – e ele nunca precisa realizar nenhuma. O medo provocado pela ameaça, como instrumento cortante mortal, torna a esposa submissa. Assim, ele mantém o controle, e, portanto, consegue isolá-la como deseja. O homem socialmente abusivo emprega diversos meios para alcançar seu objetivo, embora raramente se limite a apenas um.²⁹⁷

O isolamento da família se mostra como um tipo de violência e como estratégia do agressor em ter seu domínio sobre a vítima. Ademais, é uma forma de garantir o segredo sobre as violências. A estrutura opressora do isolamento se constitui em prerrogativa em controlar o convívio social da mulher, evitando que compartilhe, com amigas ou parentes, as agressões que sofre do marido. Há que se pensar ainda se o isolamento social não seria mais agravado pelo contexto de uma cidade pequena, como Carangola. Quanto mais isolada a mulher fica, menos as pessoas saberão do que se passa no espaço privado da casa e não poderão ajuda-la.

O círculo vicioso causado pelo medo e o controle do homem sobre a mulher é, para Saffioti²⁹⁸, uma forma de disputa pelo poder, com base no fenômeno social do

²⁹⁵ Sobre o assunto, ver o capítulo 3 da obra, intitulado “Se ao menos eu pudesse visitar os meus pais”, de MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis: abuso não-físico contra mulheres.** Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1995.

²⁹⁶ MILLER, 1995, p. 57.

²⁹⁷ MILLER, 1995, p. 59.

²⁹⁸ SAFFIOTI, 2015.

patriarcado. Segundo ela, os homens efetivamente convertem sua agressividade mais frequentemente que as mulheres.²⁹⁹

As investidas agressivas do ex-marido de Margarida se concentravam durante a noite a fim de evitar testemunhos sobre a violência perpetrada contra ela, sobretudo para que os filhos e vizinhos não pudessem escutar e/ou testemunhar as agressões. Margarida conta que se sentia amedrontada quando ia anoitecendo, pois, o ex-marido costumava agredi-la nesse turno do dia.

A ocorrência de violência doméstica e familiar à noite e nos finais de semana é relatada no estudo de Garcia *et al.*³⁰⁰ que avaliou fatores associados ao atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em serviços de urgência e emergência em 25 capitais brasileiras. Dentre os resultados, encontrou-se incidência maior na ocorrência nos casos durante os finais de semana, bem como nos períodos da noite e da madrugada. As autoras declaram que são nesses dias e horários que o contato entre agressor e vítima ocorre de maneira mais continuada e ampliam-se as possibilidades de eventos sociais que podem favorecer os episódios de violência. Para a entrevista Margarida, devido à assiduidade das agressões ocorridas no turno da noite, ela sentia medo à medida que a noite chegava:

Nossa! Eu não gostava da noite, quando meus meninos dormiam. A vizinhança lá em cima sabia que todo dia à noite eu era espancada por ele. Deus me salvava todas as noites e meus filhos, meus filhos também. Ele não era mais severo comigo porque lá no fundo eu acho que ele pensava um pouco nos meninos. Então ele batia assim, já na consciência e me deixava no limite (Relato de Margarida, setembro de 2016).

Para Miller³⁰¹ os homens que agredem uma mulher também submetem os filhos ao abuso ao sujeitá-los a presenciar a violência sofrida pela mãe. A situação de violência presenciada pelos filhos de Margarida levou-os a desenvolver atitudes agressivas com a mãe, sobretudo a filha do casal, conforme apontou a entrevistada.

²⁹⁹ SAFFIOTI, 2015, p. 129.

³⁰⁰ GARCIA, Leila Posenato *et al.* Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 1-11, 2016, p. 9. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v32n4/1678-4464-csp-32-04-e00011415.pdf. Acesso em: 03 mai. 2018

³⁰¹ MILLER, 1995.

Após a separação, a filha de Margarida residiu alguns meses com o pai e depois retornou ao convívio da mãe. Segundo Margarida, a menina voltou “revoltada”, xingando-a e agredindo-a. Em alguns casos, a jovem se automutilava e fazia denúncia de maus-tratos ao Conselho Tutelar, alegando ter sido violentada pela mãe. Envoltos na atual relação conflituosa com a filha, Margarida e os dois filhos fazem acompanhamento psicossocial no CREAS.

O medo em suas amplitudes é também sentido por alguns agressores, sobretudo no que diz respeito aos aspectos judiciais. Neste estudo, a única entrevistada que relatou esse receio por parte do agressor foi Ana. De acordo com a narradora, a solução para as ameaças que o ex-marido fazia para que retornasse para casa foi a medida protetiva, que impôs limite em suas ações e, conforme narrou, “*colocou medo nele*”. Apesar da existência das possibilidades de proteção e de justiça garantidas pelo instrumento legal, o medo da vingança do agressor persiste.

A pesquisa “Rotas críticas: a trajetória das mulheres no enfrentamento às violências”, realizada por Meneghel³⁰², na cidade de Porto Alegre, constatou que as mulheres declaram fragilidades e limitações na aplicação da lei e salientam o descumprimento das medidas protetivas pelos agressores e a dificuldade de os serviços de segurança pública efetivamente protegê-las.

Para além do medo de represálias dos agressores, soma-se, a isso, a falta de centros de atendimento integral para mulheres em situação de violência, capazes de realizar trabalhos de prevenção e reabilitação. Especificamente, na cidade de Carangola, a falta de grupos de apoio à mulher vítima de violência favorece a égide do medo, dificulta o enfrentamento e o encorajamento para o rompimento da relação violenta, que, aliada ao tipo de sociabilidade, torna-se um ingrediente a mais para favorecer o silenciamento das mulheres.

Quando a mulher obtém apoio para romper com o cotidiano de violências a que está submetida, consegue ressignificar sua vida. Muitas delas apresentam – inclusive as que são objeto de estudo desta tese –, histórico de longos anos sendo humilhadas e agredidas, antes de denunciar seus agressores e se libertarem de relacionamentos

³⁰² MENEGHEL, Stella Nazareth. **Rotas críticas**: a trajetória das mulheres no enfrentamento das violências [Projeto de Pesquisa]. Porto Alegre: Apoio CNPq, 2007.

conjugais autodestrutivos. O recomeço de uma nova vida e a reconstrução de uma nova história são compreendidos pela historiadora tal qual o conto de Rosa³⁰³, isto é, como a travessia realizada pelo homem que mandou construir uma canoa a fim de seguir para o rio. No conto, muitos acreditavam que ele estava ficando louco, enfrentando as incertezas do rio. Na vida real, essas mulheres certamente foram julgadas ao “começarem do zero”, expressão reiterada por elas mesmas como um marco para uma nova oportunidade de vida. Este capítulo se encerra apresentando, a seguir, os relatos de reconstrução e libertação de sete das entrevistadas, os quais demonstram que é possível alcançar a terceira margem.

2.6 Recomeço: alcançando a Terceira Margem

Segundo a Pesquisa Data Senado³⁰⁴, a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) está sendo cada vez mais reconhecida pela população, devido às campanhas de conscientização pelo fim da violência doméstica e familiar contra a mulher. No entanto, romper uma relação conjugal violenta não é nada fácil para quem mantém uma relação íntima com o agressor, pois o rompimento envolve questões emocionais, afeta diretamente o cotidiano das mulheres e aumenta a exposição às agressões num convívio com sentimentos de medo, culpa e vergonha. Tais sentimentos são internalizados pela inculcação da dominação masculina que interioriza na mulher “a aprendizagem das virtudes negativas da abnegação, da resignação e do silêncio”.³⁰⁵

Já se sabe que as mulheres silenciam inúmeras agressões até conseguirem realizar a primeira denúncia. Quando o silêncio não é mais suportável, procuram ajuda. A complexa dinâmica da violência doméstica que envolve medo, dependência econômica do agressor, julgamento moral da sociedade, isolamento social, falta de

³⁰³ ROSA, 2001.

³⁰⁴ BRASIL. Instituto de Pesquisa DataSenado. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Março de 2013. Disponível em: <
https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf. Acesso em: 02 mai. 2018.

³⁰⁵ BOURDIEU, 2017, p. 74.

rede de apoio (família, sociedade, saúde pública, assessoria jurídica) prolonga o processo e torna difícil a ruptura com o relacionamento violento.

O enfrentamento à violência requer das mulheres posição de sujeito uma vez que o rompimento com o processo de violência doméstica e familiar as coloca mediante a chamada rota crítica. O tortuoso caminho que a mulher percorre buscando romper com o cotidiano de violência ao qual está submetida consiste nas dificuldades estruturais que vão desde a desnaturalização das agressões, perpassa a questões elementares como a informação do local especializado para atendê-la, até a desorientação dos profissionais da rede de atendimento, seja nas Delegacias Comuns ou nas Especializadas (DEAM), CREAS, Conselho Tutelar ou Instituto Médico Legal (IML).

Para sair da situação de violência, muitas mulheres têm que deixar suas casas e até mesmo seus pertences pessoais para assegurar sua integridade e a de seus filhos. As casas de acolhimento representam importante instrumento no enfrentamento à violência contra a mulher, pois oferecem atendimento humanizado e abrigam mulheres que denunciam agressores e estão sob medidas protetivas de urgência.

Segundo o Instituto Patrícia Galvão, a primeira Casa da Mulher Brasileira foi inaugurada em 2015, em Campo Grande (MS).³⁰⁶ Carangola não dispõe de espaços como esse, o que torna ainda mais difícil a condição da mulher vítima de violência doméstica que não possui um lugar para recomeçar sua vida ou não encontra apoio de familiares ou amigos para abrigá-la temporariamente.

O recomeço, palavra de ordem na dinâmica da violência doméstica/familiar, torna-se mais penoso em uma cidade pequena, dado ao problema estrutural da falta de rede de apoio, majorados pelo comportamento social da comunidade, carregado de julgamentos decorrentes de uma estrutura social pautada em rígidos códigos patriarcais. Essas características e a proximidade entre as pessoas reforçam um dos medos que impedem algumas mulheres de abandonarem maridos violentos: o impacto da pergunta “O que as pessoas vão dizer?”³⁰⁷ Em resposta à temida pergunta, a sociedade poderá julgar que a mulher não cumpriu seu papel de

³⁰⁶ Disponível em: <http://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/casa-da-mulher-brasileira-e-inaugurada-em-campo-grandems/>. Acesso em: 01 mai. 2018.

³⁰⁷ MILLER, 1995.

subserviência, tolerância e submissão. Que não foi uma boa mãe, uma boa esposa e, por isso, envergonha a família e a comunidade, e representa um indivíduo que pode influenciar o comportamento de outras mulheres.

Das dez entrevistadas deste estudo, sete relatam o recomeço e recorrem ao uso da expressão “começar do zero”, para dizer que abandonaram todos seus pertences em busca de uma nova vida. São evidenciadas as falas de Ana, Bruna, Carmela, Daniela, Eulália, Luciana e Vera.

A entrevistada Bruna lembra como foi difícil sair de sua casa e se recorda da solidão de suportar a violência enquanto maturava a decisão de se separar:

Muito doloroso [tomar a decisão de sair de casa], então eu vejo hoje as pessoas falarem assim: ‘sai de casa, toma uma postura!’ Eu me seguro pra não falar ‘olha, não é tão simples assim. Eu passei por isso, eu posso falar com conhecimento de causa’. Eu demorei anos e sempre calada, eu não tinha uma amiga pra dividir isso (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

O longo processo de tomada de decisão para o rompimento da relação violenta implica ruptura com todo um modelo de vida aliado a um projeto de esperança por mudanças no comportamento do agressor, que pode levar anos para tornar-se descrente, perpetuando um *continuum* de violência. O silenciamento deste processo e o isolamento que cerca a mulher parece estar associados ao fato de que o espaço doméstico é o cenário privilegiado onde a violência é exercida, como disserta Moreira, Ribeiro e Costa.³⁰⁸

Deixar a própria casa para se proteger da violência doméstica tem sido a realidade de muitas mulheres brasileiras. Bruna fala sobre ter que deixar para trás sua casa e seus pertences:

Pra você ter uma ideia, eu sai com o que deu pra levar e duas malas com coisas das meninas e o mais essencial. Eu não tinha muita coisa de valor, jóias, coisas assim... Anéis, até isso eu não trouxe. Até isso ficou pra traz, nem lembrei de pegar” (Relato de Bruna, dezembro de 2016).

³⁰⁸ MOREIRA, RIBEIRO e COSTA, 1992.

A entrevistada reforça sua decisão de sair de casa ao dizer que nem se lembrou de pegar as poucas joias que possuía, que são objetos de considerável valor monetário e comumente valorizados pelo senso comum. Todavia, não é fácil para a mulher abandonar a casa, mesmo tendo ficado isolada e sofrendo humilhações, pois ainda a considera um lar, construído com amor, compartilhado na crença de que seria “para sempre”, suportado com esperança e lágrimas, conforme destaca Miller³⁰⁹.

A decisão pelo enfrentamento e a separação são resultados do fortalecimento da autoimagem das mulheres, incentivado por uma rede de apoio social (família, amigos, entre outros), ou por novas formas de realização pessoal, como trabalho remunerado. Esse último foi o fator encorajador para que Bruna tomasse a decisão e, inclusive, mudasse de cidade em busca de um recomeço para a sua vida e a de suas filhas. Ao vencer a barreira do silêncio de um longo período de sofrimento com as investidas agressivas do marido, Bruna viu-se capaz de reescrever uma nova história. Sua experiência motiva muitas mulheres, dado o tipo de trabalho que exerce hoje, ao oferecer apoio numa rede de atendimento público de saúde.

O relato de Ana demonstra claramente o reinício e sublinha que, assim como Bruna, deixou para trás objetos simbólicos:

Foi uma rup-tu-ra! Eu nasci de novo. E muita gente falava: Ana, mas ali tem um tanto de coisa sua. Eu larguei tudo pra trás! E tinha uma coisa também, sabe?! A minha filha. Eu acho que a minha filha estava sofrendo tanto com uma separação, né? E ainda eu arrancar as coisas de dentro da casa? Tudo meu está lá. Meu enxoval, minhas roupas de cama, meus lençóis, meus presentes de casamento. Tudo! Deixei tudo para trás [emocionada]. Comecei minha vida do zero, do zero, do zero. Posso falar eu comecei do zero! (Relato de Ana, outubro de 2016).

A fala dessa entrevistada explicita que os objetos pessoais que ficaram na casa não representaram significado maior do que a ruptura e a possibilidade de recomeçar.

Da mesma maneira, a narrativa de Daniela reforça que, ao deixar sua casa na cidade de Macaé para retornar a Carangola, trouxe poucos pertences: “*Eu peguei e fui começando a arrumar minhas coisas aos poucos sem ele perceber, algumas*

³⁰⁹ MILLER, 1995, p. 201.

malas, as coisas dos meninos”. Esse relato de Daniela reforça o que Miller³¹⁰ expõe acerca da decisão de ir embora:

Como os anos de abuso culminarão no momento da sua partida, se o marido souber poderá impedi-la. Ela precisa manter segredo sobre os seus planos, contando-o apenas para a pessoa ou as pessoas que irão ajudá-la. Então, quando ele estiver fora de casa e ela tiver certeza de que ele continuará fora por algumas horas, deve fazer as malas rapidamente, pegar os documentos e alguns objetos de uso pessoal que possa levar e sair.

Já a situação de recomeço de Carmela foi diferente. Quando saiu de casa estava fugindo de uma tentativa de feminicídio, ocorrida na noite anterior, quando o marido tentou enforcá-la. Devido aos hematomas dessa agressão, o ex-marido, com o apoio de seus pais, trancou-a em casa, impedindo que saísse para denunciá-lo ou que as pessoas pudessem identificar a violência no corpo de Carmela. Ela relatou que conseguiu sair de casa, no dia seguinte, com a ajuda de seu pai

Não consegui tirar nada porque as minhas roupas todinha ele rasgou tudo. Saí de lá e deixei tudo que eu tinha. A geladeira que minha mãe me deu novinha, ele ficou com ela. Televisão, ele ficou com ela, armário, mesa, jogo de quarto da minha filha, guarda roupa, cama, tudo! Sofá! Tudo que eu comprei trabalhando, coisa que ele nunca pôs dentro de casa. Eu tinha comprado tudo trabalhando, apanhando café, com dinheiro “suado”, não consegui tirar nada. Ele me botou para fora sem tirar nada. Deixei tudo para trás, até roupa eu não consegui tirar porque foi muito às pressas. Para não prejudicar meu pai e não acontecer nada com ele eu saí depressa, consegui pôr algumas coisas na bolsa e na bolsa da minha filha. Calçado, ela ficou sem calçado! Minha mãe teve até que comprar alguns para ela. Saí sem nada. Aí meu pai pegou e me trouxe. Isso foi na terça-feira, porque eu já tinha ficado trancada umas nove horas. Eu fiquei trancada lá e ele me xingando. Meu sogro, minha sogra do lado dele. Ele me xingando de vagabunda, falando que eu tinha traído ele. Aí eu vim para cá na terça-feira, no sábado ele veio e pegou a menina para levar pra lá no fim de semana. Ele pegou a menina de manhã, de noite ele voltou e me esfaqueou. Eu sentada na porta da casa da minha mãe. Estava sentada na calçada a minha vizinha, a minha outra vizinha e a filha dela, que é menor, a minha cunhada e eu. Nós estávamos assistindo um vídeo na internet. Ele veio de moto, de repente. Parou a moto de repente. Eu levantei que eu vi que era ele. Minha vizinha que o conhece, levantou também e falou “É o Francisco!”. Eu não sabia se eu voltava para casa da minha mãe porque eu pensei assim: se eu for para dentro da casa dela, se ele estiver de arma, ele vai matar ela também. Eu pensei nela também. Eu pensei assim: vou correr para o outro lado. No que eu corri para o outro lado ele conseguiu me alcançar e me deu uma facada nas costas e me derrubou e, essa minha vizinha que estava sentada, estava sentada no chão e eu caí em cima dela.

³¹⁰ MILLER, 1995, p. 200.

Caí em cima dela e ele me esfaqueou em cima dela. Nisso foi caindo a dona Maria, em cima da minha cunhada. Em tempo de a faca pegar em todo mundo (Relato de Carmela, agosto de 2017).

Carmela se refugiou na casa de seus pais, mas não conseguiu escapar da investida do ex-marido que quase a matou na frente dos vizinhos. Após se recuperar fisicamente, recomeçou sua vida na companhia da filha e já não reside mais na casa dos pais. O ex-marido está preso, mas o amigo, que o acompanhava no momento do crime, está em liberdade. Atualmente ela vive com outro companheiro e afirma ter recomeçado a vida ao lado de uma pessoa que é o oposto ao seu ex-marido e que vive feliz ao seu lado.

Outra situação de recomeço que só ocorreu após a tentativa de feminicídio foi o caso de Eulália, também vítima de facadas do ex-companheiro. Ela já havia saído de casa porque havia sido agredida pelo ex-companheiro três semanas antes, quando ele jogou um prato em seu rosto. O recomeço de Eulália teve dois momentos: a ida para a casa de sua mãe após a primeira agressão e o recomeço junto aos filhos, em um novo lar, após ter se recuperado das facadas, tentativa de feminicídio a que ela se refere, em sua fala, como “acidente”:

Quando ele tacou um prato de comida no meu rosto os meninos não estavam em casa, estavam pra aula. Nossa! Como desceu sangue do meu rosto! E assim podia ter furado um olho meu. Eu cheguei ao mercado e o meu gerente falou: *Eulália, o que aconteceu? Seu marido te bateu?* Depois eu o chamei no canto falei o que tinha acontecido. Ele respondeu: *isso é muito sério*. Eu larguei o meu serviço por três meses por conta dele, sabe? Pra cuidar da saúde, ia ao médico. Eu enfrentei coisa com ele que se eu falar com você, é inexplicável. E eu gostava dele. Só que quando aconteceu o acidente, eu falei assim "Gente, como é que pode? Ele desceu o morro conversando comigo! O acidente foi assim. Eu desci o morro numa boa conversando. Aí ele falou assim "Vamos voltar" levantou a camisa na frente e a faca estava atrás. Aí falou assim: "Eu estou emagrecendo demais. Volta pra casa"! Falou assim, "Deixa eu te dar um último abraço" só falou assim: "último abraço". Deus falava comigo naquela hora que não era pra eu abraçar. Eu estava com uma sombrinha e uma bolsa e o óculos caiu. Mais a frente ele foi arrancou a faca. Ele arrancou a faca sem falar nada, ele só pediu um abraço. O abraço era pra me matar, se eu tivesse abraçado ele já tinha me matado. Só que Deus não deixou não..." (Relato de Eulália, janeiro de 2017).

O ato de violência – acidente, nas palavras da entrevistada – cometido pelo ex-companheiro de Eulália ocorreu no meio da rua e o pedido de “último abraço” foi o

artifício usado para se aproximar dela, para dar as facadas. Ao falar sobre o recomeço de sua vida destaca a reconquista dos bens materiais que deixou para trás e da solidão que sentiu no momento da separação, mas destaca a importância da denúncia que fez, quando da primeira agressão:

Hoje eu tenho armário que eu comprei, tenho estante que eu comprei. Meu sofá eu comprei trabalhando. Hoje eu comprei uma televisão que eu estou pagando. Quando eu me separei não vi problema nenhum porque sempre eu fiz as coisas que eu estou fazendo, sempre coloquei comida dentro de casa. Eu me sentia só. Porque a gente fica sozinha e não tem ninguém para conversar, mas aí eu conversava com Deus. Eu chegava pra Deus e ficava conversando com Ele. Às vezes a minha mãe e minha irmã me ligavam, conversavam comigo. Eu hoje não me vejo como derrotada, me vejo como vencedora. A Bíblia fala que com Cristo a gente é mais vencedora ainda. Hoje eu vejo as mulheres e penso assim: é melhor acontecer uma briguinha, você chegar e denunciar. Porque acontece fato pior depois. Igual ao meu caso poderia ter acontecido uma morte dentro de casa, mas você vê como Deus tocou minha cabeça, desde o prato de comida fui à delegacia e registrei” (Relato de Eulália, janeiro de 2017).

Perguntada sobre as redes de apoio ao enfrentamento da violência, Eulália atribui relevância à sua participação na Igreja Evangélica e também aos atendimentos realizados pela equipe do CREAS, que assiste, inclusive, seus dois filhos.

Da mesma maneira que Eulália, a entrevistada Luciana foi influenciada favoravelmente por segmentos religiosos. Ela relatou que embora tenha sofrido agressões físicas do ex-marido, temia o julgamento da sociedade e a possibilidade de ser rejeitada pela comunidade rural em que residia pelo fato de ser uma mulher separada. Em sua fala expõe o apoio que recebeu de um pároco da igreja em que frequentava:

Lá na comunidade que eu frequento, eu fui chegando lá e falei: Padre João, eu precisava conversar com o senhor. Ele respondeu: minha filha eu vou celebrar, depois a gente conversa. E ele foi, celebrou a missa. Aí no final ele foi e perguntou: Cadê aquela moça que queria conversar comigo? Aí ele me atendeu. Não foi em confissão não, foi em conversa mesmo. Eu fui e falei: Olha, padre aconteceu isso assim, assim... Eu contei como que foi. Como que eu faço? Eu volto pra casa? Eu fico... eu fico separada? O que eu faço da minha vida? Ajuda-me. Dá-me um apoio, me ilumina! Ele olhou pra baixo assim... Ele é bem pequenininho, né?! E falou assim: minha filha, meu lado de padre vai te falar assim: volta pra casa, vai ser esposa. Mas eu vou te falar agora o meu lado de João. Meu lado de João te fala: não volta pra casa não! Porque o João precisa de você na igreja dele. Se você morrer, eu tô ferrado! [risos] Aí eu falei assim: Padre, agora você me deixou numa

encruzilhada. Ele respondeu: Não volte, minha filha, não volte! Porque ele vai te matar. Talvez tenha sido assim, a palavra que ouvi naquele momento e que foi decisiva para mim. Eu falei: padre, e a questão da comunhão? Ele falou: minha filha do céu, se nós não formos dar mais comunhão para esse povo que separou, nós não vamos dar comunhão para mais ninguém nunca mais. Aí assim, aquilo abriu meu horizonte, né?! (Relato de Luciana, agosto de 2017).

Destaca-se como a influência religiosa é fortemente presente na transmissão de aspectos socioculturais de Carangola. Tanto as falas de Eulália quanto as de Luciana demonstraram que a Igreja, enquanto Instituição, ainda exerce papel predominante para ditar normas sociais. Nader³¹¹ discorre que a família tradicional, a igreja e a escola, enquanto instituições, promoveram, na História do Brasil, o processo moralizante e o destino biológico da mulher. Por intermédio dessas instituições, o comportamento das mulheres diante das unidades domésticas foi moldado, pautados em costumes fortemente enraizados nos aspectos socioculturais.

A entrevistada Luciana externou, em sua fala, sua aflição de não participar do momento da Comunhão³¹² caso se divorciasse do marido. Segundo as normas da Igreja Católica “O que Deus uniu, o homem não separa”, portanto, desfazer este sacramento indissolúvel tem o peso de um pecado imperdoável.³¹³ De Fáveri³¹⁴ salienta a declaração dada, em 1977, pelo presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, D. Aloísio Lorscheider, Cardeal e Bispo de Fortaleza, que, na ocasião, advertiu:

Para a Igreja, o divorciado vive no adultério, é pecador público, fica excluído dos atos legítimos eclesiais. Não poderá confessar-se, se aproximar da mesa eucarística, não recebe a unção dos enfermos e a comunhão viática (para doentes, em casa), não poderá ser padrinho em batizado, crisma, não receberá sepultura e encomendação do corpo, e, se julgar oportuno, poderá excomungar o divorciado.

A consulta que Luciana fez ao padre buscava seu consentimento em relação à separação do companheiro que a agredia. Conhecedora dos dogmas da igreja,

³¹¹ NADER, 2001.

³¹² O momento da comunhão é uma prática da cerimônia religiosa da Igreja Católica.

³¹³ DE FÁVERI, Marlene. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, p. 335-357, 2008.

³¹⁴ DE FÁVERI, 2008, p. 350.

recorreu ao pároco para saber se o divórcio seria um empecilho para que ela pudesse participar dos rituais de celebrações religiosas, como a comunhão. Nota-se que na fala do religioso, reproduzida pela entrevistada, ele fez questão de separar o conselho do Padre, do conselho do indivíduo, sendo esse último o que sugeria pela separação. Verifica-se ainda que a recomendação do sacerdote foi sensível à situação de violência suportada pela entrevistada, quando aconselhou-a que ficasse viva, longe do companheiro agressor.

Perrot³¹⁵ já afirmava que as religiões exercem um poder paradoxal nas mulheres: o poder sobre as mulheres e o poder das mulheres. Nos casos das entrevistadas Eulália e Luciana, pode-se afirmar que as religiões exerceram o poder sobre as mulheres. Isto porque Eulália e Luciana se reportaram aos aspectos religiosos como determinantes de suas condições de empoderamento para enfrentar a violência. A primeira, na crença do sobrenatural como proteção para que não fosse morta pelas facadas dadas pelo ex-marido. A segunda, por receber o consentimento e o apoio de outro homem, um padre católico, para que se libertasse do jugo do companheiro agressor. Em ambos os casos, prevaleceu o sentimento de piedade, de consentimento, de dever e de devoção, típicos das religiões monoteístas que estabelecem a hierarquia do masculino e do feminino.

Finalizando os relatos das entrevistadas que reconstruíram suas vidas após a ruptura com a violência conjugal, apresentam-se as falas da entrevistada Vera. Submetida a violências físicas e, sobretudo, sexuais, retomou as rédeas de sua vida e se empoderou por meio do trabalho. Contou com o apoio da filha e os primeiros passos para a separação foram incentivados por uma cliente, que é advogada:

O ponto final foi assim: Ele me pedia, falava que iria parar de beber e nada. E minha situação melhorou porque deixei de ser faxineira, montei um ponto de costura e comecei a ganhar bem e decidi que ia comprar uma moto e tirar minha carteira de habilitação. Pronto, ele não aceitou aquilo... Quando eu ia ter relação sexual e acabava, eu estava com dor, com nojo... Começava até a fazer vômito, de nojo. Então falava assim "isso não era mais vida!" Não tinha como viver aquilo mais. Eu estava sendo forçada. Então eu creio que, depois de todos os abusos, eu decidi me separar, porque eu já via que não tinha mais jeito. Ele estava bebendo cada vez mais, ele exalava álcool e aquilo estava me incomodando e foi o ponto final. Ele falava que ia parar de beber e pediu, que se eu ajudasse, ele iria parar.

³¹⁵ PERROT, 2012.

Isso foi num dia, quando passava dois dias, ele já estava bebendo de novo. Então falei assim "isso não tem mais jeito". Ai minha filha falou assim "não, mãe, vamos separar sim". Então conversei com esta advogada, que era minha cliente. E ela pegou e me instruiu como fazer. Eu aluguei uma casa. Nessa época, uma menina quis me alugar uma casa por meio salário. A casa não era boa, muito ruinzinha mesmo. Depois, eu consegui outra, mais em conta e mudei pra ela. Morei lá um bom tempo. Depois a situação foi estabilizando, eu precisava comprar geladeira, eu precisava comprar tudo! Eu não tinha nada. A situação foi estabilizando devagarinho, fui conseguindo comprar tudo de novo. Depois eu fui morar no porão do meu pai. Eu falei pro meu pai "Olha pai, eu vou morar aqui três anos. Depois eu vou conseguir minha casa". Acho que para o meu pai aquilo foi engraçado, né?! Uma pessoa que viveu 14 anos casada, como que eu ia conseguir comprar uma casa em três anos? Graças a Deus eu consegui comprar minha casinha! Eu pago a prestação dela, mas eu tenho minha casa, o meu canto. Mas aí eu passei por isso tudo e eu vejo muitas mulheres falarem: "Ah, não separo porque não tenho condições de me manter". Mas eu consegui. Você tem que deixar muitas coisas, sabe. Não comprar uma roupa, não ir à festa. Não! É só trabalhar, trabalhar. Tinha vez que eu pegava no trabalho das 8 às 10 da noite para poder conseguir estabilizar minha situação. Hoje em dia, eu tenho a minha casa. Comprei pela Caixa, passei num concurso, agora sou funcionária da prefeitura. Minha filha tem o emprego dela, tem o carro dela. Então as coisas, dentro de 10 anos, evoluíram. A casa, que eu tenho hoje não chega aos pés do barraquinho que eu tinha naquela época. As pessoas vão ter que ver que a vida da gente tem que seguir em frente. Eu vivia uma vida de privação e não podia reclamar com meus pais (Relato de Vera, agosto de 2017).

A narrativa de Vera denota uma trajetória de muitos anos em situação de violência, mas demonstra superação e ruptura com a resignação que é imposta às mulheres que vivem sob esse contexto de sujeição a companheiros agressores. O fortalecimento individual de Vera encorajou-a no processo de reconstrução de sua vida fora da relação conjugal opressiva, na qual ela reescreve sua história. Nesse relato, ela descreve como foi conquistando, dia a dia, pequenos ganhos que impulsionaram sua autonomia até se empoderar através de um emprego estável e a adquirir sua moradia.

As histórias que se traz, por meio dos relatos das mulheres que vivenciaram a violência de gênero em seus cotidianos, demonstram que a vida social se constitui de ações pessoais, da luta diária. Distingue-se, ainda, que a cidadania feminina ainda carece de constante vigilância e reivindicação. Viu-se que a maioria das integrantes do grupo pesquisado se reconhece na condição de empoderadas pelo recomeço de suas vidas. Superaram violências de diversos tipos, e, até mesmo, tentativas de feminicídio, mas, enfim, conseguiram alcançar a Terceira Margem.

O capítulo a seguir, trará uma abordagem quantitativa, diversa da que foi explorada até agora, discutirá os dados obtidos pela aplicação dos 376 questionários fechados, que foram distribuídos em diferentes pontos da cidade de Carangola. No intuito de encontrar casos de violência conjugal ainda não notificados, as questões dos formulários versam sobre temas que envolvem a violência contra a mulher e sua relação com a vida conjugal. Partiu-se do pressuposto de que o tipo de sociabilidade de Carangola, com características socioculturais de cidade de pequeno porte, influencia no comportamento de homens e mulheres, reforçando assimetrias nas relações entre os gêneros e condutas normatizadoras patriarcais, impondo silêncio às mulheres submetidas a relações conjugais violentas. Após o estudo dos dados quantitativos apresentados pelos questionários, será possível afirmar que as mulheres carangolenses conseguem romper o silenciamento e alçar a Terceira Margem?

CAPÍTULO III: Cruzando a terceira margem do rio

*Robertinho Ralé
No Bar Luso-Brasileiro
30 anos, olhos pretos
De cor branca e solteiro
Agrediu uma mulher
Bem em frente ao espelho
E o sangue escorreu
Como os seus olhos vermelhos de chorar a traição
Que a pouco constatara
Quando sentada na mesa
Com outro homem flertava
Para poder sua honra guardar
Roberto teve que bater*

*Carangola, Carambola
Beira linha, beira rio
Vim me embora já faz tempo
Mas caramba, que carinho!*

} refrão

*Para poder sua honra guardar
Roberto teve que bater
A Maria Samambaia
No Bar Luso Brasileiro
20 anos, coitadinha!
De cor parda, brasileira
Chorou muito que apanhou
E correu para o espelho
E o sangue que espirrou
Salpicou todo o banheiro
A Maria até chorou
Que alegria, sim senhor
Pois o sangue que espirrou
Seu vestido não manchou*

*Para poder seu vestido salvar
Maria teve que correr
Mas no dia seguinte os dois esqueceram
Dormiram juntinhos
Isso é bem brasileiro!
No dia seguinte os dois esqueceram
Dormiram juntinhos
Isso é bem brasileiro!*

*Para poder sua honra salvar
Maria teve que apanhar
Larererê, Larererê
Laralaiara, Laralaiara, Larererê...³¹⁶*

Carangola ou Navalha na carne - Guilherme José de Oliveira Rezende (Fototi) e Fauzi Arap

³¹⁶ O áudio da canção, interpretada por Marlene, está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=D0rZvZeon04>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

A canção “Carangola ou Navalha na carne”³¹⁷ foi escolhida para abrir este capítulo da tese, pois trata de um episódio de violência contra a mulher que teria ocorrido em Carangola, na década de setenta do século passado. Não se pode afirmar se o fato narrado por ela é verídico ou não, mesmo assim, servirá como pano de fundo para a apresentação e discussão dos dados quantitativos produzidos por meio do *survey*³¹⁸ aplicado pela pesquisadora às mulheres carangolenses. Isso porque os versos do bolero enfatizam a ideia de defesa da honra masculina para justificar a agressão de Robertinho contra Maria, mencionam a concepção de violência conjugal como assunto de foro íntimo e abordam a interseccionalidade³¹⁹ entre gênero e raça, aspectos esses que permeiam os debates sobre a violência contra a mulher. Além disso, pensou-se na representatividade dessa música para o contexto estudado. O ato de agressão à mulher narrado no bolero, mesmo que tenha sido hipotético, é simbólico para representar como a comunidade encara a violência contra a mulher. Os autores o compuseram na década de setenta do século passado, mas, atualmente, há cerca de um ano, a música foi reavivada e um videoclipe³²⁰ foi gravado com a interpretação de pessoas populares da cidade, que de maneira caricata cantavam seus versos sem se darem conta que propagavam um episódio de violência de gênero. Leva-se a crer que a performance tenha tido o intuito de homenagear seus autores, no entanto, a problematização do fato narrado na canção seria uma maneira de combater a violência de gênero em Carangola e desconstruir traços do patriarcado manifestos no comportamento da comunidade.

³¹⁷ A canção em epígrafe se tornou uma das sete finalistas do Festival Internacional da Canção (FIC) de 1972, foi composta por Guilherme José de Oliveira Rezende (Fototi) e Fauzi Arap e interpretada pela cantora Marlene. O site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional noticia as canções que foram finalistas do Festival de 1972 e “Carangola ou Navalha na Carne” é uma delas. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=089842_08&pagfis=33613&url=http://memoria.bn.br/docreader#. Acesso em: 27 mar. 2019.

³¹⁸ O método de pesquisa *survey* oferece de maneira vantajosa a possibilidade de aplicar as análises estatísticas juntamente com os pensamentos lógicos, visando explicar as razões para as fontes de eventos, assumindo uma postura determinística de causa e efeito. Sobre o assunto ver: BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

³¹⁹ O conceito de interseccionalidade foi cunhado pela intelectual afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw em 2001. Conforme Carla Akotirene (2019, p. 19), o conceito “visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado que atinge mulheres negras pelo cruzamento de gênero, raça e classe”. Sobre o assunto, ver AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

³²⁰ O videoclipe com a canção sendo interpretada por carangolenses pode ser acessado pelo link disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v= fxsNMBjcmY>>. Acesso em: 15 de mai. 2019.

Os versos da canção em epígrafe ilustram o comportamento típico de autores de atos contra a integridade da mulher, movidos por sentimentos de vingança, ou como recurso para preservar estruturas de poder nas relações conjugais. De acordo com a letra da música, Maria foi agredida como censura a uma possível traição. Reprimida, aceitou a violência como penitência para recuperar sua honra e, ainda, sentiu-se aliviada por conseguir preservar seu vestido e impedir que o sangue, resultado da agressão, manchasse-o. Vê-se a permissividade com a qual a violência é tolerada como ferramenta para resolução de conflitos. Pode-se dizer que condutas agressivas como a demonstrada na música objetivam a domesticação da mulher pelo uso da violência, sob um processo de degradação social que não é recente. Federici³²¹ afirma que ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social e a perda de poder social expressou-se por meio de uma nova diferenciação sexual do espaço e “construção de novos cânones culturais que maximizavam as diferenças entre as mulheres e os homens”.³²² No Brasil, desde o período colonial, uma série de elementos passou a definir o comportamento das mulheres e a determinar a condição que ocupariam na sociedade. A honra constituiu-se como um de seus atributos e era parte fundamental dos compêndios de comportamento feminino os quais estabeleciam regras de posturas das mulheres e relacionamentos entre os sexos. Essas espécies de manuais de comportamento da mulher eram majoritariamente redigidas por homens, no entanto, no século XV, de forma pioneira para aquele período histórico, uma mulher se propôs a escrever uma súmula de regras e advertências sobre a moral e o comportamento femininos, voltado para mulheres de todas as origens sociais. Christine de Pisan escreveu “O Livro das Três Virtudes”, o qual era tão severo quanto os compêndios escritos por homens, conforme destaca Leila Mezan Algranti³²³. Um século mais tarde, a obra de Pisan foi traduzida em Portugal, demonstrando sua aceitação. O texto ensina que a honra e a boa reputação “são atributos que uma mulher deve desejar acima de tudo”.³²⁴ A honra configurava-se

³²¹ FEDERICI, 2017.

³²² FEDERICI, 2017, p. 201.

³²³ ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas**: mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822). São Paulo: Edunb, 1992.

³²⁴ ALGRANTI, 1992, p. 127.

atrelada à sexualidade da mulher, representando a castidade para as solteiras e, para as casadas, a fidelidade ao marido, determinada pelo matrimônio.

O período colonial brasileiro impôs um violento processo normativo para a mulher, conforme destaca Priore.³²⁵ Esse processo de adestramento pelo qual passaram as mulheres, segundo a autora, foi acionado por dois instrumentos: o discurso religioso, realimentado pelos sermões dominicais a serviço da colonização, e o discurso normativo médico, que “dava caução ao religioso na medida em que asseverava cientificamente que a função natural da mulher era a procriação”.³²⁶ Com base nesses discursos, a Igreja e a Medicina aliaram-se para sacramentar a constituição de famílias e disciplinar as mulheres para a procriação. Ambos os segmentos, o religioso e o médico, apoiavam-se na mentalidade androcêntrica colonial e exploraram as relações de dominação entre homens e mulheres. Sob a influência da escolástica³²⁷, que impregnava os saberes da época, reforçou-se a menoridade da mulher, transformada em projeto colonizador. A Igreja valia-se dos sermões, eficazes no processo de cristianização, para compelir o modelo de feminilidade ditado pela devoção a Nossa Senhora e o culto à virgindade, que devia ser almejado por todas as mulheres.

Deste modo, os princípios da honra e da virtude foram incorporados pela sociedade daquele tempo e estabeleceu-se que a noção de honra configurava-se vinculada à sexualidade da mulher, da mesma maneira que a virtude. Tal vinculação foi idealizada pelos filósofos gregos e corroboradas pelos religiosos cristãos. Contudo, atribuiu-se a esses princípios diferentes significados relacionados aos homens e às mulheres. Para os homens, a virtude foi considerada um atributo cívico e a honra, um valor moral. Assim,

o cidadão virtuoso jamais teria sido um homem casto, mas sim, um "homem forte", como significa o próprio termo "virtus" (força). Existe assim uma conotação, já na origem da palavra, que se refere à Juta, ao esforço realizado e, por conseguinte, à ideia de um oponente. Este se materializa na

³²⁵ PRIORE, 2009.

³²⁶ PRIORE, 2009, p. 24.

³²⁷ A Escolástica representou o ápice do período de produção intelectual, filosófica e teológica da Europa, nos séculos XII a XIII. Essa corrente filosófica teve forte influência dos dominicanos tendo Santo Tomás de Aquino a maior autoridade do pensamento medieval naquele período. Sobre o assunto, ver: COSTA, Ruy Nunes da. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1979.

figura do inimigo quando "virtus" passa a designar a coragem do guerreiro.³²⁸

À vista disso, a virtude se relaciona aos atos de heroísmo e às ações públicas e o seu reverso seria a covardia. Já a conotação da virtude, para as mulheres, constitui-se como predicado relacionado à pureza e à castidade. Para ambos, a honra se construía no ambiente doméstico e encontrava nos espaços públicos o seu revés: a desonra, a qual era punida pela comunidade por meio de julgamentos e estigmas.³²⁹ Isso porque a “opinião pública funcionava como árbitro sobre a honra individual que era preciso defender para se manter a reputação”.³³⁰

Retomando os versos da canção que abre este capítulo, vê-se que a letra menciona que Roberto fez uso da violência contra Maria para demonstrar ao seu grupo social a punição por uma possível traição. Ao mesmo tempo, ele agia em nome da preservação da honra, pautado no modelo de masculinidade imposto pela moral burguesa do século XIX e que carrega consigo a emergência do homem como trabalhador, provedor do lar e vigilante da virtude da esposa. Nesse modelo, a violência tornou-se instrumental na medida em que se estabelece como poder de dominar/corriger/conduzir papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade.

A vigilância do papel da mulher como jovem casta ou esposa fiel encontra terreno fértil entre os discursos normatizadores presente, sobretudo, nos comentários difamatórios. Elias³³¹ identifica que na sociedade de corte, no Antigo Regime, a noção de honra ditava a opinião social dos indivíduos. O contato constante entre membros da comunidade possibilitava a vigilância e, por conseguinte, alimentava comentários maledicentes. No Brasil, tal prática se estabeleceu desde o período colonial, fruto do processo civilizatório que atingiu a cristandade ocidental. O olhar onipresente dos membros da comunidade reforça os discursos médicos e religiosos

³²⁸ ALGRANTI, 1992, p. 128

³²⁹ Erving Goffman define o termo “estigma” como uma maneira que a sociedade possui de categorizar as pessoas atribuindo-as o que chama de identidade social. Baseado nessas ideias pré-concebidas são criadas expectativas normativas que conduzem a uma referência depreciativa do indivíduo, basicamente discriminatória. Sobre o assunto ver: GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC, 1998.

³³⁰ ALGRANTI, 1992, p. 129.

³³¹ ELIAS, 1987.

no sentido do adestramento das mulheres e qualquer conduta desviante de tais preceitos é veementemente condenada. Assim, o estigma de mulher desviante se enraíza entre determinados grupos sociais, descriminalizando condutas violentas de homens que agredem mulheres em nome dos princípios da honra, da virtude e dos bons costumes, sobretudo quando se trata de esposas ou companheiras, inseridas e submetidas ao domínio privado do agressor.

Na música em manchete vê-se a tratativa do ato de violência como assunto de foro privado, pois é mencionado que, mesmo após a agressão de Robertinho contra Maria e presenciada pelos frequentadores do bar, o casal se esqueceu do acontecido e “dormiram juntinhos, isso é bem brasileiro!”, o que reforça a conotação de que a violência contra a mulher é um problema familiar. Nessa lógica, o gênero se mostra um marcador de dominação entre o homem – dominador e forte – e a mulher – submissa e frágil – em situação de sujeição a ele, no sentido mais simplório da relação patriarcal.

Novamente recorrendo à letra da canção, identifica-se a intersecção entre gênero e raça, já que o agressor é branco e a mulher é parda. A interseccionalidade entre sexo/gênero e outros eixos identitários, como classe, raça, religião e geração, exprime formas conjugadas de opressão que se entrecruzam e se manifestam na violência contra as mulheres. Sabe-se que a mulher negra é a que mais sofre com a violência e, segundo dados do Atlas da Violência 2018³³², são as que mais morrem. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres brancas no ano de 2015 foi de 3 para cada 100 mil habitantes, a de mulheres negras foi de 5,2. O bolero não menciona os aspectos sociais dos envolvidos na violência, mas sabe-se que a violência de gênero ignora fronteiras entre classes sociais.

Para além dessas questões supracitadas, apresentadas à luz do bolero, convencionou-se discutir e apresentar nesta seção do trabalho, os dados produzidos com base nas observações resultantes da aplicação dos 376 questionários que visavam descortinar a realidade da violência de gênero em Carangola.

³³² O Atlas da Violência é uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: < https://assets-dossies-ipea.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018Relatorio.pdf > Acesso em: 03 mar. 2019.

Conforme já mencionado, a coleta de dados ocorreu em um só momento (corte-transversal) e permitiu traçar o perfil das mulheres que participaram do estudo e, ainda, demonstrar como a população da cidade se relaciona com a violência conjugal. Todas as análises foram feitas no *software* R 3.5.³³³

3.1 Quando os dados rompem o silêncio³³⁴

Este estudo optou por agregar a pesquisa quantitativa à pesquisa qualitativa, e, ao aliar os dois métodos de pesquisa, pretendia identificar atitudes, opiniões e comportamentos das mulheres carangolenses no que se refere ao tema da violência conjugal e doméstica. O uso convergente de ambas as abordagens metodológicas decorre do esforço da historiadora em encontrar respostas à dimensão histórico-social do silenciamento deste tipo de violência, as quais fogem ao alcance de pesquisas generalizantes e subjetivas. Uma vez escolhido o método para a pesquisa, a etapa subsequente foi a realização do cálculo amostral, que levou em consideração a população de mulheres da cidade pesquisada, conforme dados do IBGE, estimada em 16.000 mulheres. Como o tamanho da população é menor do que 100.000, utilizou-se a fórmula da população finita dada por Bolfarine e Bussab³³⁵ e chegaram-se ao número amostral de 376 questionários, capazes de representar as mulheres carangolenses.

O conceito de amostra é explicado por Paranhos *et al.*³³⁶ por meio de uma analogia, na qual a comparam a uma colher retirada de um prato de sopa. Segundo os autores “não é necessário tomar toda a sopa para saber se ela está boa de sal, temperada ou consistente. Toda a informação para fazer uma inferência válida para

³³³ R Core Team (2018). R: *A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

³³⁴ Parte dos dados apresentados neste capítulo integra o texto “A violência contra a mulher no interior de Minas Gerais: quando o silêncio impera”. Sobre o assunto, ver: CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus; NADER, Maria Beatriz. A violência contra a mulher no interior de Minas Gerais: quando o silêncio impera. In: NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin (Orgs). **As múltiplas faces da violência de gênero**. Vitória: Edufes, 2019, p. 81-110.

³³⁵ BOLFARINE e BUSSAB, 2005.

³³⁶ PARANHOS, Ranulfo *et al.* Corra que o *survey* vem aí: Noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, v. 3, n. 6, p. 07-24, 2013.

a população está contida na própria amostra retirada pela colher”.³³⁷ O mesmo ocorre com o estudo em questão, que para confirmar a hipótese do silenciamento da violência conjugal em Carangola utilizou-se 376 questionários fechados como instrumentos para coletar dados. Para serem representativos dos parâmetros populacionais, os formulários foram distribuídos e aplicados aleatoriamente em diversos pontos da cidade.

Ressalta-se que, ao elaborar esses instrumentos de pesquisa aplicados à amostra do estudo, seguiu-se a orientação dada por Babbie³³⁸ o qual destaca que, “em geral, você deve supor que os entrevistados irão ler os itens rapidamente e dar respostas rápidas. Você deve fornecer itens claros e curtos que não serão mal interpretados sob tais condições”. Assim, para facilitar a compreensão das respondentes no que diz respeito às diferentes formas de violências, tendo-as como ruptura de diversos tipos de integridade, levou-se em consideração a classificação dada pela Lei Maria da Penha³³⁹ que, em seu artigo sete, define as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Nos questionários, tais tipificações foram expostas de maneiras mais simples e de fácil identificação para as participantes do estudo, conforme pode ser verificado no Apêndice A.

O *survey*, como técnica de coleta de dados, foi a ferramenta capaz de trazer respostas e testar a hipótese levantada por essa investigação, de que há silenciamento dos casos de violência contra as mulheres de Carangola. As informações obtidas por meio dos formulários aplicados foram exploradas metodologicamente através da estatística descritiva, que consiste num conjunto de técnicas que visa resumir informações coletadas por meio da aplicação de questionários e é utilizada para sumarizar as respostas. A análise descritiva e exploratória dos números produzidos pelo *survey* permitiu traçar o perfil das entrevistadas e também conhecer sobre o que pensam a respeito do casamento e avaliar suas relações conjugais. Os questionários possibilitaram, ainda, identificar quais os tipos de violência estão presentes no cotidiano conjugal e como as carangolenses lidam com tais fenômenos.

³³⁷ PARANHOS *et. al.*, 2013, p. 9.

³³⁸ BABBIE, 2005, p. 193.

³³⁹ BRASIL, 2006.

3.2 Perfil das respondentes

Os números apontam que, aproximadamente, 40% das participantes do estudo possuem idades entre 20 e 29 anos, sendo 50,41% casadas e 36,86% solteiras. Apenas 7,32% das mulheres se divorciaram. Conforme mostra a Figura 2, 94,37% possuem alguma ocupação profissional e deste percentual, 23,5% atuam no comércio, 12,3% são estudantes e apenas 1,09% se declararam desempregadas. Entretanto, apesar do alto percentual na ocupação, 62,15% ganham no máximo um salário mínimo. Não é de se estranhar que a atuação no comércio tenha sido a ocupação mais citada pelas mulheres que participaram da pesquisa, já que, segundo dados³⁴⁰ do IBGE no que se refere às atividades econômicas de Carangola, a atividade comercial é o segmento que mais emprega na cidade, imediatamente após o setor de prestação de serviços.³⁴¹ A faixa salarial daqueles que atuam no comércio varejista de Carangola, conforme números do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)³⁴² fica entre R\$ 1.079,00 e R\$ 1.287,00, tendo como teto salarial o valor de R\$ 2.739,37, levando em conta profissionais contratados com carteira assinada em regime de contratação por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Os dados do MTE destacam que o perfil profissional mais recorrente em Carangola é o de um trabalhador com 26 anos, com Ensino Médio completo, do sexo feminino e que trabalha 44 horas semanais em microempresas do segmento de restaurantes e similares. A média salarial da população carangolense, segundo o IBGE³⁴³, é de 1,6 salários mínimos. Deste modo, as informações do presente estudo sobre renda salarial e escolaridade, oriundas da amostra de mulheres entrevistada são congruentes aos dados dos levantamentos realizados pelo IBGE e pelo MTE sobre Carangola.

³⁴⁰ Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>>. Acesso em: 01 mai. 2019.

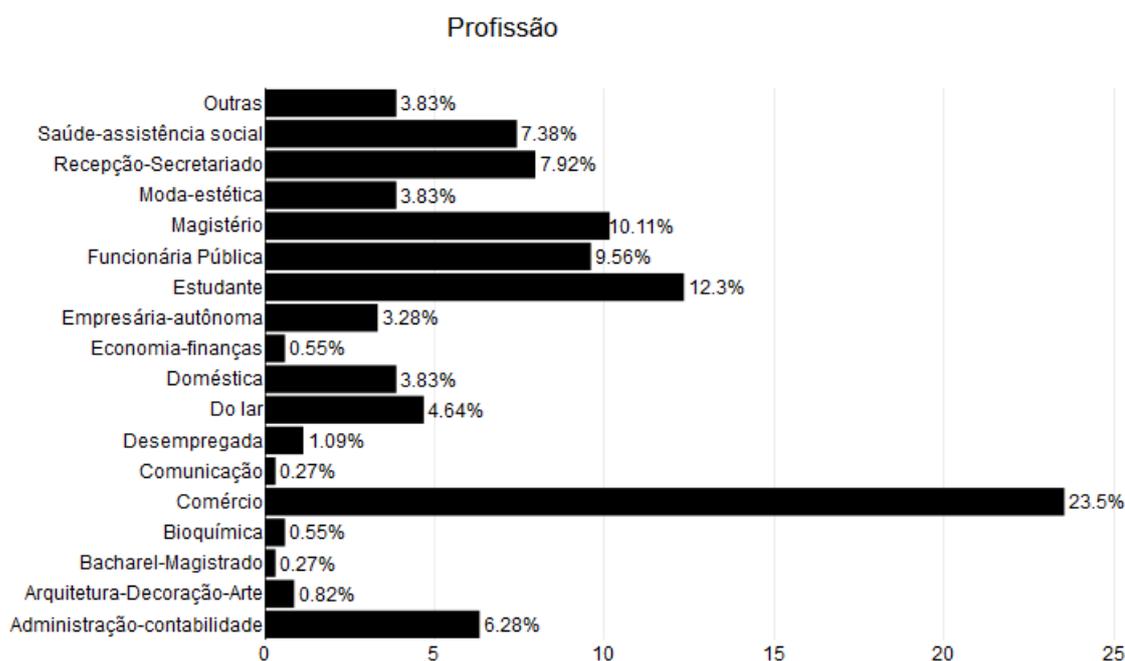
³⁴¹ Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/economia.php?lang= EN&codmun=311330&search=minas-gerais|carangola|inphographics:-pib-expenditure-revenue-and-gdp>> Acesso em: 02 mar. 2017.

³⁴² O portal Salario.com.br disponibiliza estatísticas salariais para consulta com base em informações do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM). Disponível em: <<https://www.salario.com.br/profissao/adeleiro-comercio-varejista-cbo-141410/>> Acesso em: 01 mai. 2019.

³⁴³ Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>> Acesso em: 01 mai. 2019.

Quanto ao nível de escolaridade, 34,53% das participantes tem o ensino superior completo, outras 20,17% ainda não concluíram a graduação, quase 40% possuem apenas o ensino médio e as demais, 7,73%, tem, no máximo, o ensino fundamental completo. No que se refere à área de residência, 93,1% residem na zona urbana da cidade.

Figura 2 – Ocupação das entrevistadas



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

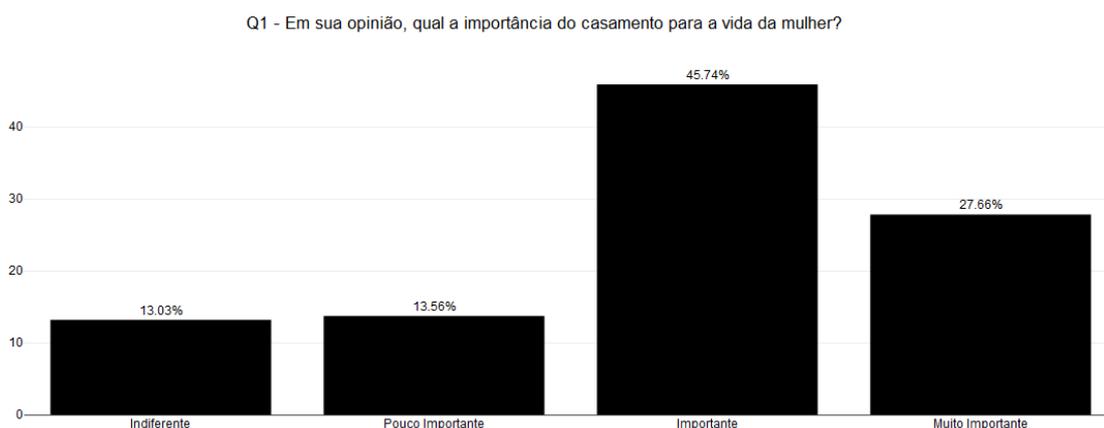
A análise das atividades ocupadas pelas entrevistadas leva à observância do percentual de estudantes com ensino superior em andamento (12,3%), as que se dedicam ao magistério (10,11%) e as funcionárias públicas (9,56%). O município é sede de uma das vinte unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que oferece cursos de bacharelado e licenciatura, esses últimos há mais de quarenta anos. Pode-se afirmar que as atividades da universidade na cidade de Carangola favorecem a escolarização da população, haja vista que quase 35% das entrevistadas possuem curso superior completo. Os dados da pesquisa também

levam a crer que, apesar de possuírem formação voltada para o magistério, nem todas se dedicam a essa atividade.

3.3 As mulheres carangolenses e a violência conjugal

A fim de conhecer a realidade das relações conjugais entre as carangolenses e seus parceiros e perseguir a hipótese de que aquelas que sofrem violência são silenciadas, as questões dos formulários aplicados versavam sobre temas que envolvem a violência contra a mulher e a sua relação com a vida conjugal. Inclusive, foi questionada a opinião referente à relevância do casamento para a vida da mulher. Conforme a Figura 3, o percentual de 45,74% das entrevistadas considera o casamento importante, e 27,66% o veem como muito importante, somando, assim, aproximadamente, 75% do total. Essa opinião se mantém independente do estado civil. Quando se correlaciona esses dados ao percentual de respondentes que se divorciaram (7,32%) percebe-se que as mulheres carangolenses tendem a valorizar o casamento enquanto instituição.

Figura 3 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 1.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

A figura 3 explicita a opinião das mulheres carangolenses com relação ao casamento e ilustra o quanto valorizam essa instituição social. A ideia do matrimônio como projeto de vida da mulher surge com a família burguesa, que, por sua vez, institui um conjunto de valores nos quais o amor entre o casal e a maternidade se fundam como materialização deste plano. O núcleo familiar burguês se firma sustentado pela existência de espaços sociais bem definidos, representados pela área doméstica privada e os espaços públicos, o que fez com que os poderes exercidos no ambiente doméstico estivessem restritos à supremacia masculina, embora todas as ações práticas fossem executadas pelas mulheres, como as tarefas de cuidados com a casa e a criação dos filhos. O florescimento do Capitalismo, no século XIX, redefiniu a posição das mulheres na sociedade em relação aos homens, através do surgimento da figura da “dona de casa”. Com a divisão sexual do trabalho, as atividades realizadas no âmbito doméstico, especificamente aquelas relacionadas ao trabalho reprodutivo, tornaram-se invisíveis e naturalizadas sob o argumento de vocação natural da mulher, as quais “começaram a ser redefinidas ideologicamente como as guardiãs de uma desvalorizada vida doméstica”.³⁴⁴

A historiografia brasileira destaca que o ideal do matrimônio como destino “natural” da mulher foi implantado desde o período colonial, como forma de contribuir para a dominação econômica e política e para manter as características culturais da Metrópole, muito influenciadas por dogmas religiosos católicos. Segundo Nader³⁴⁵, mesmo com a intensificação da urbanização, “no século XIX, o casamento ainda representava, pelo menos para uma pequena parcela da população, a união de interesses na manutenção do prestígio e da estabilidade social”. Posteriormente, no século XX, ainda com a modernização da infraestrutura das cidades e a mudança nos costumes sociais, a sociedade sofreu a intervenção do Estado na manutenção do casamento e da família, “ênfatizando a responsabilidade feminina sobre o progresso da humanidade as mulheres foram induzidas a aceitar como sua obrigação a constituição de famílias modernas e higiênicas e assumir o papel de ‘Rainhas do lar’”.³⁴⁶

³⁴⁴ FEDERICI, 2017.

³⁴⁵ NADER, 2008, p. 121.

³⁴⁶ NADER, 2008, p. 139.

A “degradação das mulheres”³⁴⁷ possibilitada pelo Capitalismo representou a desvalorização do trabalho reprodutivo e, assim, “a pobreza foi feminilizada”.³⁴⁸ Ao longo dos tempos, as mulheres foram submetidas a um “processo de degradação social”³⁴⁹ que se expressou na restrição de atuação nos espaços da sociedade levando às desigualdades no exercício de poder, comparado aos homens. O casamento passou a ser instrumento de ação para adestrá-las. Os papéis de dona de casa e de mãe foram adotados como modelos universais de feminilidade e de vocação de todas as mulheres. Inclui-se nesses moldes o de esposa ideal, com atributos que incluem características de passividade, obediência, devoção e castidade. Nesse contexto, a família sofreu mudanças significativas e passou a ser compreendida como instituição política na qual “o marido tornou-se o representante do Estado, encarregado de disciplinar e supervisionar as ‘classes subordinadas’, o que incluía esposa e filhos”.³⁵⁰ Incluía-se o controle dos corpos, dos sentimentos e da alma. Os corpos eram desvalorizados, protegidos dos riscos da lascívia, para que houvesse a valorização do espírito e prevalecesse o comportamento casto. “A censura do amor considerado profano fazia-se no interior do casamento pela condenação de um mundo impudico”³⁵¹ já que “o bom amor era recompensado com a paz divina e a paixão, com a morte”³⁵². As pregações eclesiásticas corroboravam com a propagação dessas ideias e reforçavam a ideia de indissolubilidade do casamento:

Os afetos conjugais enalteciam-se num misto de dependência e sujeição, e o resultado desses nós cegos, dados com tanta precisão, era o modelo da santa-mãe (...). A escala amorosa, com uma hierarquia para amores divinos e terrenos, acabava de justificar uma vida de confinamento e recato que atendia ao interesse de ambos: Igreja e maridos propriamente ditos.³⁵³

Envolvidas nessa ideia de santidade na vida conjugal, se esvaiam as possibilidades de insurreição contra os discursos de valorização do matrimônio, sustentados sob os

³⁴⁷ FEDERICI, 2017.

³⁴⁸ FEDERICI, 2017, p. 191.

³⁴⁹ FEDERICI, 2017.

³⁵⁰ FEDERICI, 2017, p. 193.

³⁵¹ PRIORE, 2009, p. 117.

³⁵² PRIORE, 2009, p. 113.

³⁵³ PRIORE, 2009, p. 115.

argumentos da respeitabilidade, da obediência, da honradez e da ascensão social que somente as mulheres casadas poderiam usufruir. No interior das famílias, sob o comando de figuras masculinas, elas estão expostas a condições de violência estabelecidas cotidianamente como parte das relações habituais. Naturalizam as violências e valorizam a manutenção do casamento, mesmo frente às agressões de diversos tipos, perseguindo, assim, a manutenção do *status* de “mulher casada”.

Perseguindo essa premissa, a pesquisadora perseguiu a ideia de que seria possível que muitas mulheres vivessem cotidianos com episódios de violências veladas, ainda mais em se tratando de vivências numa localidade marcada por traços da cultura patriarcal. Arguiu, por meio dos questionários, sobre a satisfação da vida conjugal e o que mais agrada e o que mais desagrada no relacionamento. As respostas dão conta de que 81,65% das mulheres que participaram do estudo se consideram felizes no casamento, somando-se as que estão “satisfeitas” e “muito satisfeitas”, conforme demonstra a figura 4 abaixo:

Figura 4 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 2.



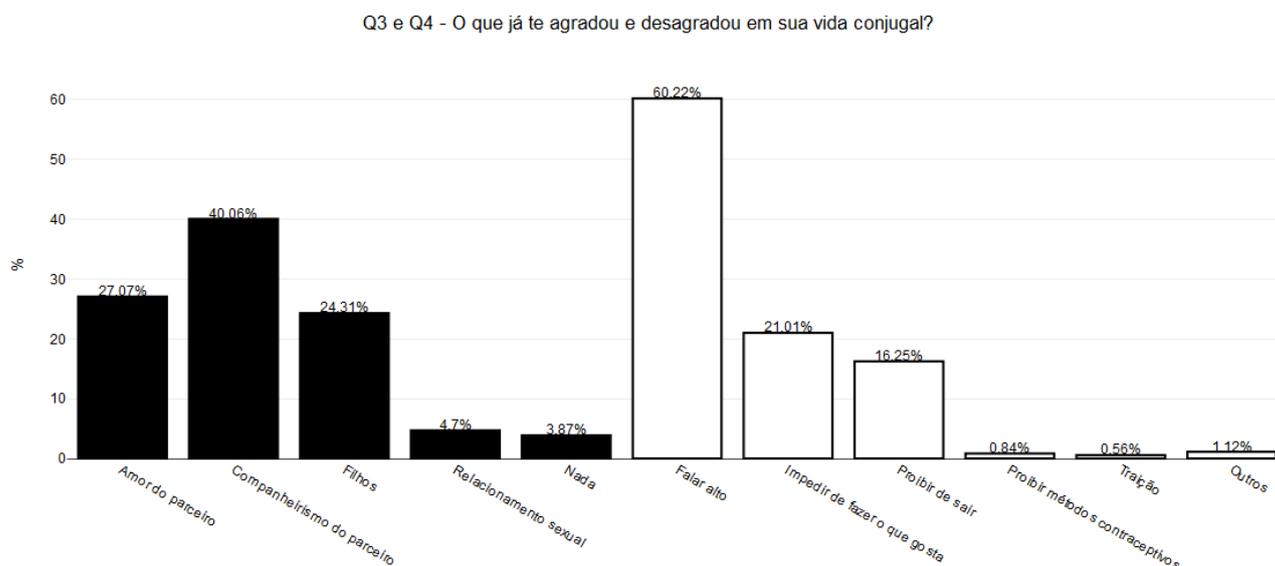
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Conforme já constatado e demonstrado na Figura 3, as carangolenses tendem a valorizar o matrimônio. Deste modo, as entrevistadas têm demonstrado que o

casamento é relevante para a vida delas e que, em absoluta maioria, vivem felizes em suas relações conjugais.

Ainda no encalço de como as carangolenses vivem seus arranjos maritais, perguntou-se o que mais valorizam na relação conjugal. Os números apontaram que 67,13% das entrevistadas consideram o “amor e o companheirismo do parceiro” como relevantes na relação. Dentre os fatores que mais desagradam, os mais mencionados foram “falar alto com a mulher”, com 60,22%, e “impedir de fazer algo que gostam”, com 21,01%, conforme pode ser constatado pela Figura 5, a seguir:

Figura 5 – Gráfico de frequência das respostas quanto às questões 3 e 4.



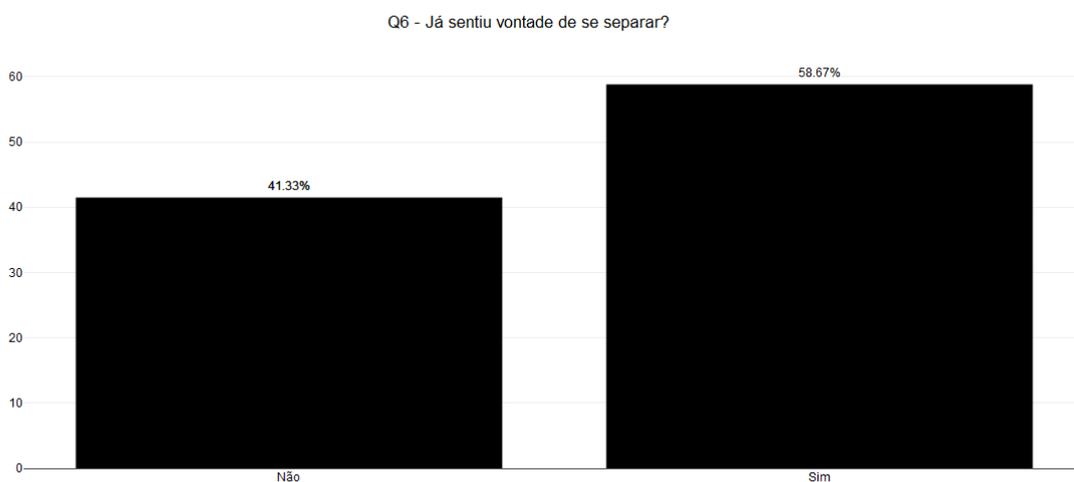
Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Nota-se, dentre os motivos de desgosto, que estão categorias atreladas ao cerceamento de liberdade: “impedir de fazer o que gosta” e “proibir de sair”, que juntas somam 37,26%. Os números relacionados ao “amor do companheiro” demonstram a incorporação da noção de que o casamento é lugar privilegiado para o amor, concepção que foi ressignificada no século XX, para atender aos preceitos de uma sociedade higiênica. O amor estava relacionado ao prazer e à sexualidade, e passou a ser considerado conveniente para a manutenção da estabilidade no

espaço doméstico. Deste modo, para as mulheres carangolenses, o casamento é entendido como ideal feminino correspondendo a crença de que “a mulher só seria feliz se estivesse ligada a um homem por meio do matrimônio”.³⁵⁴

No entanto, de forma contraditória, ao responderem a questão seis do questionário, que pergunta “Já sentiu vontade de se separar?” a pesquisadora encontrou um paradoxo, pois 58,67% das mulheres entrevistadas destacam que possuem ou possuíam vontade de se separar de seus companheiros, como se pode verificar na Figura 6, abaixo:

Figura 6 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 6.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

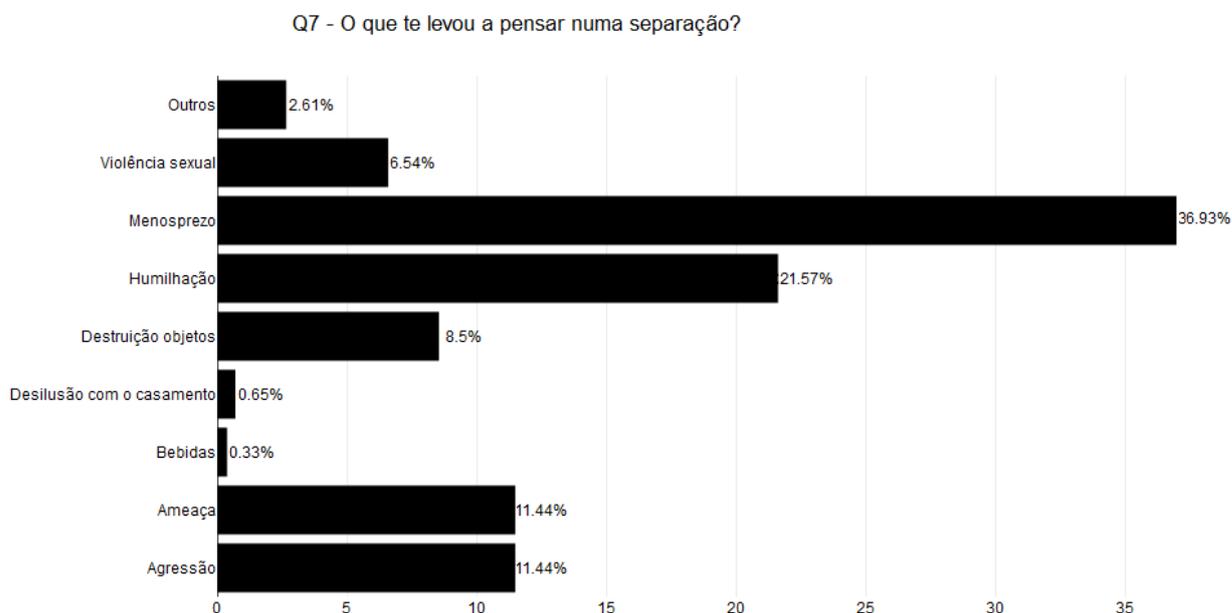
Mostram-se controversos os números apontados pela maioria das entrevistadas, pois ao responderem as primeiras questões do *survey* disseram ser “felizes no casamento” (81,65%) e que o “amor e o companheirismo de seus parceiros” eram fatores de maior satisfação no relacionamento. Ora, onde estão a felicidade e o amor nessas relações conjugais, já que os números da pesquisa evidenciam aspectos opressores no convívio com o parceiro? Reconhecer a vivência num relacionamento com abusos poderia contrariar o imaginário social de um casamento feliz? Isso poderia influenciar na decisão de tornar o fato público através de

³⁵⁴NADER, 2008, p. 137.

denúncia? O tipo de sociabilidade do município de Carangola teria relação com o silenciamento sobre a realidade de um relacionamento conjugal violento?

As respostas para tais questionamentos começam a surgir quando, perseguindo a ideia do silenciamento sobre vivências em contextos conjugais violentos, analisou-se a questão sete do formulário aplicado. A pergunta “*O que te levou a pensar numa separação?*” se tornou parâmetro principal para encontrar respostas que pudessem constatar a realidade da violência conjugal das mulheres entrevistadas. A esse quesito apresentou-se como opções de respostas a categorização dos tipos de violência à integridade da mulher, de acordo com a classificação dada pela Lei Maria da Penha, já mencionadas no início desta tese. As causas mais apontadas para ensejar a vontade de separar de seus companheiros foram o “menosprezo”, com 36,93%, e a “humilhação”, com 21,57%.

Figura 7 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 7.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Menosprezo e humilhação são duas formas de violência que se enquadram na categoria de violência sutil, discutida por Nader³⁵⁵. Trata-se de um tipo de violência abstrata, impalpável, que não deixa marcas no corpo físico e apenas é percebida pela pessoa que a experimenta. Firma-se em “tratamentos grosseiros dos homens para com as mulheres e práticas humilhantes e constrangedoras dentro do próprio espaço doméstico”.³⁵⁶ Traduz-se, também, pela solidão no casamento, resultado do desprezo do parceiro e que se transforma na violência sutil do distanciamento e da separação dentro de casa.

Somadas as respostas para “agressão”, “ameaça”, “destruição de objetos”, “humilhação”, “menosprezo” e “violência sexual” tem-se que 96,42% das razões apontadas como motivadoras para separação estão relacionadas aos atos que configuram violência. Observa-se ainda na Figura 6, que apenas três opções de respostas não se enquadram em tipos de violência contra a mulher, como “bebidas”, “desilusão com o casamento” e “outros”. Enfatiza-se que as entrevistadas escreviam nos formulários, à mão, alternativas que não constavam no questionário, como, por exemplo, “*influência de más companhias*”, “*influência da família no relacionamento*” e “*uso de drogas*”. A fim de facilitar a análise dos dados, tais respostas foram todas agrupadas na categoria “outros”. Ressalta-se que responderam a essa pergunta as mulheres que estão dentro do percentual de 58,67% que afirmaram que pensaram em se separar. Esse número representa mais da metade do grupo entrevistado. Deste modo, aquelas que pensaram em se separar sofreram, de fato, violência conjugal e compõem a maioria das entrevistadas.

Na questão nove que perguntava “*Se você já sofreu alguma agressão de seu companheiro (ou ex-companheiro), já realizou alguma denúncia na Delegacia de Polícia Civil?*”, apenas 8,5% responderam que fizeram denúncias. Ao cruzar essa resposta com a da questão sete, identificou-se que dentre as que denunciaram, 30% sofreram agressões físicas, e 15%, ameaças. As que pensaram em se separar devido à violência sexual (6,54%) não prestaram denúncia.

A agressão sexual é uma realidade e, “terrivelmente, poucas mulheres podem alegar não ter sido vítimas, pelo menos uma vez na vida, ou de uma tentativa de ataque

³⁵⁵NADER, 2006.

³⁵⁶ NADER, 2006, p. 241.

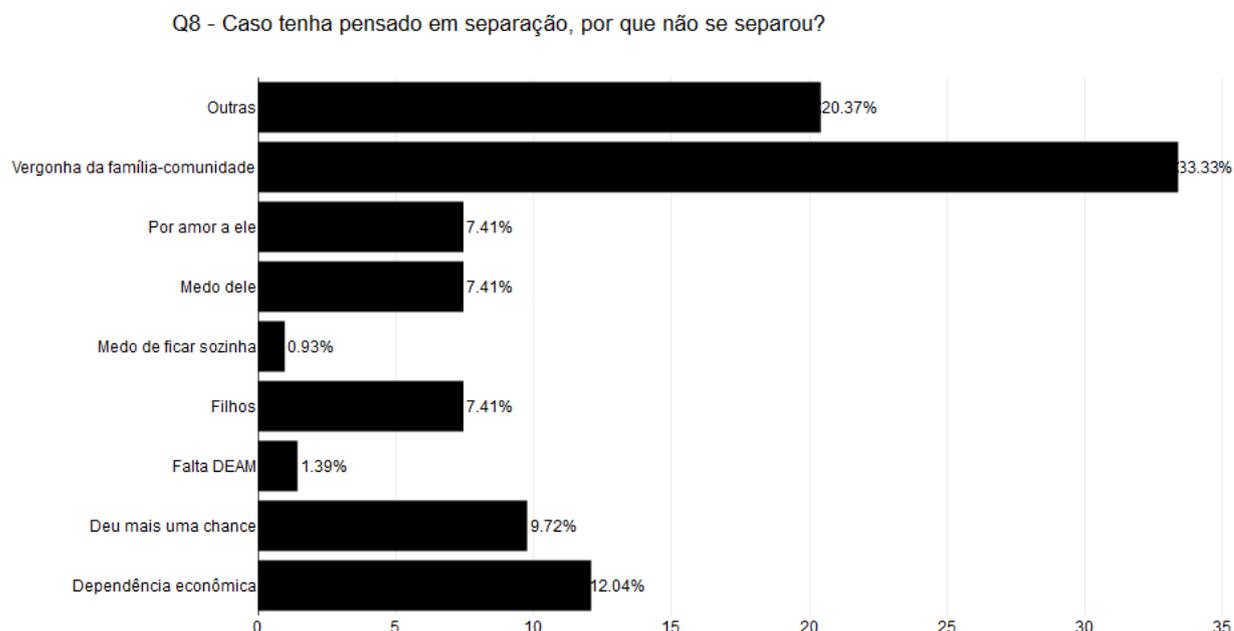
sexual, ou de uma agressão sexual consumada”.³⁵⁷ O corpo da mulher, visto como propriedade masculina e instrumento de poder, é o campo no qual o homem defende sua honra e canaliza suas frustrações como, por exemplo, a falta de dinheiro e/ou desemprego. Desejado, dominado, subjugado, os corpos femininos se fazem território de dominação, instrumento de poder masculino. Seguindo esse sentido de privilégio, o homem impõe o dever de afirmar, em toda e qualquer circunstância, sua virilidade.³⁵⁸ Baseada na visão androcêntrica, a qual estabelece o corpo feminino como território de dominação masculina, há o favorecimento da naturalização de uma ordem social fundada em práticas sexuais impostas, não consensuais.

Retomando a análise dos dados sobre as mulheres que afirmaram o interesse em se separar, levando-se em consideração que mais da metade das participantes do estudo demonstrou intuito no rompimento conjugal, é fundamental compreender quais as principais razões que fizeram com que elas tenham desistido. Dentre as respostas obtidas, o principal motivo apontado é “a vergonha perante a família/comunidade” (33,33%), sendo ainda que 12,04% relataram que desistiram devido ao fato de serem “financeiramente dependentes dos companheiros”, conforme demonstra a Figura 8, a seguir.

³⁵⁷ DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 177.

³⁵⁸ BOURDIEU, 2017, p. 76.

Figura 8 – Gráfico de frequência das respostas quanto à questão 8.



Fonte: Dados da pesquisa (2018).

Observa-se, pelos dados apresentados na Figura 8, que a maior preocupação das mulheres que não denunciaram seus agressores é a vergonha da família/comunidade, o que possibilita afirmar que o tipo de sociabilidade local está diretamente relacionado ao silenciamento das mulheres que vivem em relações conjugais violentas. A proximidade entre as pessoas reforça um dos medos que impedem algumas mulheres de abandonarem os maridos agressores: é o impacto da pergunta “*O que as pessoas vão dizer?*”.³⁵⁹ Em resposta a temida indagação, a sociedade poderá julgar que a mulher não cumpriu seu papel de subserviência, tolerância, submissão. Que não foi uma boa mãe, uma boa esposa e, por isso, envergonha a família e a comunidade e representa risco de influenciar o comportamento de outras mulheres. Esse julgamento moral da sociedade é favorecido pelos boatos depreciativos e mexericos, os quais estabelecem hierarquias entre os membros da comunidade e interferem na tomada de decisão daquelas que desejam se desvencilhar de um relacionamento conjugal abusivo sob

³⁵⁹ MILLER, 1995.

o risco de serem desclassificadas socialmente, estigmatizadas e desqualificadas na hierarquia social da comunidade por não serem mais casadas, julgamentos esses facilmente ampliados por narrativas maliciosas geradas por membros da comunidade.

Elias e Scotson³⁶⁰, ao apresentarem o estudo sobre a comunidade de Winston Parva, mencionam que o trânsito de ideias por meio da fofoca era responsável pela coesão e classificação dos grupos sociais daquela localidade. Para os autores:

a análise subsequente da estrutura das fofocas em tal comunidade talvez ajude a dar uma ideia mais clara da dinâmica da hierarquização; ela mostra até que ponto as minorias poderosas, funcionando como uma espécie de líderes das fofocas, são capazes de controlar as crenças de uma rede mais ampla de vizinhos e de influenciar a circulação de boatos laudatórios ou depreciativos, bem como os padrões usados para comparar as famílias.

Deste modo, a comunidade monopoliza as ações dos indivíduos através dos mexericos, estabelecendo hierarquias sociais e, de forma subterrânea, classificam ações e comportamentos. Em comunidades nas quais a proximidade entre as pessoas é constante, os rumores se inserem nas narrativas cotidianas. É como se houvessem dois grupos: um socialmente estabelecido compreendido pelas mulheres bem-casadas e outro, marginalizado, formado por mulheres divorciadas. Mais uma vez, retoma-se aos dados produzidos pelo estudo, especificamente o número de mulheres divorciadas, que é de 7,32%. As mulheres carangolenses sentem-se envergonhadas perante a comunidade em se separarem, pois, embutida na dissolução da relação conjugal está a ideia do reconhecimento do fracasso, talvez influenciada pela moralidade cristã, como bem aponta Nader:

A moralidade cristã, que transformou o casamento em um sacramento, condenando-o, por isso, a permanecer válido por toda a vida, praticamente indissolúvel, subjugou a liberdade de dissolução do matrimônio. [...] 'Uma vez casada, casada para sempre' era a expressão utilizada pela sociedade religiosa para convencer a mulher a se sujeitar a um casamento infeliz.³⁶¹

³⁶⁰ ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 83.

³⁶¹ NADER, 2008, p. 212.

É possível afirmar que se o rompimento conjugal é motivo de vergonha para as carangolenses perante a comunidade, é porque os valores morais e religiosos ainda estão cristalizados naquela sociedade, o que demonstra que o regime patriarcal persiste ali e que o casamento permanece enquanto projeto social da vida da mulher.

Os canais de informações movimentados pela fofoca manipulam a imagem da mulher e poderiam denegrir aquelas que assumem sofrer violência conjugal? Pode-se dizer que o “mapeamento”³⁶² dessas mulheres na comunidade poderia exercer influência em suas decisões de denunciar seus agressores, se desvencilharem da relação conjugal opressora e, até mesmo, dificultar a busca por apoio na rede de atendimento disponível na cidade, já que os casos atendidos pelo CREAS, relacionados à violência contra a mulher, são, em sua maioria, aqueles notificados ao Ministério Público.

No que tange ao medo do agressor, os dados resultantes do *survey* aplicado às moradoras de Carangola informam que dentre as mulheres que disseram que não se separaram por medo do companheiro, todas foram agredidas fisicamente ou ameaçadas. Essa análise foi obtida pelo cruzamento das questões sete e oito. A passividade e o medo intimidam a ação das mulheres gerando interpretações de complacência e conivência com os agressores e representam um papel relevante no ciclo da violência, pois agravam o *continuum* de agressões, cada vez mais frequentes e mais intensas.

Conforme citado anteriormente, o medo é um componente da fase chamada Rota Crítica, isto é, a rota das mulheres em situação de violência que se inicia com a decisão de romper o silêncio e denunciar. No entanto, antes disso, necessitam compreender que estão sofrendo violência, já que a sociedade educa a mulher para a submissão e naturaliza o uso da violência entre os gêneros, especialmente nas relações conjugais.

³⁶² Comerford utiliza essa expressão para definir a forma pela qual os moradores da região da Zona da Mata Mineira observavam as pessoas da comunidade e fazem julgamentos e classificações morais de suas condutas. Sobre o assunto, ver COMERFORD, John. *Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Mata mineira*. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

Novamente, fazendo referência às entrevistadas do estudo, daquelas que denunciaram seus companheiros, menos de 20% estão sob alguma medida protetiva, o que denota que a falta de atenção adequada pode contribuir para que elas se exponham ao risco de denunciar e ficar sem proteção. A pesquisa “Rotas críticas: a trajetória das mulheres no enfrentamento às violências”, realizada por Stela Meneghel, em 2007, na cidade de Porto Alegre, constatou que as mulheres declaram fragilidades e limitações na aplicação da lei Maria da Penha e salientam o descumprimento das medidas protetivas pelos agressores e a dificuldade dos serviços de segurança pública efetivamente protegê-las.

De modo semelhante, pode-se crer que o mesmo ocorra em Carangola, pois, para além do medo de represálias dos agressores, soma-se a falta de centros de atendimento integral para mulheres em situação de violência, capazes de realizar trabalhos de prevenção e reabilitação. Especificamente nesta cidade mineira, a inexistência de grupos de apoio à mulher vítima de violência favorece a égide do medo, dificulta o enfrentamento e o encorajamento para o rompimento da relação violenta, que, aliada ao tipo de sociabilidade, torna-se um ingrediente a mais para favorecer o silenciamento das mulheres. O recomeço, palavra de ordem na dinâmica da violência doméstica/familiar, torna-se mais penoso em uma cidade pequena, dado ao problema estrutural da precária rede de apoio formal, majorados pelo comportamento social da comunidade, carregado de julgamentos decorrentes de uma estrutura social pautada em rígidos códigos patriarcais.

3.4 A mulher carangolense e a violência conjugal: pode-se falar em precariedade de suas vidas?

Judith Butler³⁶³ faz reflexões sobre a Guerra dos Estados Unidos contra o Iraque e sobre a tortura dos prisioneiros em Guantánamo³⁶⁴. Da análise de diferentes formas de violência emerge o estudo sobre condições precárias de vidas que envolvem

³⁶³ BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

³⁶⁴ Na Baía de Guantánamo, localizada no mar do Caribe, numa extremidade isolada de Cuba, à 831 quilômetros de Havana, fica a prisão de Guantánamo. É uma terra arrendada pelos Estados Unidos, mas não constitui "solo norte-americano".

vulnerabilidade, dor, exposição e interdependência. Para Butler, as vidas perdidas ou lesadas são, em si mesmas, operações de poder³⁶⁵ e a ideia de precariedade implica uma “dependência de redes e condições sociais para tornar uma vida vivível”³⁶⁶ e que, por isso, segundo a autora, a vida precária é a condição de estar condicionado. O texto de Butler possibilita compreender que a violência enquanto atributo cultural pode expor uma vida à condição de precariedade e que, especificamente, a violência de gênero seria um tipo de enquadramento, uma diferente maneira de estabelecer, de acordo com o gênero, qual tipo de vida será digna de ser vivida, de ser preservada e qual deverá ser lamentada.

Cumprir afirmar que essa tese ilustra a existência de vidas precarizadas entre os dois grupos pesquisados. Tanto dentre as dez narradoras que testemunharam experiências num cotidiano conjugal violento, quanto às entrevistadas que tentaram silenciar suas experiências, mas que evidenciaram situações de violência conjugal. Pode-se afirmar que a violência conjugal na cidade de Carangola ainda é um assunto velado, pois ao analisar os dados dos 376 questionários aplicados percebeu-se que as entrevistadas que participaram do estudo tentaram burlar as respostas apresentadas pelo formulário, na tentativa de silenciar experiências conjugais opressoras ou violentas. Nas primeiras questões, afirmaram que estavam satisfeitas com o relacionamento conjugal e que o amor do companheiro era o que mais as agradava. Contudo, à medida que as perguntas avançavam surgiam as contradições entre as respostas.

Pelo exame das informações colhidas pelo *survey*, conclui-se que o casamento é relevante para as mulheres de Carangola, independentemente do atual estado civil, ou seja, solteiras, casadas, divorciadas, em união estável e viúvas consideram o casamento importante (73,4%) e, talvez, por isso, o percentual de mulheres divorciadas seja reduzido (7,32%). Supõe-se, ainda, que, pela valorização que dão ao matrimônio, sejam tolerantes com situações de violência conjugal, vivenciadas no dia a dia, configurando vivências precarizadas, já que o percentual de mulheres que sofreram qualquer tipo de agressão é de 69,19%, sendo que 12,06% foram agredidas fisicamente pelo companheiro, ou seja, as entrevistadas conseguem

³⁶⁵ BUTLER, 2018, p. 14.

³⁶⁶ BUTLER, 2018, p. 42.

discernir de violência física ou não. Quando se considera que a agressão partiu do companheiro ou de amigos/familiares, a taxa de mulheres agredidas chega a 70,74%. A maioria das entrevistadas convive com situações de violência e reconhecê-las não garante uma política de não-violência, mas pode fazer a diferença ao considerar a vida precária.³⁶⁷ Não seria esse um caminho para o enfrentamento a essa condição de vida precarizada? No entanto, apenas 8,5% das mulheres fizeram denúncias, sendo que dessas queixas, pouco mais da metade (55,17%) foi devido à agressão física, levando-se a crer que há tolerância quanto aos outros tipos de agressões, principalmente aquelas que não deixam vestígios no corpo.

A vergonha da família/comunidade é o principal motivo para que as mulheres não efetivem a separação (33,33%). Pode-se afirmar, ainda, que a vergonha de reconhecer a situação de violência na qual estão inseridas também fez com que tentassem mascarar suas respostas nos formulários da pesquisa, pois nas primeiras perguntas se diziam satisfeitas na relação, graças ao amor e ao companheirismo de seus parceiros. Essas opiniões se mostraram divergentes com o avanço das respostas. Esse dado que aponta a vergonha em se separar, aliado ao número de mulheres que tinham a intenção de romper a relação conjugal são relevantes para o estudo, já que evidenciam que a proximidade e a presença constante da comunidade influenciam no comportamento de homens e mulheres de Carangola. No que se refere aos homens, o tipo de sociabilidade reforça o caráter da supremacia masculina e ações sob a égide da violência. Para as mulheres restam a submissão e o silêncio. O tipo de sociabilidade da cidade foi considerado uma variável que indicava relação com o silenciamento da violência conjugal e corrobora com a afirmação de que os rígidos códigos patriarcais locais ainda estão incorporados nas famílias carangolenses, tornando as mulheres reféns de relações conjugais violentas em nome da preservação do ideal de matrimônio feliz. Como afirma Butler³⁶⁸, “a violência e a não violência não são apenas estratégias ou táticas, mas configuram o sujeito e se tornam suas possibilidades constitutivas e, assim, uma luta permanente”.

³⁶⁷ BUTLER, 2018, p. 250.

³⁶⁸ BUTLER, 2018, p. 234.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a contribuir com a História Social das Mulheres, em especial, registrar a história de mulheres carangolenses no que diz respeito às suas relações com o casamento e à violência doméstica e conjugal. Ao longo da pesquisa e da escrita desta tese buscou-se problematizar a violência contra as mulheres e a “precariedade de suas vidas”³⁶⁹, conforme a ideia abordada por Butler³⁷⁰. Vê-se que as participantes deste estudo lidam, silenciadas, com a violência de gênero e ficam expostas às condições de vulnerabilidade, de adoecimento, de risco de morte, sujeitando-se a diversos tipos de violações. Trata-se de um modo de vida condicionado ao domínio de alguém e que se materializa no poder e controle exercido pelos maridos agressores.

Notadamente, este estudo enfocou a especificidade de analisar a violência de gênero sob a perspectiva de uma cidade de pequeno porte, o que implica no exame de aspectos diferenciados, como, por exemplo, o tipo de sociabilidade da comunidade estudada e a estrutura de atendimento/acolhimento disponível para as mulheres que vivem ou viveram situações de violência. Ao concluir esta tese há que se retomar ao roteiro inicial deste trabalho e analisar se os objetivos traçados e a hipótese levantada foram refutados ou confirmados. Quando da elaboração do projeto de pesquisa estabeleceu-se que o objetivo geral era analisar a influência do patriarcado nos casos de violência contra a mulher em Carangola. Especificamente, buscou-se identificar características do patriarcado nessa cidade; investigar as relações de poder existentes nos espaços privados e estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais. Após o estudo dos dez casos e das análises dos dados produzidos pelo *survey*, ambos já discutidos ao longo deste trabalho, pode-se afirmar que o patriarcado enquanto sistema de dominação persiste e influencia as relações entre as pessoas da comunidade. Na cidade de Carangola, palco do estudo em tela, o patriarcado se traveste em julgamentos moralistas, se vincula a noção de vingança e defesa da honra masculina e se utiliza da fofoca como ferramenta para manter as relações interpessoais sob constante vigilância.

³⁶⁹ BUTLER, 2018.

³⁷⁰ BUTLER, 2018.

Nesse estratagema mantém o domínio do homem sobre a mulher nos espaços privados e, sob a égide do medo e da vergonha elas se emudecem. Quando falam, tentam mascarar a realidade adotando falsos discursos sustentados na valorização do matrimônio e no ideal do casamento feliz. Os dados aqui apresentados permitem afirmar que a violência do patriarcado está presente na vida das dez mulheres entrevistadas e também dentre as 260 que responderam aos 376 questionários aplicados pela cidade. Por isso, assevera-se que a violência consiste em uma força estruturadora das relações de gênero em Carangola, exercida preferencialmente sobre as mulheres.

No que tange a hipótese proposta de que há alto índice de violência na cidade, velado e socialmente fechado no espaço doméstico, afirma-se que ainda se mantém por aqui a ideia de que o ambiente privado é o local do adestramento social da mulher, espaço restrito para seu “reinado” de sofrimento, humilhações e dores silenciadas. Conforme afirma Lia Zanotta Machado³⁷¹ “é necessário mudar essa cultura de macho como proprietário de uma mulher”, pois é movido por esse propósito que as agressões acontecem. Especificamente no que se refere ao tipo de sociabilidade de Carangola, os dados apresentados demonstram que existe relação entre essa característica da comunidade e a violência silenciada no interior das famílias carangolenses.

Ao fim desta tese, estima-se que o silenciamento é a variável de análise que se fez protagonista neste estudo. Isso porque esteve presente nos relatos das entrevistadas e na dificuldade que tiveram em relatar suas vivências no contexto de violência, convivendo, por anos, em situações de subalternidade. O silenciamento também se mostrou protagonista mediante aos questionários aplicados, tanto naqueles que não foram respondidos, quanto naqueles em que as respostas visavam burlar a constatação da violência sofrida pelas respondentes. Por conta disso, ao findar este trabalho, uma pergunta se faz pungente: os silêncios seriam uma forma de expressão da mulher carangolense que vive em contexto de violência de gênero?

³⁷¹ MACHADO, Lia Zanotta. **A Lei Maria da Penha e a violência baseada no gênero**. Um diálogo interdisciplinar. Brasília: NEPeM, 2016, p. 11.

Os registros feitos por meio dos relatos concedidos pelas depoentes são mostras de que este trabalho não pretende corroborar com o silenciamento da violência. Os relatos representam espaços de escuta e de fala que buscam evitar o equívoco de manter inalterada a estrutura de colonialidade do poder³⁷². Levam a pensar na maneira como se dá essa escuta de forma a não se limitar ao exercício de cumplicidade com os sistemas hegemônicos de poder. O que se pretende é promover uma crítica e até mesmo um apelo para que, por meio dessas histórias e destes dados aqui apresentados, reflexões teóricas e práticas sejam feitas de modo que façam a diferença na vida das mulheres que vivem a realidade da violência doméstica e/ou conjugal. Que as realidades obscurecidas pelo silenciamento sejam apropriadas e não emudecidas pela indiferença e pelo conformismo social. A mudança é difícil e lenta, mas é necessário iniciá-la.

Gayatri Spivak³⁷³, teórica feminista pós-colonial, critica o fato de usar a subalternidade e o discurso vitimizante para tornar uma figura fetichizada e exotizada que congele o sujeito subalterno³⁷⁴ no espaço excludente e destituído de possibilidade de poder. Para a autora, a condição de subalterno é mais penosamente atribuída ao gênero feminino, já que “mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir”.³⁷⁵ A teórica indiana chama atenção para o papel que os intelectuais e pesquisadores assumem ao falar pelo outro e mantê-lo na subalternidade e que estimular e assumir trabalhos de escuta evitaria esse tipo de equívoco, que acaba ensejando o que ela nomeia como “violência sistêmica”. Ou seja, manter as mulheres em situação de violência a essa condição faz com que permaneçam inalteradas as estruturas da colonialidade do poder, inviabilizando suas ações e impingindo-as ao silenciamento.

³⁷² Nas relações de poder os atributos referentes ao sexo e a idade tiveram papel central na classificação das pessoas. Nos países colonizados, sobretudo na América, o fenótipo agregou-se a tais atributos, consistindo em uma ferramenta de segregação. Sobre o assunto, ver QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO. 3.ed., 2005.

³⁷³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

³⁷⁴ A autora considera como subalterno aquele pertencente “às camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

³⁷⁵ SPIVAK, 2010, p. 15.

Segundo a autora, a condição de subalternidade “é pior para a mulher pobre e negra”³⁷⁶, pois faz com que ela permaneça no espaço periférico demarcado ideologicamente a ela e seu silêncio seria uma forma de resistência. Quando a autora questiona: “pode a mulher subalterna falar?”, ela está expondo que para as mulheres negras o poder de fala é mais penoso. De fato, no estudo apresentado nesta tese, a maioria das mulheres entrevistada é negra, corroborando com o que afirma a literatura feminista e as pesquisas, como o Mapa da Violência.³⁷⁷

Esta tese também atenta para a perspectiva interseccional entre raça, classe e geração, haja vista que dentre os dez casos apresentados, seis envolvem mulheres negras, corroborando com a ideia de que a categoria “interseccionalidade” é essencial para se compreender as dinâmicas sociais que impactam a vida das mulheres, sobretudo ao problematizar como as opressões de raça, etnia e classe se articulam ao gênero na perpetuação da violência contra as mulheres, ainda mais agravadas pelo sexismo marcado pela supremacia masculina. Essa noção encontra terreno fértil em regiões interioranas do país nas quais os desejos sobre o controle sobre os corpos e suas subjetividades são ainda mais fortes, sustentado por valores tradicionais.

Vive-se a persistência do poder patriarcal constantemente travestido e amparado no reducionismo da “ideologia de gênero”, forte manobra atual para ampliar seus tentáculos em diversos segmentos da sociedade. E, assim, a cultura da violência de gênero é historicamente alimentada, sobretudo pelo desejo de controle sobre os corpos e suas subjetividades, e se manifestam nos inúmeros casos de violência que assistimos todos os dias, seja ao nosso redor, pelos noticiários televisivos ou pelos dispositivos tecnológicos das redes sociais. Constatou-se que a realidade dessas mulheres não difere das de outras mundo afora, pois perpassam ao adestramento para o matrimônio, a crença fundada no amor e nos afetos, que originam uniões indissolúveis e a convivência com um cotidiano de opressão e vidas precarizadas. A cidade de Carangola, que protagonizou este estudo, tem experimentado as dores de perder mulheres para a violência de gênero em casos recentes de feminicídio que, num primeiro momento, alcançam comoção popular e revolta, mas, paradoxalmente,

³⁷⁶ SPIVAK, 2010, p. 85.

³⁷⁷ BRASIL, 2017.

ainda se amparam em justificativas que minimizam a ação dos agressores e culpabilizam as vítimas. Posteriormente, esses crimes caem no esquecimento. Ninguém sequer se dá conta de pensar como está sendo a vida das filhas e dos filhos das mulheres que foram vítimas de feminicídio. Em recente apresentação dos dados deste estudo em palestra realizada na Unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais, em Carangola, a promotora de Justiça Membro do Ministério Público mencionou que desde que entrou em vigor a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, que prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio como crime hediondo, ocorreram quatro julgamentos na Comarca de Carangola de crimes com essa tipificação. Em apenas um deles, o mais recente, ocorrido em 2019, o denunciado foi culpado por ter cometido feminicídio. Nos outros três casos, a sentença não mencionou tal qualificadora. Destaca-se a participação de mulheres compondo o júri em todos os julgamentos. Isso demonstra que os jurados, representantes da sociedade carangolense, não vislumbram a necessidade de reconhecer a violência de gênero como agravante para os crimes cometidos contra as mulheres.

Espera-se que esta tese contribua com a historiografia ao demonstrar a realidade da violência contra a mulher que reside em cidades interioranas, aonde é escasso o acesso à rede de apoio e o enfrentamento à violência e onde o casamento ainda é visto como fator de ascensão social, perpetuando vivências femininas em contextos de relações conjugais opressoras. Acredita-se que os resultados deste estudo possam direcionar mecanismos de enfrentamento à violência doméstica e garantias à integridade das mulheres, especificamente na cidade pesquisada, de maneira a permitir o desenvolvimento de programas e políticas públicas voltadas para a educação relacionadas à equidade de gênero. Aspira-se, ainda, que este trabalho seja impulsionador de parcerias entre instituições de ensino, como a Universidade do Estado de Minas Gerais, que mantém uma unidade na cidade de Carangola, e o poder público, para fomentar ações que visem reduzir a exposição das mulheres às situações de violência, discriminação, considerando as diversidades econômicas, culturais, sociais, étnicas/raciais e de orientação sexual.

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALGRANTI, Leila. **Honradas e devotas: mulheres da colônia (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste -1750-1822)**. São Paulo: Edunb, 1992.

ALVES, Márcio Resende Ferrari; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Civilização e barbárie: D. João VI e a conquista dos sertões do Leste**. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

AMORIM, Érika Oliveira. **A sindicalização rural da mulher: fator de empoderamento?** 2012. Dissertação (Mestrado em Instituições sociais e desenvolvimento; Cultura, processos sociais e conhecimento). Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012. 158 f.

AMORIM, Erika Oliveira; NADER, Maria Beatriz. Rompendo o silêncio da memória: história oral e narrativas de violências no interior de Minas Gerais. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaína**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 22-41, ago. 2017a.

_____. Violência contra a mulher: questionamentos frente ao silenciamento em cidades de pequeno porte. **Vozes, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI**, v. 7, n. 1, p. 121-135, 2017b.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

ATLAS da Violência 2018. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Rio de Janeiro, RJ, jun. 2018. Disponível em: < [https://assets-dossies-
ipg-
v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018_Relatorio.pdf](https://assets-dossies-
ipg-
v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2018/06/IPEA_FBSP_AtlasdaViolencia2018_Relatorio.pdf)>. Acesso em: 03 mar. 2019.

AZZI, Riolando. Família e valores na sociedade brasileira numa perspectiva histórica (1870-1950). In: RIBEIRO, Ivete (Org.). **Sociedade Brasileira Contemporânea. Família e valores**. Teresópolis: Edições Loyola, 1987.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi. Antropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 2, maio/agosto, p. 449-469, 2014.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1980.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, Out., 1996.

BENITES, Luiz Felipe Rocha. Da “consideração” e da acusação: notas etnográficas sobre reputação, fofocas e rumores na política. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 65-91.

BLAY, Eva Alterman. Os jornais na passagem para o século XXI. In:_____. **Assassinato de mulheres e Direitos Humanos**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2008, p. 51-93.

BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton Oliveira. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004b.

- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2015**. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/wp-content/uploads/2015/10/9-Anuario-Brasileiro-de-Seguranca-Publica-FSB_2015.pdf> Acesso em: 07 nov. 2017.
- BRASIL. **Instituto de Pesquisa DataSenado**. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Junho de 2017.
- _____. **Código penal, processo penal e Constituição Federal**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **Decreto-lei Nº 3.689**, de 3 de outubro de 1941. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>. Acesso em: 02 mai. 2018.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- _____. IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/carangola/panorama>>. Acesso em: 12 ago. 2018.
- _____. **Instituto de Pesquisa DataSenado**. Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Março de 2013. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2018.
- _____. **Instituto de Pesquisa DataSenado**. Violência doméstica e familiar contra a mulher. Junho de 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>> Acesso em: 02 mai. 2018.
- _____. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, 2014.
- _____. **Lei 10741/2003**. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, outubro de 2003.
- _____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em: 18 jun. 2018.

_____. **Lei Maria da Penha.** Lei n. 11.340/2006. Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília, 2011. Disponível em http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_creas.pdf. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Brasil: Manual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa. É possível prevenir. É necessário superar.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/publicacoes/violencia-contra-a-pessoa-idosa>>. Acesso em 05 dez. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero.** Feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar – Rio de Janeiro. Editora: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família:** cotidiano nas camadas médias paulistas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CANIELLO, Márcio. O ethos sanjoanense: tradição e mudança em uma "cidade pequena". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 31-56, Apr., 2003.

CARELLI, Rogério. **Efemérides Carangolenses** (1827-1959). Viçosa: Editora da Folha de Viçosa, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, Dec., 2003.

CAVALCANTI, Stela Valéria Soares de Farias. **Violência Doméstica:** análise da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/06. Salvador: JusPODIVM, 2006.

CERTEAU, Michel de. **História e Psicanálise: entre ciência e ficção**. Tradução. de Guilherme J. de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1986. 256 p.

_____. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998. v.1.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel. 1990.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**, n. 4, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985, p.25-62.

CHEIM, Érika Oliveira Amorim Tannus; NADER, Maria Beatriz. A violência contra a mulher no interior de Minas Gerais: quando o silêncio impera. In: NADER, Maria Beatriz; MORGANTE, Mirela Marin (Orgs). **As múltiplas faces da violência de gênero**. Vitória: Edufes, 2019, p. 81-110.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados: Editora da UFGD, 2015.

COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

COMERFORD, John. Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Mata mineira. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cad. Pesquisa**, São Paulo (37), p. 5-16, maio, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COSTA, Ruy Nunes da. **História da Educação na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 1979.

DAINESE, Grazielle. Chegar à Terceira Margem: um caso de prosa, paixões e maldade. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª. Ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Isabel. Envelhecimento e violência contra os idosos. **Sociologia**, 15, p. 249-273, 2005.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na justiça. São Paulo, **Revista dos Tribunais**, p. 46, 2007.

DEERE, Carmen D.; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DE AQUINO, Jakson Alves. **R para Cientistas Sociais**. Ilhéus: EDITUS, 2014.

DE FÁVERI, Marlene. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 1, 2008.

D'OLIVEIRA, A. F.; SCHRAIBER, L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; LUDEMIR, A., PORTELLA, A.; DINIZ, C.; COUTO, M. T., et al. Fatores associados à violência por parceiro íntimo. **Revista de Saúde Pública**, 43 (2), p. 299-310.2009.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

EISENHARDT, Kathleen M. Building theories from case study research. **The Academy of Management Review**, v.14, n 14, p. 532-550, 1989.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Tradução de Ana Maria Alves. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

ELIAS, Norbert., SCOTSON, John. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **História do tempo presente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 49 ed. São Paulo: Global, 2004.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

GARCIA, Leila Posenato et al. Violência doméstica e familiar contra a mulher: estudo de casos e controles com vítimas atendidas em serviços de urgência e emergência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 4, p. 1-11, 2016.

GARCIA-MORENO, Claudia et al. WHO Multi-Country study on women's health and domestic violence against women. Geneva, World Health Organization. 2005.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In:_____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

_____. **O fio e os rastros**. Verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (4ª ed.). Rio de Janeiro: LTC, 1998.

GOMES, Carla; SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília , v. 29, n. 2, p. 433-447, Aug., 2014 .

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Centro Integrado de informações de Defesa Social. Diagnóstico de violência doméstica e familiar nas Regiões Integradas de Segurança Pública de Minas Gerais, 2016 Disponível em:

http://www.seguranca.mg.gov.br/images/2018/final_Diagnostico%20violencia%20domstica%202015%20a%202017%20-%20MG%20e%20RISPs.pdf Acesso em 04 de abr 2018.

GREGORI, Maria Filomena. Cenas e queixas: mulheres e relações violentas. **Novos Estudos**. CEBRAP, nº 23, pp.163-175, 1989.

_____. **Cenas e Queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

GROSSI, Miriam. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs.). **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 293-313.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, p. 201-246, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Gisele. Problematizando o conceito de empoderamento. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**, UFSC, 2007, p. 485-506.

KIRSCHBAUM, Charles. Decisões entre pesquisas quali e quanti sob a perspectiva de mecanismos causais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 82, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. In: RUSSEL, Diana E. H. y HARMES, Roberta A. (Eds.). **Feminicídio**: una perspectiva global. Traduzido por Guillermo Vega Zaragoza. México, CIICH, UNAM, 2006.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 286-312.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

_____. **Tremores**: escritos sobre experiência. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. A operação ensaio: sobre o ensaiar e o ensaiar-se no pensamento, na escrita e na vida. **Revista Educação & Realidade** [dossiê Michel Foucault], Porto Alegre, v. 29, n.1, p. 27-43, 2004.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Companhia das Letras, 1997.

LEAL, Ana Beatriz; SILVA, Jefferson José Oliveira da. **Violência contra a mulher**. O que fazer? Onde ir? Quais são seus direitos? Um guia prático para prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2010.

LEWKOWICZ, Ida. **As Mulheres mineiras e o casamento**: estratégias individuais e familiares nos séculos XVIII e XIX. In: "História". São Paulo. N. 12, 1993, p. 13-27.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Gênero**. Dourados-MS: Ed. UFGD, 2015, p. 515-519.

LUCENA, Kerle Dayana Tavares de *et al.* Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **J. Hum. Growth Dev.**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 139-146, 2016.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Série Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

_____. **A Lei Maria da Penha e a violência baseada no gênero**. Um diálogo interdisciplinar. Brasília: NEPeM, 2016.

MACHADO, Isadora Vier; GROSSI, Miriam Pillar. Da dor no corpo à dor na alma: o conceito de violências psicológicas da Lei Maria da Penha. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 561-576, Ago. 2015

MATIELLO, Carla; TIBOLA, Rafaela Caroline Uto. Medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha são eficazes?. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3680, 29 jul., 2013.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MASSA, Françoise. **Um francês no Vale do Carangola**: Alexandre Bréthel, farmacêutico e fazendeiro. Tradução de Heloíza Azevedo da Costa Belo Horizonte: Crisálida, 2016.

MARTUSCELLO, Carmine Neto. **Família e conflito conjugal**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

MENEGHEL, Stella Nazareth. **Rotas críticas**: a trajetória das mulheres no enfrentamento das violências [Projeto de Pesquisa]. Porto Alegre: Apoio CNPq, 2007.

MERCADANTE, Paulo. **Crônica de uma comunidade cafeeira**: Carangola, o vale e o rio. Editora Itatiaia, 1990.

_____. **Os sertões do leste – estudo de uma região**: a Mata mineira. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**: abuso não-físico contra mulheres. Tradução de Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, Junho, 2003.

_____. **Violência contra idosos**: o avesso de respeito à experiência e à sabedoria. Brasília; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; 2004.

MONTENEGRO, Marília. **Lei Maria da Penha**: uma análise criminológica-crítica. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; RIBEIRO, Sônia Fonseca; COSTA, Karine Ferreira. Violência contra a mulher na esfera conjugal: jogos de espelhos. In.: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p.169-189.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher: do destino biológico ao destino social**. Vitória: EDUFES, 2001.

_____. Violência sutil contra a mulher no ambiente doméstico: uma nova abordagem de um velho fenômeno. In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (Orgs.). **História, mulher e poder**. Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006. p. 235-251.

_____. **Paradoxos do progresso: a dialética da relação mulher, casamento e trabalho**. Vitória: EDUFES, 2008.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, v.8, n.2, p.9- 41, 2000.

NORA. Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**. São Paulo (10), dez, 1993.

NOVAES, Joana de Vilhena. Aqui tem homem de verdade. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Geneva, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Mulheres e saúde: evidências de hoje, agenda de amanhã**, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher: ação e produção de evidência**. 2010.

PARANHOS, Ranulfo et al. Corra que o survey vem aí: Noções básicas para cientistas sociais. **Revista Latinoamericana de Metodología de la Investigación Social**, v. 3, n. 6, p. 07-24, 2013.

PACHECO, Cláudio. **História do Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas S.A, 1973.

PASINATO, Wania. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n.37, Campinas, p. 219-246, Jul./Dec., 2011.

PASSERINI, Luiza. Gênero ainda é uma categoria útil para a história oral? In: PASSERINI, Luiza. **A memória entre política e emoção**. Tradução de Ricardo Santiago. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História (São Paulo)**, v. 24, n. 1, p.77-98, 2005.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 270-283, Jun. 2011.

PEREIRA, Luzimar Paulo. A festa dos outros: fundamento e sistemas nas folias de Urucuia, MG. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle (Orgs.). **Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo**. Rio de Janeiro: 7 Letras: FAPERJ, 2015, p. 111-138.

PERROT, Michele. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: v. 9, n. 18, ago/set., p. 09-18, 1989.

_____. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

_____. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

_____. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev., 1997.

_____. **História Oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRADO, Denise; SANEMATSU, Marisa (Org.) **Femicídio: #invisibilidademata**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PRIORE, Mary Del. **Ao sul do corpo**. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO. 3.ed., 2005.

R Core Team (2018). *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. URL <https://www.R-project.org/>.

RANGEL, Livia A. Silveira; NADER, Maria Beatriz. História das Mulheres e Estudos de Gênero: identidade e relações de poder. In: _____. (Orgs). **Mulher e Gênero em debate**: representações, poder e ideologia. Vitória: EDUFES, 2014.

ROSA, João Guimarães. A terceira margem do rio. In: _____. **Primeiras estórias**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p.14-48.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo Perspec.**, São Paulo , v. 13, n. 4, p. 82-91, Dec. 1999 .

_____. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil**, jun., 2009.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). **Violência em debate**. São Paulo: Editora Moderna, 1997, p. 39-57.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely. **Violência de Gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAGOT M. **Ruta crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina**: estudios de caso de diez países. San José: Organización Panamericana de la Salud; 2000.

SANT'ANNA, Denize Bernuzzi de. Masculinidade e virilidade entre a Belle Époque e a República. In.: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.) **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SANTOS, Cecília MacDowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe**, Universidade de Tel Aviv, 2005. v. 16, n. 1, p. 147-164, 2005.

SANTOS, Samara Silva; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 25 (4), p. 595-606, 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma Categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, 16(2) 5-22, jul./dez. 1990.

_____. História as Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SCHNOOR, Eduardo. "Riscando o chão": masculinidade e mundo rural entre a Colônia e o Império. In.: PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História dos homens no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SCHRAIBER, Lília Blima; D'OLIVEIRA, Ana Flávia PL; COUTO, Márcia Thereza. Violência e saúde: estudos científicos recentes. **Revista de Saúde pública**, v. 40, p. 112-120, 2006.

SEN, Amartya Kumar. A condição de agente das mulheres e a mudança social. In: **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 220-235.

SILVA, Cirlene Francisca Sales; DIAS, Cristina Maria de Souza Brito. Violência contra idosos na família: motivações, sentimentos e necessidades do agressor. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 36, n. 3, 2016.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O casamento e suas normas eclesiásticas, civis e sociais. In: ____ **Cultura no Brasil Colônia**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 11-43.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a Violência contra a Mulher**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

SOARES, Beatriz Ribeiro; MELO, Nágela Aparecida de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, Diva Maria Ferlin; HENRIQUE, Wenderl (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**: Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 275-296.

_____. Violência Simbólica. Saberes Masculinos e Representações Femininas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 7-30, jan., 1997.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, Dec., 2007

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a lava jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SPOSITO, M. A. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre História Oral, Gênero e História das Mulheres**. Dourados: UFGD, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é Violência contra a Mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. **Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum**, vol. I. 56. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

VALVERDE, O. Estudo Regional da Zona da Mata, de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, P. 3-82, janeiro/março, 1958.

VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VELOSO, Caetano & NASCIMENTO, Milton. "A terceira margem do rio". In: VELOSO, Caetano. *Circulado*. Philips/PolyGram, 1991, faixa 9.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015. Homicídio de Mulheres no Brasil**. ONU Mulheres / Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde / Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres / Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Brasília, 2015.

WALBY, Sylvia. **Theorizing Patriarchy**. Oxford: Blackwell, 1990.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 3ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

WEINRICH, Harald. **Lete**. Arte e crítica do esquecimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

WOELFERT, Alberto Jorge Testa. **Introdução à Medicina Legal**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

WOLFF, Cristina Scheibe; POSSAS, Lídia M. Vianna. Escrevendo a história no feminino. **Revista Estudos Feministas**, v. 13, n. 3, p. 585-589, 2005.

APÊNDICES

Apêndice A – Modelo de questionário fechado aplicado durante a pesquisa de campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO
SANTO (UFES)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Pesquisa: MULHER E PATRIARCADO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER (2006-2016), sob a responsabilidade de ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM, telefone (32) 98417-6731.

Dados da participante da pesquisa:

Idade:	
Profissão:	
Estado civil:	
Escolaridade	
Reside:	<input type="checkbox"/> Zona Urbana <input type="checkbox"/> Zona Rural
Renda pessoal:	a) menos que 1 salário mínimo b) 1 salário mínimo c) 2 a 3 salários mínimos d) 4 a 5 salários mínimos e) mais de 6 salários mínimos

1) Em sua opinião, qual a importância do casamento para a vida da mulher?

- 1 – indiferente
- 2 – pouco importante
- 3 – importante
- 4 – muito importante

2) Com relação a sua vida conjugal, você está:

- 1 – infeliz
- 2 – pouco satisfeita
- 3 – satisfeita
- 4 – muito satisfeita

3) O que te agrada mais em sua vida conjugal:

- 1 – amor do/a parceiro/a
- 2 – companheirismo do/a parceiro/a
- 3 – filhos
- 4 – relacionamento sexual
- 5 – nada te agrada

4) O que já te desagradou em seu casamento?

- 1 – falar alto com você
- 2 – te proibir de sair
- 3 – te impedir de fazer o que gosta (usar maquiagem, roupas, celular)
- 4 – te proibir de usar métodos contraceptivos

5) Ele/a te bateu?

- Sim Não

6) Já sentiu vontade de se separar?

- Sim Não

7) O que te levou a pensar numa separação? (pode marcar mais de uma resposta)

- 1 – agressão (chute, tapa, pontapé, empurrão, soco)
- 2 – ameaça (de bater, de matar, de proibir de sair, de caluniar)
- 3 – humilhação (gritos, deboche, escândalo, calúnia, xingamentos)
- 4 – menosprezo (indiferença, falta de consideração)
- 5 – destruição de objetos pessoais (batom, maquiagem, celular, fotos, roupas, sapatos).
- 6 – violência sexual (forçou a ter relações sexuais)

8) Caso tenha pensado em separação, por que não se separou?

- 1 – medo dele
- 2 – vergonha da família / comunidade
- 3 – falta de uma delegacia de Mulheres
- 4 – dependência econômica
- 5 – outras razões. Quais? _____

9) Se você já sofreu alguma agressão de seu companheiro (ou ex-companheiro), já realizou alguma denúncia na Delegacia de Polícia Civil?

- Sim Não

10) Você já sofreu alguma agressão por parte de parentes/amigos/ familiares?

- Sim Não

11) Em caso afirmativo, quem te agrediu?

- 1 – pai
- 2 – irmão
- 3 – padrasto
- 4 – outro. Quem? _____

12) Você está sob algum tipo de medida protetiva?

- Sim Não

Caso tenha respondido afirmativamente a questão anterior, aceitaria realizar uma entrevista em profundidade para colaborar com o estudo? Caso aceite, por favor, anote seu telefone que entrarei em contato para agendarmos uma conversa. Tenha a certeza de seu anonimato e do compromisso ético desse estudo.

Ao final de sua participação, dobre este questionário e devolva-me.

Obrigada por colaborar com a pesquisa!

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS (CCHN)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Sr^a _____ foi convidada a participar da pesquisa intitulada **MULHER E PATRIARCADO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CARANGOLA – MG (2006-2016)**, sob a responsabilidade de ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM, telefone (32) 98417-6731. Essa entrevista é concedida na sede do CREAS da cidade de Carangola, e tem duração, em média, de 01 hora.

JUSTIFICATIVA

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade da violência doméstica em Carangola-MG a fim de analisar se a influência do patriarcado, sobretudo em cidades de pequeno porte, é determinante no comportamento dos/das agressores/as e interfere na decisão das mulheres em oferecer denúncia aos mesmos.

OBJETIVOS DA PESQUISA

- 1) Identificar características do patriarcado, na cidade de Carangola, Minas Gerais, por meio do discurso das mulheres vítimas de violências;
- 2) Investigar as relações de poder existentes nos espaços privados que ocasionam a violência praticada contra as mulheres do município;
- 3) Estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais, visando perceber se as denúncias são determinantes para os mesmos;
- 4) Pesquisar se a invisibilidade dos casos de violência contra a mulher em Carangola é determinada pelo tipo de sociabilidade da cidade ou pela falta de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

PROCEDIMENTOS

Serão entrevistadas mulheres que sofreram violências, que denunciaram seus/suas agressores/as e estiveram ou não sob medidas protetivas, na cidade de Carangola-MG. Essas entrevistas serão gravadas e posteriormente transcritas, sem revelar a identidade das entrevistadas. Não serão realizadas filmagens a fim de evitar constrangimentos às participantes da pesquisa. Também serão aplicados, aleatoriamente, 376 questionários fechados (cálculo amostral com base na população de 16.604 mulheres, com margem de confiança de 95%), a mulheres moradoras do município a fim de conhecer dados sobre casos de violências que não foram notificados/denunciados e analisá-los estatisticamente. Nesses questionários as mulheres também não serão identificadas.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa terá duração de 03 meses (janeiro a março de 2018) e será realizada na cidade de Carangola-MG, na sede do CREAS.

RISCOS E DESCONFORTOS

Pode haver desconforto ou constrangimento das entrevistadas ao relatar as violências às quais foram submetidas. Para evitar tal fato, a pesquisadora buscará estratégias, como por exemplo, realizar a entrevista em local seguro e sem a presença de pessoas que possam coibir a participação da entrevistada no estudo.

BENEFÍCIOS

Os benefícios às participantes da pesquisa virão posteriormente à realização do estudo, com a criação de um "Grupo de Apoio ao Entrelamento da Violência" em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que possui unidade acadêmica na cidade de Carangola.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA E/OU RETIRADA DE CONSENTIMENTO

A entrevistada não é obrigada a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, a entrevistada não mais será contatada pela pesquisadora.

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

A pesquisadora se compromete a resguardar sua identidade durante todas as fases da pesquisa, inclusive após publicação. Não haverá uso de imagem nesta pesquisa.

Assinatura

GARANTIA DE RESSARCIMENTO FINANCEIRO

As participantes da pesquisa **NÃO** receberão qualquer tipo de pagamento pela participação no estudo, mas caso haja alguma despesa para participar da pesquisa haverá ressarcimento.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Há garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o (a) Sr.(a) pode contatar o(a) pesquisador(a) **ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM** no telefone (32) 98417-6731, ou e-mail erikooliveiraamorim@hotmail.com. Caso haja necessidade de relatar denúncia e/ou intercorrências na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN) através do telefone (27) 3143-9820, ou correio: Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, Prédio Administrativo do CCHN, Av. Fernando Ferrari, 314 – Campus Universitário de Goiabeiras, sala 07 do Prédio Administrativo do CCNH, CEP 29073-910 - Vitória - ES, Brasil. O CEP/CCHN/UFES tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, inclusive da gravação em áudio da entrevista, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma das vias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada por mim e pela pesquisadora, rubricada em todas as páginas.

Carangola, ____ de _____ de 20__.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa **MULHER E PATRIARCADO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CARANGOLA – MG (2006-2016)**, eu, **ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM**, declaro ter cumprido as exigências do(s) item(s) IV.3 e IV.4 (se pertinente), da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

ÉRIKA OLIVEIRA AMORIM

Apêndice C – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética de Pesquisa (CEP)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MULHER E PATRIARCADO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM CARANGOLA MG (2006-2016).

Pesquisador: ERIKA OLIVEIRA AMORIM

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 83509817.4.0000.5542

Instituição Proponente: Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.542.694

Apresentação do Projeto:

Essa pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer a realidade da violência doméstica em Carangola-MG a fim de analisar se a influência do patriarcado, sobretudo em cidades de pequeno porte, é determinante no comportamento dos/das agressores/as e interfere na decisão das mulheres em oferecer denúncia aos mesmos. Esta pesquisa objetiva investigar mulheres que sofreram violências e denunciaram agressores. O lócus da investigação é a pequena cidade de Carangola, localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. O recorte temporal proposto para o estudo compreende o período de implementação da Lei 11.340 (Lei Maria da Penha), em setembro de 2006 até setembro de 2016, quando a norma completa dez anos. A escolha deste município se justifica pela experiência do trabalho de mestrado realizando nessa localidade, ocasião em que se percebeu significativo número de mulheres que sofriam violências físicas, psicológicas, patrimoniais, sexuais e morais. Metodologicamente, trabalhará com o estudo de caso, entrevistando dez mulheres que denunciaram agressões, buscando comprovar que a influência do patriarcado é determinante do comportamento dos/das agressores/as e interfere na decisão das mulheres em denunciar a violência. Além das entrevistas, a presente pesquisa irá aplicar 376 questionários fechados, distribuídos aleatoriamente em diferentes pontos da cidade de Carangola, a fim de conhecer os dados sobre casos de violências que não foram notificados/denunciados e analisá-los estatisticamente. Os questionários objetivam subsidiar a confirmação da hipótese de que existe um alto índice de violência na cidade, velado e socialmente

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.542.694

fechado no espaço doméstico.

Objetivo da Pesquisa:

Comprovar por meio dos relatos de mulheres que sofreram violências que a influência do patriarcado, especialmente em cidades pequenas, é determinante do comportamento dos/das agressores/as e interfere na decisão das mulheres em denunciar a violência na cidade de Carangola (MG), no período de 2006 a 2016. Objetivo Secundário: 1) Identificar características do patriarcado, na cidade de Carangola, Minas Gerais, por meio do discurso das mulheres vítimas de violências e que estão ou estiveram sob medidas protetivas; 2) Investigar as relações de poder existentes nos espaços privados que ocasionam a violência praticada contra as mulheres do município; 3) Estudar os mecanismos de manutenção ou ruptura das relações conjugais, visando perceber se as denúncias são determinantes para os mesmos; 4) Pesquisar se a invisibilidade dos casos de violência contra a mulher em Carangola é determinada pelo tipo de sociabilidade da cidade ou pela falta de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM).

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pode haver desconforto ou constrangimento das entrevistadas ao relatar as violências às quais foram submetidas. Para evitar tal fato, a pesquisadora buscará estratégias, como por exemplo, realizar a entrevista em local seguro e sem a presença de pessoas que possam coibir a participação da entrevistada no estudo. Benefícios: Os benefícios às participantes da pesquisa virão posteriormente à realização do estudo, com a criação de um "Grupo de Apoio ao Enfrentamento da Violência" em parceria com a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que possui unidade acadêmica na cidade de Carangola.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa de Doutorado realizada no âmbito no Programa de Pós-graduação em História da UFES e que apresenta relevância científica e social.

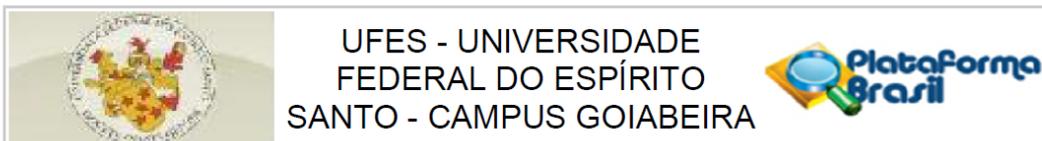
Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A Folha de Rosto e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido encontram-se de acordo com o estabelecido na Resolução nº 466/2012.

Recomendações:

- Não há.

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
Bairro: Goiabeiras **CEP:** 29.075-910
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3145-9820 **E-mail:** cep.goiabeiras@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.542.694

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

- Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Projeto aprovado por esse comitê, estando autorizado a ser iniciado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1003406.pdf	22/02/2018 16:40:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_de_doutorado_Erika_O_Amorim.pdf	22/02/2018 16:38:48	ERIKA OLIVEIRA AMORIM	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO_ALTERADO.pdf	22/02/2018 16:36:35	ERIKA OLIVEIRA AMORIM	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_corrigido.doc	04/02/2018 11:26:58	ERIKA OLIVEIRA AMORIM	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada_vice_diretor.pdf	04/02/2018 11:26:26	ERIKA OLIVEIRA AMORIM	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VITÓRIA, 14 de Março de 2018

Assinado por:
Fabiana Pinheiro Ramos
(Coordenador)

Endereço: Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário, Prédio Administrativo do CCHN
 Bairro: Goiabeiras CEP: 29.075-910
 UF: ES Município: VITÓRIA
 Telefone: (27)3145-9820 E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com

Apêndice D – Entrevistas

ANA. Entrevista I. [out. 2016]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2016. 1 arquivo .mp3 (23:27 min.)

BRUNA. Entrevista II. [dez. 2016]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2016. 3 arquivo .mp3 (1:01:25 min.)

CARMELA. Entrevista VI. [mai. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 2 arquivo .mp3 (50:38 min.)

DANIELA. Entrevista IV. [jan. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 4 arquivo .mp3 (31:44 min.)

EULÁLIA. Entrevista V. [jan. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 5 arquivo .mp3 (01:22:20 min.)

LUCIANA. Entrevista VII. [ago. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 6 arquivo.mp3 (01:09:17 min.)

MARGARIDA. Entrevista III. [dez. 2016]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2016. 1 arquivo.mp3 (19:02 min.)

MARIA. Entrevista VIII. [dez. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 5 arquivo.mp3 (53:05 min.)

ROSA. Entrevista IX. [jul. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 2 arquivo.mp3 (35:24 min.)

VERA. Entrevista X. [ago. 2017]. Entrevistadora: Érika Oliveira Amorim. Carangola, 2017. 10 arquivo.mp3 (40:14 min.)